

Poliana Fabíula Cardozo
Raquel Dorigan de Matos
Organizadoras

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

por uma construção de cidadania

apprehendere
editora

**Poliana Fabíula Cardozo
Raquel Dorigan de Matos
Organizadoras**

**Universidade e Sociedade: por uma construção de
cidadania**

1ª edição

**Apprehendere
Guarapuava
2022**

Poliana Fabíula Cardozo
Raquel Dorigan de Matos
Organizadoras

Conselho Editorial

Ademir Nunes Gonçalves
Ernando Brito Gonçalves Júnior
Marcelo Costa
Saulo Rodrigues de Carvalho
Vanessa Elizabete Raue Rodrigues

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

U58 Universidade e sociedade: por uma construção de cidadania / organizado por Poliana Fabíula Cardozo, Raquel Dorigan de Matos.— Guarapuava: Apprehendere, 2022.
156 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-88217-51-1

1. Universidade - Pesquisa. 2. Hotéis. 3. Sustentabilidade. 4. Iniciativas Sustentáveis. I. Cardozo, Poliana Fabíula. II. Matos, Raquel Dorigan de. III. Título.

CDD 20. ed. 378.007

FICHA TÉCNICA

Diagramação: Luciano Ortiz
Editores: Isis Lenoah Ortiz e Luciano Ortiz
Capa: Luciano Ortiz

2022
APPREHENDERE
(42) 98405-7603
Av. Manoel Ribas, 2028
Sala 01 - Centro - Guarapuava - PR
www.apprehendereeditora.com
Todos os direitos reservados

apprehendere
editora

PREFÁCIO

Esta obra tem sua origem ligada aos resultados de pesquisas acadêmicas e projetos e programas extensionistas em desenvolvimento nos últimos anos no Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Campus de Irati.

Este Setor, com seus cursos, professores e alunos, tem experimentado um momento de grande produtividade acadêmica, seja na área de ensino, de pesquisa ou de extensão, e a tônica desta produtividade tem seu ponto de inflexão mais intenso na capacidade de articulação entre estes atores, superando as barreiras geográficas, de linhas de pensamento, de filiação acadêmica ou de vinculação institucional.

É neste contexto, que a partir da sensibilidade e perspicácia das professoras Raquel Dorigan de Matos e Poliana Fabiúla Cardoso, organizadoras desta obra, vislumbrou-se a possibilidade de registrar essas experiências em obra acadêmica, dando visibilidade a essas práticas e ao processo de construção de conhecimentos que encontraram ali seu ponto de origem.

De outra parte, a acuidade e sutileza dos autores/coordenadores de tais pesquisas, projetos e programas, que possibilitou traduzir este processo em artigos científicos, relatando experiências, discutindo conceitos, métodos e metodologias, indicando caminhos de interação com a comunidade, e, no limite, discutindo o próprio papel da universidade como entidade indutora de profissionalização e cidadania.

Deve-se levar em conta, que essas atividades, sejam quais forem suas matrizes, se entrelaçam e se articulam de diversas maneiras e se consolidam na base do processo educativo. É o que se convencionou denominar, tripé da universidade, e se apresentam altamente comprometidas com a produção do conhecimento, vez que a universidade, assim concebida como uma entidade acadêmica, é o ambiente onde mais significativamente se processa a ação que culmina com o desenvolvimento das teorias do conhecimento, responsáveis pelo avanço da ciência.

Deve-se levar em conta, também, que estas ações não são acidentais, ao contrário, são providas de intencionalidade e se mostram institucionalizadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

As atividades de pesquisa são intrínsecas à ação docente e se caracterizam pela investigação disciplinada e orientada por métodos científicos e regras formais de procedimentos. A ação extensionista é igualmente orientada por métodos científicos e se encontra acolhida (e institucionalizada) pelo currículo pleno dos cursos, no que se convencionou

denominar “curricularização da extensão”, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

De fato, a partir de 2019, mesmo antes da vigência do regramento que interpôs aos cursos superiores de graduação o desenvolvimento curricular de atividades extensionistas, articulando-as à pesquisa e ao ensino, os cursos deste Setor promoveram de forma inédita no âmbito da instituição o acolhimento das ações extensionistas já em andamento, abrigo-as no âmbito de seus próprios projetos pedagógicos. E mais, a introdução desta estratégia curricular fomentou novas iniciativas, que de pronto receberam forte adesão de alunos, professores e das comunidades a que se dirigiam.

Como resultado deste movimento acadêmico, as atividades de pesquisa e as ações curriculares extensionistas se converteram em verdadeiras ferramentas interdisciplinares, além de interpor reforços inestimáveis à imprescindível indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

E, de tal sorte estas ações se revelaram transformadoras, que a prática pedagógica experimentou novos horizontes, simbolicamente quebrando os muros do isolamento institucional e elevando professores e alunos ao protagonismo da atividade universitária de ensino, de pesquisa e de extensão.

É nesta perspectiva que a ação universitária, entendida como um caminho de mão dupla que articula de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, criando pontes transformadoras entre a Universidade, as comunidades e o conhecimento, se constitui em instrumento indispensável para a formação humana e profissional dos estudantes, conduzindo-os a vivenciar o que nos exige o consciente exercício da cidadania.

Neste contexto, a obra que se apresenta aborda temáticas caras à Universidade, discutindo conceitos, métodos, metodologias e a própria construção da realidade. Cidadania, justiça social, emancipação, movimentos sociais, inclusão dos distintos e espaços públicos são as temáticas da obra, cada qual suscitando discussões e propondo encaminhamentos.

O ponto principal desta obra está, portanto, na articulação desses temas, que a partir do entrelaçamento das discussões que suscitam, lançam luz (... e novas interrogações) para a discussão de um conceito maior, o de cidadania.

O ponto de partida desta obra é o próprio conceito de cidadania, que nos é apresentado por Dorigan de Matos (2021), como sendo o conjunto de ações historicamente situadas, mediadas pelos movimentos sociais e pela pluralidade dos cidadãos em um processo dialógico de inclusão dos distintos em busca de uma construção coletiva por emancipação e justiça social, promovida por meio da participação política, da ocupação dos espaços

públicos em um movimento dialético do vir a ser.

Este não é, entretanto, um conceito acabado, como adverte Dorigan de Matos, e é apresentado como uma provocação para suscitar as discussões a que a obra se propõe.

Este diapasão me leva a acreditar, portanto, que por sua própria natureza esta é uma obra inacabada; uma etapa de um trabalho em execução. A sua continuidade (e a conclusão) poderá vir a seu tempo, a partir de novos encaminhamentos e da própria interação acadêmica entre seus atores. Claro está, entretanto, que a abordagem sistemática de todos esses temas trará salutar contribuição para o avanço do conhecimento e fortalecimento do pensamento acadêmico, como também, contribuirá para a consolidação das Ciências Sociais no âmbito no cenário universitário brasileiro.

Parabéns àqueles que se envolveram direta ou indiretamente na concepção e elaboração desta obra. Por certo, a academia se torna mais rica a partir desta edição.

Boa leitura àqueles que se dispuserem a pensar a cidadania a partir dos contornos da ação universitária.

Edécio José Stroparo
Diretor do SESA/I

CAPÍTULOS:

1. CIDADANIA

O conceito de cidadania aqui apresentado parte de elementos historicamente situados em suas dimensões objetivas e subjetivas mediadas pela ação dos movimentos sociais da comunidade e pela pluralidade dos cidadãos em um processo dialógico de inclusão dos distintos em busca de uma construção coletiva por emancipação e justiça social, promovida por meio da participação política, da ocupação do espaço público em um movimento dialético do vir a ser (DORIGAN DE MATOS, 2021).

EPISTEMOLOGIA COLETIVA E METODOLOGIA PARTICIPATIVA: INVESTIGANDO AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, ÉTICA E CIDADANIA

*Cesar Renato Ferreira da Costa
Maricléia Aparecida Leite Novak
Raquel Dorigan de Matos*

2. JUSTIÇA SOCIAL

No entendimento de Fraser (2008) os critérios de justiça devem estar presentes para que haja a participação em igualdade, com pleno direito de interação social. A autora estabelece três dimensões desse conceito de justiça. A redistribuição, como primeiro critério, remete às estruturas econômicas. A segunda dimensão é balizada pelo reconhecimento, e está ligada às hierarquias institucionalizadas, de valor cultural. A terceira dimensão é a política, que “está centrada em questões de pertença e de procedimento, o que remete a discussão para o problema da representação e, portanto das regras de decisão e das condutas que estruturam os processos públicos de confrontação” (FARIA, 2011, p. 23).

MÃOS QUE INCENTIVAM: UMA AÇÃO PARA VOCÊ PARTICIPAR!

*Ana Léa MacohonKlosowski
Marinês Taffarel
Mônica Aparecida Bortolotti*

3. EMANCIPAÇÃO

É a busca incessante da autonomia do indivíduo e da sociedade, alimentada na capacidade de criar sua própria história, desempenhando papel ativo sobre os problemas relevantes de interesse coletivo. Uma sociedade emancipada é, antes de tudo, consciente da sua existência (FARIA, 2018).

EXTENSÃO E EMPREENDEDORISMO: DESAFIO EDUCACIONAL NO PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ

*Carlos A. M. Gonzaga
PatriciaGurez
Maricléia A. L. Novak*

4. INCLUSÃO DOS DISTINTOS

As demandas da dimensão política da justiça são o pertencimento e o procedimento, sendo a representação seu mote. De um lado, no que se refere ao estabelecimento de limites do político, a representação aparece em uma perspectiva de pertencimento social, em uma definição de quem é incluído ou excluído da comunidade dos que têm direito a reivindicações de justiça. De outro lado, no que diz respeito às regras de decisão, se estabelece o interesse por procedimentos que estruturam os processos públicos de confrontação. Nesse ponto, o interesse se concentra nas condições nas quais os incluídos na comunidade política estabelecem suas reivindicações e arbitram suas disputas (DORIGAN DE MATOS, 2013).

PLANEJAMENTO URBANO: POR UM ENTENDIMENTO DEMOCRÁTICO E SOCIAL

Raquel Dorigan de Matos

A MATERNIDADE E O TRABALHO: A LUTA DE MÃES SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO DE NANCY FRASER.

Ana Carolina VelozoValenga

A HISTÓRIA DE ASSISTÊNCIA AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL DA COMARCA DE IRATI: UMA LEITURA A PARTIR DO PROGRAMA PRÓ- EGRESSO E DO PROJETO DE EXTENSÃO PATRONATO

Cesar Renato Ferreira da Costa

Jair Kulitch

5. MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao analisar a importância dos movimentos sociais e das organizações que se apresentam como modelos alternativos e de oposição ao sistema de capital na transformação da realidade e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, observa-se que essa participação se faz mediante um processo de conscientização e compreensão da realidade. Por fim, cabe considerar as estruturas de fortalecimento da identidade do grupo social, que, no caso dos movimentos sociais, propõem-se a afirmação de dependências de solidariedade, no sentido de reconhecimento e rompimento com a alienação política (DORIGAN DE MATOS, 2013).

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE IRATI: UM LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2019

Elieti Fátima de Goveia

Vanessa Alberton

Diogo Lüders Fernandes

6. ESPAÇOS PÚBLICOS

Sustentabilidade não é apenas preservar os recursos ambientais, mas democratizar e coletivizar a responsabilidade por seu uso e conservação, tanto quanto coletivizar a produção das condições materiais de existência. Os interesses, em um ambiente sustentável, são os coletivos, definidos e realizados coletivamente (FARIA, 2018).

COMUNICANDO INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: UM ESTUDO NO STENDEN HOTEL EM LEEUWARDEN, HOLANDA

Vanessa de Oliveira Menezes

Elena Cavagnaro

**PREFERÊNCIA DOS HÓSPEDES ÀS EMBALAGENS DE USO ÚNICO: UM
ESTUDO NO CROWNE PLAZA AMSTERDAM SOUTH**

*Vanessa de Oliveira Menezes
Elena Cavagnaro*

SUMÁRIO

1. Cidadania

EPISTEMOLOGIA COLETIVA E METODOLOGIA PARTICIPATIVA: INVESTIGANDO AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, ÉTICA E CIDADANIA.....12

Cesar Renato Ferreira da Costa; Maricléia Aparecida Leite Novak; Raquel Dorigan de Matos.

2. Justiça Social

MÃOS QUE INCENTIVAM: UMA AÇÃO PARA VOCÊ PARTICIPAR!.....36

Ana Léa MacohonKlosowski; Marinês Taffarel; Mônica Aparecida Bortolotti

3. Emancipação

EXTENSÃO E EMPREENDEDORISMO: DESAFIO EDUCACIONAL NO PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ.....55

Carlos A. M. Gonzaga; PatriciaGuerez; Maricléia A. L. Novak

4. Inclusão dos distintos

PLANEJAMENTO URBANO: POR UM ENTENDIMENTO DEMOCRÁTICO E SOCIAL..... 71

Raquel Dorigan De Matos

A MATERNIDADE E O TRABALHO: A LUTA DE MÃES SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO DE NANCY FRASER.....89

Ana Carolina Vellozo Valenga

A HISTÓRIA DE ASSISTÊNCIA AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL DA COMARCA DE IRATI: UMA LEITURA A PARTIR DO PROGRAMA PRÓ-EGRESSO E DO PROJETO DE EXTENSÃO PATRONATO.....105

Cesar Renato Ferreira da Costa; Jair Kulitch

5. Movimentos sociais

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE IRATI: UM LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2019.....127

Elieti Fátima de Goveia; Vanessa Alberton; Diogo Lüders Fernandes

6. Espaço Público

COMUNICANDO INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: UM ESTUDO NO STENDEN HOTEL EM LEEUWARDEN, HOLANDA.....147

Vanessa de Oliveira Menezes; Elena Cavagnaro

PREFERÊNCIA DOS HÓSPEDES ÀS EMBALAGENS DE USO ÚNICO: UM ESTUDO NO CROWNE PLAZA AMSTERDAM SOUTH.....167

Vanessa de Oliveira Menezes; Elena Cavagnaro

Epistemologia Coletiva e Metodologia participativa: investigando ações de responsabilidade social, ética e cidadania.

*Cesar Renato Ferreira da Costa²⁰
Maricléia Aparecida Leite Novak²¹
Raquel Dorigan de Matos²²*

INTRODUÇÃO

Em uma reflexão sobre ciência, método científico e construção da realidade, Demo (1985) posiciona dois elementos como sendo centrais para que tais conceitos se realizem, sendo eles a epistemologia e a metodologia. Essa organização reflexiva e processual encampa de maneira objetiva, a realidade como sendo ambiente e condição que efetivamente dá lugar aos acontecimentos e transformação dialética material, como sendo resultado das relações sociais e materiais, a partir de reflexão e ação sistemáticas.

Considerando esse processo, nesta ilação de Demo (1985), a epistemologia seria construída pela elaboração de teorias do conhecimento, a serem determinadas segundo a visão lógica/racional do cientista ou do coletivo que atua na ação, restando então a contingência que determina as condições onde se revela a transformação social e natural da estrutura e de seus agentes.

Culminando esse processo, se consolida o método científico, que instrumentaliza estas escolhas lógica e racional para refletir e responder sobre o problema observado.

Vale dizer, que na própria defesa de Demo (1985) ao método científico, o mesmo reconhece que esta forma certamente não é a única de estabelecer conhecimento, sendo considerada pelo sociólogo como a forma “ocidental” (DEMO, 1985, p. 52) certamente reconhecendo a existência de outras formas, de abordagem mais “oriental” (p. 53). O que tomasse para esta reflexão é que o autor indica a forma ocidental como a desenvolvida no ambiente acadêmico e portanto representa o paradigma dominante de método científico, o qual esse texto vai se referir para as reflexões a seguir.

A Universidade, enquanto instituição acadêmica mais recorrente, é

²⁰ Doutor em Administração pela Universidade Positivo, Mestre em Administração pela UEM/UEL, professor adjunto no Departamento de Administração/I (UNICENTRO).

²¹ Doutoranda no programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO, Mestre no programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário UNICENTRO, Professora colaboradora do departamento de Ciências Contábeis/I (UNICENTRO).

²² Pós-Doutora pela Universidade Federal do Paraná-UFPR; Doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná-UFPR; Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná-UFPR, professora Adjunto no Departamento de Administração/I (UNICENTRO).

sem dúvida o ambiente onde mais se processa a ação de construção de conhecimento, notadamente pelo desenvolvimento da pesquisa, mas também de forma importante, pelo desenvolvimento do ensino e da extensão. São incontáveis e incontestáveis as afirmações que sustentam a existência da Universidade a partir do tripé apresentado, pesquisa, ensino e extensão.

Nessa direção afirmativa, destaca-se Severino (2016), pelo reconhecimento do papel da Universidade, orientada pelo tripé explicitado, afirmando que a mesma se baseia especialmente em função de três objetivos, que o autor aponta como centrais para a manutenção da tradição ocidental da Universidade, quais sejam, (1) formação profissional via ensino e aprendizagem (ensino); (2) Construção de conhecimento pelo método científico (pesquisa); e (3) formação de sujeitos com senso sociocultural pela interatividade com a comunidade externa (extensão).

Nas universidades brasileiras, desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 2016), essa construção da academia pelo tripé nominado, se estabelece de forma institucional e legal, pela garantia da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Alguns institutos consolidados dentro das universidades operam de forma a estabelecer esses princípios e mover a ação na estrutura do tripé. Um deles, reconhecidamente orientado para extensão é o FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, criado em 1987 e militante de forma ativa até a atualidade.

Nesse contexto a Extensão Universitária tem construído suas bases, a partir de diretrizes fundantes e linhas de extensão bem conhecidas (FORPROEX, 2012). Uma exposição destas diretrizes da extensão, conforme abaixo, demonstram a importância deste elemento no tripé e dá sinais de como podem ser geridos nas universidades, conforme abaixo:

Princípios da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 15-20):

1. Interação Dialógica;
2. Interdisciplinariedade e interprofissionalidade;
3. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;
4. Impacto na Formação do Estudante; e
5. Impacto e Transformação Social.

Desta forma é recorrente que se encontre nos setores de ensino e departamentos pedagógicos da Universidade, ações extensionistas que encaminhem esse movimento de construção associada de conhecimento,

assim como, no caso desta direção, possibilidades de interação entre Universidade e Sociedade, a partir de suas comunidades mais próximas.

Este trabalho em particular, examina duas ações extensionistas de forma a entender como elas se processam, e como ao longo de sua movimentação pela práxis, as mesmas foram construídas a partir da abordagem epistemológica e metodologia de pesquisa. Nos casos em específico, quer se refletir, considerando as diretrizes da extensão já citadas, de que forma tais fundamentos da ciência, expressos na pesquisa científica, ganharam uma acepção coletiva, em sua abordagem epistemológica e uma atuação participativa de todos os seus integrantes, na construção da metodologia.

O Programa de Responsabilidade Social (2010), que abarca projetos de extensão do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro Oeste, no Campus de Irati-PR, foi concebido no ano de 2010, e ao longo de sua decorrência tem buscado atender demandas comunitárias e individuais, na região da Universidade, a partir da ideia de cumprimento de Responsabilidade Social Corporativa, como a descreve Ashley (2005), entre outros.

O Projeto de extensão Ética e Cidadania (2011), que faz parte do conjunto de ações extensionistas do Programa citado acima, busca elaborar mecanismos de gestão e eventos, voltados para públicos vulneráveis, no sentido de favorecer sua proteção nos coletivos a que pertencem, tanto pelo acompanhamento de suas demandas, quanto pela possibilidade de gerar nesses sujeitos assistidos, capacidades de empoderamento pessoal e conhecimento de leis e circunstâncias a fim de se relacionarem melhor socialmente.

O Estudo é uma reflexão, com abordagem qualitativa, a partir de uma revisão da observação participante, onde as histórias de ocorrência, tanto do Programa, quanto do Projeto, são retrospectadas e delas se reflete sobre como se sucederam ao longo do tempo, adquirindo uma condição próxima de epistemologias coletivistas e metodologias participativas. A apresentação desta reflexão é um relato baseado em casos específicos acontecidos quando da decorrência das ações extensionistas.

ORIGENS DISCURSIVAS DA EPISTEMOLOGIA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO.

A epistemologia, a partir de uma visão genérica, pode ser definida como a ciência do conhecimento, considerando fundamentalmente aspectos filosóficos para esta construção, contudo, por se tratar de uma escolha de abordagem, deve ser reconhecido o caráter diverso o qual sujeito e objeto

serão observados, dependentes do ramo da ciência no qual estão inseridos.

Nesse debate, se considerarmos por exemplo o paradigma da complexidade, conforme proposto por Morin (1996), imediatamente teremos noção das relações intrincadas que se produzem quando estudos em ciências humanas ou sociais, são conduzidos a partir de uma visão epistemológica originária de ciências da natureza. Essa pecha positivista de interpretação, tão utilizada nas ciências sociais aplicadas, acaba na verdade por escancarar resultados disfuncionados em discussões acadêmicas, especialmente quando envolvem linguagem, cultura, sujeitos sociais e história.

Do ponto de vista de uma reflexão mais analítica, essa abordagem epistemológica já vem sendo discutida no campo de estudos organizacionais, desde a proposta de Burrell e Morgan (1979), quando lançaram bases para uma análise paradigmática considerando quadrantes de observação, a partir de quatro dimensões, quais sejam, o humanismo radical, o estruturalismo radical, o interpretativismo e o funcionalismo, tendendo de um lado para construções subjetivas e de outro para definições mais objetivas.

Contudo, esse avanço proposto, já não se mostra mais suficiente para a decisão sobre abordagens epistemológicas, na medida em que circunstâncias muito particulares, relacionadas ao envolvimento do pesquisador no campo, a construção do conhecimento de modo híbrido e discursivo, aos contextos diversos de cada nível de análise e especialmente aos movimentos epistemológicos que buscam irromper modelos organizados somente na dimensão do conhecimento científico ocidental, como descreveu Demo (1985), já não respondem suficientemente as demandas necessárias para a solução de problemas apresentados.

Nesse ponto, ressaltam-se pesquisas produzidas a partir de uma interação entre os elementos do tripé de construção de conhecimento, sempre recorrentes na prática acadêmica, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão. Parece que quando os três elementos se fundem, e isso se torna cada vez mais indissociável, outras epistemologias, com matrizes mais complexas e atuais, precisam ser organizadas para a definição das abordagens selecionadas.

Neste trabalho, se discutem alguns contextos, circunstâncias e condições, que envolvem extensão universitária e sobre esta ação se desenvolvem pesquisas e atividades de ensino, o que sugere abordagens epistemológicas convergentes no escopo do tripé, ou seja, os conceitos teóricos associados ao ensino e a pesquisa, devem ser selecionados considerando integradamente as relações com a comunidade envolvida na ação de extensão, a fim de serem percebidas e articuladas reduzindo problemas de análise e processo, e tornando legítima a abordagem

epistemológica participativa.

Esta escolha de abordagem epistemológica então será a resultante de uma visão que seja reconhecida pelos sujeitos envolvidos no processo, quer sejam eles acadêmicos, sujeitos diretamente ligados a ação e outros que de alguma forma apoiam ou deliberam questões a ela relacionada. A seguir, já considerando este estudo em específico, algumas abordagens estão expressas para maior esclarecimento sobre as mesmas.

Inicialmente é preciso reconhecer que a construção do conhecimento nas formas observadas com efetivo envolvimento do tripé das Universidades, não pode de forma alguma subtrair uma interpretação que ultrapasse a epistemologia apenas na relação sujeito objeto. No caso dessa prática, além do pesquisador envolvido e da própria metodologia científica escolhida, é importante sinalizar a participação dos sujeitos da ação, no nível de análise do problema a ser investigado, portanto não basta a aplicação de uma racionalidade científica ocidental, tal qual os modelos originários, como referiu Demo (1995).

Neste sentido, considerando uma possibilidade de libertação da colonização da ciência por modelos eurocêtricos, secularmente constituídos, Boaventura Souza Santos cunhou e discutiu a expressão “Epistemologias do Sul” (2010), que serve de introito para as possibilidades epistemológicas que se apresentam a seguir.

Há desde algum tempo, uma discussão sobre a imposição das ciências naturais sobre ciências sociais ou humanas, como por exemplo definiu Comte (1990) quando estabelece as bases conceituais do positivismo, validando paradigmas funcionalistas e os determinando como dominantes nos estudos das ciências sociais aplicadas. Com o colonialismo e a emergência do capitalismo, essa posição paradigmática se tornou dominante e europeus e americanos do norte, depois de um tempo, tomaram para si as definições epistemológicas e metodológicas da construção de conhecimento, tornando-a classista, racista, machista e acima de tudo patriarcal, como afirmam diversos autores (QUIJANO, 2005; FANON, 1979; MIGNOLO, 2003; LUGONES, 2008).

Na sua reflexão sobre a transformação da ciência, Boaventura Sousa Santos (2010), aproximadamente nos anos de 1980, descreveu os principais paradigmas dominantes como sendo orientados por uma divisão geoposicionada, onde o hemisfério norte dominava as premissas teóricas em detrimento do hemisfério sul, dividindo as potências imperialistas da Europa e Estados Unidos, como superiores e os países subdesenvolvidos especialmente da África e América Latina, como subalternos submissos, exatamente como se configuraram no colonialismo e no capitalismo emergente do século XVI.

Baseado nessa evidência, buscou defender uma nova postura da ciência, chamada epistemologias do Sul, orientado especialmente por um discurso que descrevia fenômenos como o pensamento abissal, o pensamento pós-abissal e culminando com a necessidade de aplicação da ecologia de saberes. Descreve assim o pensamento abissal como sendo a predominância eurocêntrica dos paradigmas funcionalistas e que consideravam as ciências naturais dominantes em detrimento das ciências humanas e sociais, o pensamento pós-abissal como uma manifestação contrária ao paradigma dominante e de modo definitivo, defende a ecologia de saberes como sendo a necessária superação paradigmática, recorrente especialmente com a ideia de decolonialidade de saberes, desde as ideias propostas por Quijano (2005).

A Ecologia de saberes, conforme descrevem Santos (2010) e Santos e Meneses (2010) se desencadeia na ideia de epistemologias do Sul, orientada pela consecução de quatro princípios, a saber, (1) o conhecimento científico natural é norteado pelo científico social, (2) o conhecimento é local e total, (3) o conhecimento é produto do autoconhecimento, e (4) todo conhecimento científico deve-se constituir-se em senso comum. Tal ecologia dos saberes então suscita epistemologias que sejam decorrência de um olhar para interações e procedimentos científicos que considerem um conhecimento concreto, promovido na natureza mas com a consideração indissociável da sociedade na qual está inserida.

Neste ponto podem-se descrever propostas elaboradas por Fals Borda (1981) quando se refere a uma pesquisa participante e Paulo Freire (1983) quando indica a indispensável comunicação entre pesquisadores e sujeitos da ação, fundada em uma interação dialógica.

Ha uma defesa consistente que Fals Borda (1981) relaciona para fundamentar seus pressupostos da pesquisa participante, que também reconhece como participativa, na medida em que não a sugere simplesmente como uma abordagem para substituir qualquer paradigma, mas que estabeleça potencia para construção de conhecimento que seja produto de uma relação efetiva entre sujeito e objeto, vistos de forma a considerar sua integração e participação da experiência social e natural em si.

Os atores efetivamente se constituem socialmente e os elementos materiais são produto de uma ativação dada pela práxis, como sugere por exemplo o materialismo dialético (MARX, 2002). Sujeitos, contexto e percurso histórico sugerem o debate e a construção de conhecimento em torno dele, sem que com isso premissas postas sem pré-julgamento possam determinar a realidade das pessoas.

Como afirma Fals Borda (2013), pesquisas com tendências ativistas

antiprofissionais, são substituídas por técnicas inovadoras, que mesmo utilizando abordagens já conhecidas, elevam o cuidado e observação com circunstâncias como a intervenção social e a investigação militante, que neste caso elaboram o conhecimento associado a crenças coletivas, realidades locais e especialmente interação entre sujeito, qualquer que seja a posição da qual ele investigue, com objeto, construído dentro da perspectiva material que reflete a realidade social.

Um forte componente teórico também, é apresentado por Freire (1983, 1992, 1996), que ao longo de sua trajetória de cientista social e de educador propôs um arcabouço que inspira um novo pensar, um novo interagir, um novo “esperançar” (FREIRE, 1996). Desde sua sugestão a um novo pensar extensão universitária, propondo uma relação para além da semântica da palavra, e ao invés de estender algo a um sujeito para alterar sua realidade, propor a ele uma comunicação dialógica, onde ambos possam contribuir para um novo conhecimento consistente e replicável (FREIRE, 1983). Além disso, FREIRE (1992, 1996) estimula a comunidade a construir seus saberes com um olhar para sua realidade e os contextos que ela se desenvolve.

O conhecimento a partir desse olhar segundo FREIRE (1996), promove um aprendizado de quem ensina, e ensinamentos elaborados de forma emancipatória de quem aprende. É a construção de uma autonomia baseada no que conhecemos de Freire, em várias de suas obras, como inédito viável, que leva o sujeito desde sua condição mais originária de conhecimento, até uma prática possível que venha adensada por condições de saber efetivo, autonomia de decisões e emancipação social.

Para isso Freire propõe como indispensável, a circulação da técnica e dos saberes originários em uma mesma via de igualdade entre os sujeitos sociais, baseados na interação dialógica (FREIRE, 1983). Onde uma prática democrática e coletivista, possa ser efetivada com relações abertas, igualitárias e participativas. Conhecimento construído da realidade e que encaminhe a vida associada com realidade efetiva.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DECORRENTES DE UM OLHAR SOCIAL PARA A REALIDADE

Se forem consideradas as formas metodológicas mais conservadoras de se estabelecer ciência, a estrutura de realização de uma pesquisa científica deve estar limitada por processos conhecidos das ciências naturais, onde a realidade é considerada o quanto mais forem consideradas as possibilidades quantitativas de apresentar os resultados. Mais uma vez se referindo a Comte (1990), fica claro que a organização da ciência deve ser orientada única e

exclusivamente pelo estágio positivo ou científico de interpretar a realidade, que é reforçado pela imposição de um padrão aceitável adequado ao funcionalismo sociológico (DURKHEIM, 2001).

Por conta disso, as ciências sociais, especialmente as aplicadas, tem recorrido de modo muito determinístico e dominante a respostas quantitativas para impressão dos fenômenos observados, deixando para trás, nos tempos originários da industrialização científica, qualquer possibilidade de construção de conhecimento transformadora. Não é de se estranhar que os paradigmas funcionalistas então sugiram resultados sempre objetivos e regulados para os questionamentos científicos da atualidade (BURREL & MORGAN, 1979).

Contudo, como já se verificou nesse texto (DEMO, 1985), a realidade tem negado as possibilidades de interpretá-la assim, de modo tão objetivo, e os paradigmas metodológicos, assim como abordagens epistemológicas tem sofrido pressão para novas formas de encaminhar procedimentos científicos. Mais uma vez é o olhar para relação entre sujeito e objeto que deixa lacunas importantes, deslegitimando mesmo que em velocidade menor, respostas prontas para as soluções dos problemas.

Esta postura conservadora parece ser provocada por uma profunda e intencional disfunção do papel das ciências sociais, provocada segundo Demo (1995) pela cumplicidade dos próprios pesquisadores, recorrentemente envolvidos com o atendimento a interesses capitalistas e movidos por alguns motivos, quais sejam, a falta de correspondência com expectativas sociais; a manutenção de controle social quanto aos movimentos populares; o fortalecimento de projetos de dominação; a posição elitizada dos pesquisadores, mesmo os servidores públicos; o distanciamento escamoteado dos pesquisadores, que na verdade protegem a dominação; a desconhecimento da dimensão qualitativa e política da realidade; e a fuga do enfrentamento dos problemas sociais, que pretensamente mantém sua posições no status quo.

Por conta de tais circunstâncias Demo (1995) defende uma postura renovada, refletida na metodologia científica, que face a todas as mudanças necessárias, precisa se renovar no sentido de romper a preponderância do resultado objetivo suplantando a realidade social, reposicionando sua construção a fim de entender e considerar prioritária a realidade social complexa, em uma análise quantitativa, mas também qualitativa e política, considerando a práxis e o curso histórico, possibilitando a abordagem em horizontes subjetivos e assim, propor formas de captá-los e transformá-los.

Propostas metodológicas participativas devem então convergir com epistemologias coletivistas, como as reconhecidas em Fals Borda (2013) e

Freire (1983, 1992, 1996), na direção do que apontou Boaventura de Souza Santos (2010), quando aposta as epistemologias do Sul, arranjas metodologicamente a partir da interação social promovida pela ecologia de saberes e o inédito viável, superando o pensamento abissal e alcançando o pensamento pós-abissal.

Este trabalho busca então verificar essas alternativas a partir de programas de extensão em responsabilidade social e projetos de extensão orientados pela construção da ética e cidadania, como pretende se demonstrar a seguir.

PESQUISA QUALITATIVA EM RESPONSABILIDADE SOCIAL, ÉTICA E CIDADANIA.

O Programa de Extensão Permanente de Atividades Acadêmicas de Responsabilidade Social (CONSET – SESA/I – 2010) visa receber, acompanhar, coordenar, orientar e empreender projetos de responsabilidade social dos alunos do Curso de Administração ligados ao Departamento de Administração, no Campus Universitário de Irati – PR, a partir de recebimento e análise de atividades extensionistas propostas, conforme descritas abaixo:

1. Marketing no terceiro setor;
2. Ética e Cidadania – Extensão com Jovens e Adultos;
3. Assessoria em finanças pessoais e economia doméstica;
4. Sustentabilidade e inovação: sensibilização e transformações; e
5. Inclusão digital.

Os programas de extensão, especialmente ligados ao crescimento das relações entre a universidade e as comunidades envolvidas, são parte dos objetivos da universidade e de forma geral, devem ser reconhecidos dentre os programas ligados as IES (Instituições do Ensino Superior), como por exemplo, o FORPROEX (2012), especialmente quando se referem a encaminhamentos "voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores em políticas públicas", neste caso pela interação dos acadêmicos e docentes da universidade em projetos de Responsabilidade Social, ligados a empresas privadas, públicas, ou ainda a comunidade em geral.

No caso dos projetos dos estudantes do curso, a interação organizacional é importante, mas não necessariamente afasta trabalhos que envolvam diretamente públicos a serem inseridos socialmente. Acompanhando as áreas temáticas da FORPROEX (2012), e a linha de trabalho

dos grupos de pesquisa dos docentes em Administração, enfatizam os segmentos de meio ambiente, tecnologia e produção, e trabalho.

Neste contexto entendem-se por ações em meio ambiente, trabalhos que contribuam para a eco consciência e responsabilidade social nas empresas (AGENDA 21, 2004), aonde deve ser estimulado o cumprimento das exigências da legislação ambiental, programas de conscientização, adoção de normas voluntárias endógenas e espontâneas, com tendência a serem mais eficientes.

Ainda seguindo as prescrições da Agenda 21 (2004), podem-se agrupar trabalhos acadêmicos que busquem:

- Incorporação de valores éticos aos processos de decisão, a partir de reflexo recorrente aos envolvidos. – Promoção de encontros e parcerias entre organizações e acadêmicos, buscando processos produtivos mais limpos. – Busca por processos de manutenção e aumento de rentabilidade, contudo promovendo sustentabilidade, redução de usos de recursos e insumos de produção.
- Estimular instituições públicas e privadas, assim como, a comunidade, no aprendizado de procedimentos adequados para usos mais seguros de embalagens, aumento de ciclo de vida de produtos e desenvolvimento de procedimentos voluntários de avaliação, monitoramento e desempenho de medidas corretivas.
- promover a recuperação de passivos ambientais.
- Promover e capacitar consciência e educação entre colaboradores das empresas, tornando-os promotores da eco eficiência nas com unidades em que estão envolvidos.
- Promover e consolidar as parcerias entre universidades, institutos de pesquisa, órgãos governamentais, sociedade civil e empresas.

No que diz respeito a tecnologia e produção, a promoção da utilização da tecnologia para transformação da sociedade, das organizações e das comunidades, segundo apontou Santos (2000), deve ser objetivo central. Vê-se nas tecnologias existentes, um elemento de depreciação de recursos, sem reversão sustentável de tais procedimentos (AKTOF, 2004). O mesmo autor ainda aponta a reversão desses processos destrutivos pela associação de indivíduos em organizações responsáveis.

Nesse sentido, os programas com o FORPROEX (2012) apontam algum as linhas de pesquisa que podem ser colaboradoras no processo de inversão e inclusão social, com o por exemplo:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente pela produção tecnológica adequada.
- Promoção a saúde e à qualidade de vida nos processos de produção.
- Educação em nível fundamental médio e superior em processos tecnológicos e de produção.
- Desenvolvimento da cultura e da tecnologia para o trabalho, com tecnologia adequada.
- Transferência de tecnologias apropriadas a partir de pesquisas acadêmicas.

Finalmente a responsabilidade social através de ações de trabalho deve ter objetivos que aumentem a inclusão social e a capacitação da mão de obra, constituídas de trabalhadores antes excluídos do mercado de trabalho, ou ainda sem capacitação adequada para o crescimento individual das organizações e da comunidade com o um todo.

As pesquisas de Rocha (2004) indicam a possibilidade de transformar o trabalho de com unidades excluídas, em fontes de renda, com capacitação para inclusão social, em processos cooperativos, cooperativas de trabalho e aprendizado, e outras. Retomando a essência fundamental de trabalhos com o FORPROEX (2012), pela proximidade do mesmo com as ações extensionistas de instituição do ensino superior e com a realidade que entorna as comunidades associadas, afirmar que a extensão através de projetos acadêmicos de responsabilidade social, tanto desenvolve o espírito prático e teórico de nossos futuros administradores, como os conecta diretamente com as realidades sociais com as quais convivemos.

Essa relação bivalente na responsabilidade social em si, promove a possibilidade de encaminhar suas ações com amplitude de formação e de ativismo social, tal como querem descrever seus objetivos, abaixo relacionados:

Geral:

Orientar trabalhos de Responsabilidade Social dos estudantes graduandos no curso de Administração, a partir de áreas do meio ambiente, tecnologia, produção e trabalho.

Específicos:

- Qualificar o conhecimento dentro de áreas específicas e recorrentes do campo da administração.
- Racionalizar as orientações acadêmicas a partir da limitação de áreas a serem propostas.
- Treinar e capacitar estudantes a ações de responsabilidade social e inclusão social.

PROJETO DE EXTENSÃO ÉTICA E CIDADANIA (CONSET – SESA/I – 2011)

O desenvolvimento do projeto em Ética e Cidadania é relevante a qualquer grupo social, visto que há uma crescente tendência por resgatar a condição humana nas relações.

O projeto visa planejar, organizar e executar políticas públicas que possibilitem oportunidades de autoconhecimento especificamente a egressos do sistema penal, cumprindo penas alternativas ou estudantes jovens, cursando o ensino básico, fundamental ou médio. Este público alvo é encontrado junto aos equipamentos de assistência social dos municípios assistidos ou escolas públicas estaduais e municipais do mesmo espaço geográfico.

Ética, como conjunto de noções da consciência do ser humano e oriundo de observações do mesmo em relação ao mundo é um elemento vital para o contrato que propõe o convívio na sociedade.

Entrelaçado nessas noções, a cidadania como elemento de solidariedade para viabilizar a participação do indivíduo na sociedade, tornando-o um ser participativo e colaborativo para crescimento e desenvolvimento na sua composição social.

A educação exerce um papel significativo no processo de desenvolvimento da civilidade, com preceito de informar e facilitar o acesso ao cidadão: aos recursos de defesas de seus direitos, ao conhecimento para o exercício de seus deveres e aos instrumentos e espaços para participação nas decisões sobre os rumos da sociedade.

Informar é contribuir para o desenvolvimento da Cidadania.

Fortalecendo e estimulando esta Cidadania é o principal objetivo deste projeto, para se construir a Democracia e para a busca da consolidação dos Direitos Humanos, (inspirada no ideário da Declaração Universal dos Direitos Humanos) para se lutar por um a sociedade mais Justa e Humana.

Assim, mais que tentar recuperar pessoas depois de transgressões cometidas por elas, ou orientá-las adequadamente na juventude, é necessário interagir com elas de um conhecimento a partir do qual lhes agregue possibilidades de modificações efetivas. Mesmo com as ações diretamente relacionadas a práticas profissionais, é essencial que as pessoas em pena alternativa possam ter acesso a um conhecimento diferenciado, que dê a elas mais que simples competências para o trabalho, mas competências para modificar sua vida, tornando seu futuro mais digno, inferência esta possível também para jovens em formação da identidade social.

PROMOÇÃO DO AUTOCONHECIMENTO PELA DISCUSSÃO DA ÉTICA E DA CIDADANIA.

O romancista, dramaturgo e poeta português José Saramago nasceu em 1922, em Portugal, tendo falecido em 2010, na Espanha. Seu romance “Ensaio sobre a cegueira, publicado em 1980, tornou-se internacionalmente conhecido. Em 1998, Saramago ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. Seu texto instiga um a nova visão da sociedade e convida a assumir um a nova postura diante do que é vigente.

"Haverá um governo, disse o primeiro cego. Não creio, mas, no caso de o haver, será um governo de cegos a quererem governar cegos, isto é, nada a pretender organizar o nada. Então não há futuro, disse o velho da tenda preta. Não sei se haverá futuro, do que agora se trata é de saber como poderemos viver neste presente. Sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse. Pode ser que a humanidade venha a conseguir viver sem olhos, mas então deixará de ser humanidade, o resultado está à vista, qual de nós se considera tão humano como antes cria ser" (SARAMAGO, 1995, p.244).

No desenrolar de um novo milênio, num período em que imperam, de um lado, a velocidade, a ganância e a abstinência moral, e de outro, a profecia e um misticismo compensatórios, José Saramago lembra a “responsabilidade de ter olhos quando os outros os perdem”. “Se pode olhar, vê. Se podes ver, repara.” não se trata só de reparar no significado das coisas, mas também de proceder à reparação do que foi perdido, ou mutilado. Da mesma forma como a globalização e a abertura econômica influenciaram direta e indiretamente as pessoas e a sociedade que as abriga, as pessoas sentiram a necessidade de transformarem as suas estruturas e as suas atividades a fim de tornarem-se competitivas frente aos desafios apresentados pela nova dinâmica que rege o mercado mundial. As mais diversas tecnologias de informação e o conteúdo expresso nela, estabelece um rol de processos e sistemas de vida, ideologizados a partir de um composto midiático, massivo e alienador. Este efeito de dominação, frequentemente, expõe a sociedade a vulnerabilidades das quais se torna impossível se liberar sozinho. A vulnerabilidade do senso crítico e social e a fragilidade da administração consciente e interpretativa colocam claras restrições ao crescimento ético na sociedade.

Observa-se a importância em se desenvolver reflexões de como a sociedade vê e conspira para que cresça a tese da causalidade do destino. Fundamentado assim, o processo de “banalidade do mal” na sociedade como um todo.

A massificação dos indivíduos em nome dos objetivos é cada vez mais “justificável” na esfera econômica. Visão equivocada das relações: seres humanos e massa de manobra, agravando de forma substancial a adversidade social.

Segundo o que defende Konder (1998), o indivíduo isolado não pode fazer história, visto que suas forças são limitadas. O problema da organização capaz de levá-lo a multiplicar suas energias e ganhar eficácia é crucial para toda a sociedade. É preciso que a organização se torne opaca para o indivíduo, que ele não se sinta perdido dentro dela, é preciso que ela não o reduza para uma situação de impotência contemplativa. Ainda nesse sentido, Kosik (2002), afirma que cada indivíduo tem que formar uma cultura e viver a sua vida.

“Essa compreensão de que os indivíduos estão adquirindo cada vez mais concretamente do seu valor intrínseco não enfraquece neles o reconhecimento da necessidade de se associarem, mas criam importantes exigências, novas, quanto ao caráter das associações” (KONDER, 1998, p. 80).

As reflexões e análises pretendem contribuir para a elaboração de uma sociedade justa, solidária e participativa. Não pretendem ser sustentação completa. Tem o objetivo de destacar os pontos que causam maior perplexidade diante de uma estrutura social instituída. Tem como objetivo atenuar os malefícios e distorções causadas pelo capitalismo flexível, o qual impede a formação do caráter.

A racionalização do mal vem transformando seres humanos em máquinas. É um processo no qual a injustiça cometida contra o próximo tornou-se elementar e reflexo de uma sociedade neoliberal. O medo da exclusão social faz com que os cidadãos cometam erros contra sua própria consciência moral.

Nesta reflexão Freire (1996) se refere a preocupação em manter a formação de homens e mulheres em caminhos verdadeiros, éticos. Uma crítica permanente aos desvios fáceis com que somos tentados, às vezes ou quase sempre, a deixar dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar. Mulheres e homens, seres críticos sociais, nos tornam os capazes de comparar, valorizar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar em seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela.

Estar longe, ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. De acordo com Japiassú (1996) a ética é a parte da filosofia

prática que tem por objetivo elaborar um a reflexão sobre os problemas fundamentais da moral, ou seja, os fundamentos de obrigação do dever, o valor da consciência moral, instrumentalizada em um conjunto de regras de condutas consideradas universalmente válidas. Neste sentido, a ética busca elaborar um reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre meios de alcançá-las. No início da civilização humana o “Dever-Ser”, tema central de toda a ética, tinha como início a família e nela se concretizava. O bem e o mal, o que se deve fazer, o que não se deve fazer, quais as recompensas das boas ações e quais as penas dos delitos, tudo regrado e determinado pelo pai da família. A cidade sucede no tempo à família com o centro gerador de eticidade (CIRNE-LIMA, 2002).

Neste sentido, o Cirne-Lima (2002) apresenta o papel do Estado como universal concreto do “Dever-Ser” da ética: Como a coerência nem sempre é imediata, como recompensa e castigo às vezes vêm muito depois, é preciso instituir o Estado e a Lei do Estado. Se o indivíduo, em sua historicidade contingente, não se dá conta de que um a determinada ação vai entrar, algum tempo depois, em conflito; se o indivíduo não liga para incoerências, porque elas são remotas e porque o castigo não atingirá diretamente, então é preciso que a Sociedade, os grupos de homens, numa decisão coletiva para o Bem Comum de todos eles, estabeleçam a Lei e com a Lei o Castigo para os que desrespeitam a Lei.

O Estado é Universal Concreto no qual o “Dever-Ser” da Ética dos muitos homens individuais é elevado ao estatuto de um “Dever-Ser” Coletivo, extremo e Superior aos homens individuais, no qual a vontade de cada um se funde com a vontade de todos os outros numa Vontade Geral (CIRNE-LIMA, 2002, p.198-199).

A ética como conjunto de noções de consciência do ser humano e oriundo de observações do mesmo em relação ao mundo, é um fator vital para o convívio das sociedades. Entrelaçado nessas noções, a cidadania vai ser ferramenta para a participação do indivíduo nessa sociedade, tornando um ser participativo e colaborativo para seu crescimento e desenvolvimento. Por isso, “a Ética, ao desenvolver-se e concretizar-se em sua exterioridade, fica política. Sem rupturas, sem mistérios” (CIRNE-LIMA, 2002).

Ainda neste sentido, Faria (2004) afirma que tanto como o exercício da ética e da democracia supõem responsabilidade política, quanto como, no cumprimento de suas atribuições, deve-se garantir a função social do universal e do particular acima de quaisquer interesses específicos.

“Quando a unidade coletiva é ameaçada por desvios particulares, é fundamental garantir aquela pela correção

desses: esta é uma intervenção política responsável e necessária. Dessa maneira, apenas, restaria incentivar a existência de um universal totalmente aparente que, novamente, é somente a soma de infinitas particularidades” (FARIA, 2004, p. 159-160).

Nessa perspectiva fundamentada da Ética e da Cidadania, o projeto de extensão é uma organização de sujeitos sociais a fim de que possam discutir suas próprias demandas sociais, tanto quanto seu papel, direitos e deveres.

Para isso o projeto de extensão busca ser organizado a partir de objetivos alinhados, como abaixo descritos:

Geral:

Estimular a cidadania, que serve de base na construção da democracia e contribui na busca da consolidação dos direitos humanos, promovendo ações positivas para se lutar por um a sociedade mais justa e humana.

Específicos:

Evidenciar a importância da educação com o elemento fundamental para o desenvolvimento do processo civilizatório;

Discutir coletivamente o conceito de ética e cidadania;

Estimular a consciência coletiva;

Caracterizar a participação como elemento condicionante do processo emancipatório da sociedade;

Possibilitar aos participantes a percepção do respeito mútuo como fator integrante do bem-estar da sociedade.

EMERGÊNCIA DE EPISTEMOLOGIAS E METODOLOGIAS NA AÇÃO EXTENSIONISTAS

Desde 2010, quando o Programa de Extensão em Responsabilidade Social começa a ser executado, passando por 2011, com a criação do Projeto de Extensão Ética e Cidadania (o projeto do programa que será destacado neste texto) ficaram claras formas muito orgânicas de pensar e executar a ação extensionista. Estas formas foram fazendo emergir dentre os participantes das ações, sejam acadêmicos, sujeitos da ação ou agentes públicos e apoiadores, possibilidades alternativas de epistemologias e metodologias as quais pretende-se apresenta-las e discuti-las brevemente a seguir.

Para que se possa entender as formas de surgimento é importante ressaltar que as ações extensionistas em Ciências Sociais Aplicadas, e por conseguinte em cursos como o de Administração tem, de modo geral, uma tendência a serem executados a partir de uma perspectiva funcionalista e pragmática. Normalmente percebem-se as ações levadas como ação de

gestão, com a predominância do pensamento gerencialista, seguindo um fluxo mecânico orientado pelas etapas de planejamento, organização, direção e controle.

A aplicação da técnica, proposta pelo fluxo administrativo, costuma ser eficiente quando considerados projetos prontos e estabelecidos, ligados a práticas estanques como produção de bens e fluxos burocráticos de modelos, procedimentos, regras, hierarquia e tomada de decisão, contudo encontram disfunções em processos novos, em construção, especialmente contornados por culturas e pessoas distantes daquelas que se constroem dentro de práticas ligadas à cultura organizacional de cada estrutura já dominada.

Neste sentido a gestão dos projetos de extensão, ligados ao Programa de Responsabilidade Social, de modo particular o Ética e Cidadania, está contornada de elementos novos e relacionados a características particulares como, por exemplo, a experiência dos estudantes, a interação com comunidades e as práticas necessárias.

Na sua emergência, a aplicação sistemática de modelos de gestão gerencialista exclusivamente, não funcionava imediatamente e por conta disso decisões ao longo da ação precisaram ser construídas à medida que se apresentavam as demandas para sua execução. Algumas formas de ação que surgiram da prática estão descritas a seguir.

No caso do Ética e Cidadania, quando foi concebido em 2011, a estruturação original continha basicamente etapas pré-determinadas, primeiramente o grupo de execução foi organizado a partir de um professor coordenador e outros professores orientadores, que conceberam sua estrutura original, sendo ela, a concepção do projeto e a organização de oficinas que seriam oferecidas a egressos do sistema judiciaram, que cumpriam penas alternativas e eram apresentados pelo Fórum Judiciário e registrados e acompanhados pelo Conselho da Comunidade. Depois de dois anos de execução do projeto, foram incorporados a esse público alvo, outro composto por jovens estudantes do ensino básico.

Essas oficinas basicamente eram montadas de forma a reunir um grupo de sujeitos que participavam passivamente da execução, já que a eles se propunham atividades ligadas a dinâmicas. Essas dinâmicas são jogos, palestras e apresentação diversa de cenários que procuravam trazer a tona questões relacionadas a vida cotidiana dos sujeitos a serem assistidos.

Estas oficinas são apresentadas por estudantes que ingressavam aos projetos, a partir da seleção dos professores, para cumprimento de horas complementares ao curso de Administração. Há também nesse grupo, estudantes de Psicologia, que se voluntarizam ao projeto para adquirir experiência prática relacionada a aplicação de dinâmicas e investigação de

comportamento humano, observadas pela forma como participam das dinâmicas e pelas revelações que se percebem de cada um durante as oficinas.

O processo de escolha, de maneira arbitrária pelos professores orientadores já descortina a primeira mudança no modo de conceber a ação. Ao longo do tempo, essas escolhas passaram a ser feita pelos próprios estudantes que compunham a equipe do projeto de extensão, a partir de uma seleção por entrevistas, onde os estudantes que já participavam do projeto montavam o processo de seleção, com reuniões anteriores para discussão de como se realizaria a seleção, bem como, a montagem de entrevistas para eles mesmos conversarem com os estudantes que pretendiam acessar o projeto.

Esse ganho e alteração na dinâmica de seleção, passa a interferir na epistemologia e na metodologia original do projeto, dando ao grupo mais consciência participativa e possibilidade de descoberta de novas formas de abordagem, na medida em que pudessem promover eles mesmos, sua prática de abordagem e as etapas no método de seleção.

Nesse caso houve uma interação mais efetiva entre os estudantes, tanto dentro de seus próprios cursos, como entre os cursos envolvidos, no caso, administração e psicologia. Havia diferenças de percepção da realidade entre os estudantes e essas eram postas a mesa, provocando um aprendizado mais efetivo no que diz respeito as relações entre pessoas e nas formas de lidar com elas.

O grupo que compunha o projeto *Ética e Cidadania*, passa a sentir a necessidade de construir as ações de modo coletivo e cada atividade fosse pensada por todo o coletivo. Nesse momento a decisão gerencialista, baseada em modelos prontos, autoridade central e hierarquia, começa a sofrer uma transição, emergindo o que foi conhecido no grupo como gestão e participação circular.

Na gestão circular, diferente da gestão central, todos devem participar das decisões e das ações de modo igualitário. Esse nome aliás, foi reconhecido pela forma como os integrantes do projeto de posicionavam durante as reuniões, em círculos ou em volta de uma grande mesa de reunião, onde todos podiam estar no mesmo nível físico e cada um pudesse ver e falar aos outros, sendo visto e vendo todo o grupo ao mesmo tempo. Desta forma a decisão coletiva emergiu indicando uma associação participativa e igualitária que estimulava a todos os presentes.

A escolha diferenciada dos novos integrantes, como já foi ressaltada, também se configura em uma nova forma de abordagem e determina outra possibilidade de reconhecimento de cada um no coletivo, tanto pela importância que se efetiva em cada um dos sentimentos individuais dos participantes, quanto pela convicção que se cria, onde a decisão efetivamente

vai ser produto da construção social do coletivo.

Os estudantes revelavam por diversas vezes que essa valorização do sujeito, no momento da execução da atividade de gestão, suplantava os aprendizados como profissional, que é contratado para executar tarefas, alcançando uma impressão de ganho de humanidade, considerando que cada sujeito poderia agregar em sua formação, olhares e práticas mais humanizadas. Essas revelações dão ao estudante, durante o curso, mas também após, a formação que vai além dessa profissão e os faz reconhecerem-se como sujeitos sociais.

Uma maior compreensão dos problemas sociais, como os ligados a violência, a ressocialização, ao acesso ao mercado de trabalho, a gravidez na adolescência, ao mundo das drogas, a educação, ao meio ambiente, ao respeito mútuo, capacita sujeitos de maneira a revelar não um profissional pragmático, mas um cidadão na sociedade do trabalho, que pretensamente se imagina que desenvolverá sua atividade a fim de alcançar objetivos concretos, mas sem deixar de lado as mazelas sociais e as decorrências que seu trabalho pode causar, sendo capaz então de corrigir isso para o bem dos coletivos sociais em que atua.

Outra mudança significativa com relação ao Projeto Ética e Cidadania, foi identificada na produção de oficinas e conteúdos que suportavam a ação em si. No início as dinâmicas e os temas eram buscados em literatura relacionada e sua estruturação era previamente planejada e os assistidos dos projetos participavam e assistiam passivamente. Após um tempo, o coletivo passou a promover as ferramentas orientados pelo que acontecia em cada oficina. As manifestações durante as dinâmicas gerava comportamentos e depoimentos que descortinavam a realidade das pessoas e a partir delas se pode propor dinâmicas e conteúdos mais verdadeiros e atuais.

Nesse caso, um dos exemplos com relação a novas abordagens pode ser ilustrado no que diz respeito aos assistidos que tinham origem do Conselho da Comunidade. Quando se percebeu que apesar de terem idade adulta e que já viviam ativamente a sociedade e o mercado de trabalho, muitos tinham pouca consciência do conteúdo dos direitos e deveres sociais e que esse desconhecimento os tornavam mais vulneráveis. Então se desenvolveram dinâmicas onde esses problemas pudessem ser reconhecidos e suas realidades expostas. Tal comprometimento dentre todos produziu efeitos de maior conscientização.

Sabe-se que mesmo havendo a oportunidade de conhecer seus direitos e deveres, a maioria dos frequentadores das oficinais, por sua vulnerabilidade material e social, nem sempre poderiam usar o aprendizado para aplicação e resolução de seus problemas do dia a dia. Neste caso emergiu

do projeto a sugestão de propor acompanhamento pós participação, suprimindo demandas emocionais e materiais, onde se buscou ajuda da assistência social dos municípios envolvidos no projeto.

Outra decorrência do projeto, agora percebida entre os assistidos do ensino básico, fora a necessidade e o desejo, dos sujeitos que compunham esse coletivo social, de criar formas de solução de suas demandas dentro das próprias estruturas dos coletivos. Dessa forma o projeto começou a conceber a possibilidade de construção de conselhos de ética escolares, onde gestores, estudantes, técnicos, professores e comunidade envolvida pudessem criar seus próprios mecanismos de defesa e solução de problemas. Esta concepção continua em andamento e deve ser objetivo central para a próxima edição do projeto *Ética e Cidadania*.

A visão dos estudantes sobre o papel da universidade e suas formas de conduzir ensino, pesquisa e extensão é talvez o que maior tem determinado as possibilidades de construção de novas epistemologias coletivas e metodologia participativas, na medida em que decorre da percepção de sua abordagem, quando da realização das ações extensionistas. Tal efeito acaba por ser o elemento que justifica sua necessidade e viabiliza uma ação mais uníssona entre a comunidade acadêmica e as comunidades as quais a universidade está envolvida.

OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE E SUGESTÕES DE NOVOS CAMINHOS.

O início deste texto destaca a impressão de Severino (2017) sobre os papéis da universidade, relacionado ao tripé de construção de conhecimento e formação dos sujeitos, e propõe que devam ser conduzidos a partir de uma adequada formação profissional, no caminho de um ensino; orientados por sistemas baseados em método científico, na direção da pesquisa; e formação dos sujeitos a partir da sua interação com ambientes externos, na trilha da extensão universitária.

Fica evidenciado que a atuação em cada um desses eixos, que sustentam o ensino superior, estão os desafios que a universidade deve enfrentar. Um ensino que transpasse a formação profissional sem negligenciá-la, na medida em que agregue a formação humana e social; uma pesquisa que seja orientada pela ciência sem dúvida, mas que reconheça os conhecimentos tradicionais e os associe ao método; e uma extensão que efetivamente não processe só um caminho onde a técnica é levada às comunidades, sem ser integrada por suas reais demandas, mas construa uma nova perspectiva de consolidar novas formas concretas de melhoras a realidade de todos os envolvidos.

O pragmatismo gerencialista e utilitário, apesar de seus benefícios no

sentido de garantir de resultados objetivos, pode ser qualificado por abordagens mais amplas, captadas da ecologia de saberes, como proposta por Santos e Meneses (2010), onde a distância abissal entre conhecimento científico e realidade tradicional e comunitária, se reduza até não mais existir, promovendo a sua substituição pela ação participativa, destacada por Fals Borda (2013) e a efetiva interação dialógica, posta como indispensável da visão de Freire (1983).

Nesse caminho, formas de gestão e organização orientadas pela participação do todo coletivo, como a descrita como gestão circular, apesar das dificuldades promovidas por diferenças individuais e comportamentos entrelaçados, podem dar sinais da possibilidade de outros olhares, onde o funcionalismo determinista rompido, gera pensamentos mais humanizados e menos colonizados a estruturas estanques de condicionadas.

A efetiva participação dos indivíduos, onde cada um dos envolvidos pode e deve contribuir com suas habilidades e conhecimento, revela que independente da sua carga cognitiva, técnica ou produto da experiência, ou do posto que ele se origine, acadêmico, sujeito da ação ou apoiador público, parece sem dúvida concorrer de modo importante para a superação de algumas disfunções percebidas na realidade concreta das comunidades. Esta conjugação de conceitos e definições, produzida de maneira ampla, sinaliza para uma solução mais aderente e definitiva.

Não há nessa afirmação, a pretensão de que o pensamento construído de modo coletivo, possa instaurar uma nova forma de entender o mundo e suas demandas, mas o que sinaliza é que é capaz de ser mais abrangente, no sentido de promover a técnica e também a tradição, e assim encontrar denominadores comuns, que sejam mais próximo daquilo que efetivamente precisa ser feito para uma solução ampla, pela sua decorrência participativa e igualitária, mesmo considerando cada elemento e suas particularidades.

Há nessa reflexão, a compreensão das dificuldades que podem ser encontradas quando se aplicam epistemologias coletivas e metodologias participativas, mas também pretende haver, o reconhecimento de que formas pragmáticas e funcionalistas não tem promovido resultados efetivos, que outros caminhos trilhados por conhecimentos mais ligados a nossas realidade tem gerado bons resultados e que a universidade, pelo ensino pesquisa e extensão, é capaz de propor o rompimento de paradigmas antes dominantes e encontrar e propor a associação de seus atores, com o resto do composto da sociedade.

Referências

- AGENDA 21 Brasileira. **Resultado da consulta nacional / Comissão de políticas e desenvolvimento sustentável e da Agenda 21 Nacional**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2004.
- AKTOUF, Omar. **Pós-globalização: administração e racionalidade econômica - a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. - São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2022.
- BURRELL, G., MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life**. London: Heinemann, 1979.
- CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. **Dialética para principiantes**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo : M. Fontes. 1990.
- CONSET – SESA/I. **Programa de Extensão Permanente de Atividades Acadêmicas de Responsabilidade Social**. Resolução No 84 – CEPE/UNICENTRO. UNICENTRO, 2010.
- CONSET – SESA/I. **Projeto de extensão “Ética e Cidadania”**. Resolução No 081/2011. UNICENTRO. 2011.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.
- DURKHEIM, Emile. **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro, 2001.
- FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FALS BORDA, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: Orlando Fals Borda – **Socialismo raizal y el ordenamiento territorial**. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.
- FANON F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1979.
- FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder: fundamentos**. Curitiba: Juruá, 2004.
- FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM: 2012.

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa.** Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.
- MARX, K. **O capital:** crítica da economia política (vols. 1 e 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MORIN, E. **O Problema epistemológico da complexidade.** Lisboa: Publicações Europa-América. 1996.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.** 2005.
- ROCHA, Eliza Emilia Bernardo da. Cooperativismo e associativismo - proposta alternativa de geração de trabalho e renda. São Paulo: **Revista APADEC,** ISSN 1414,7149, Suplemento 8, Maio de 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010. 59p.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** Porto - São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MÃOS QUE INCENTIVAM: UMA AÇÃO PARA VOCÊ PARTICIPAR!

Ana Léa Macohon Klosowski⁵
Marinês Taffaref⁶
Mônica Aparecida Bortolotti⁷

INTRODUÇÃO

A palavra “incentivar” significa “dar incentivo a; encorajar, estimular” (INCENTIVAR, 2022a). Como verbo pronominal, “incentivar” é “Fazer com que haja ânimo, coragem e/ou decisão” (INCENTIVAR, 2022b). Com esse propósito, entende-se que incentivar ações sociais pode ser a consonância entre interesses privados e públicos. Garcia (2004, p.7) destaca que, “A combinação entre interesses privados e virtudes públicas está em alta no mundo dos negócios. Empresas querem ver seus nomes ou de seus produtos associados à idéia da 'responsabilidade social'. Ainda que seja uma idéia genérica, sua evocação tem representado um diferencial na lógica competitiva do mercado.”

De outra forma, o atendimento às demandas empresariais e às de responsabilidade social se mostra desafiador e, muitas vezes, adverso. Isto porque, os recursos financeiros se mostram escassos e custosos, o que dificulta, em alguma medida, o aporte financeiro e ações concretas de forma direta. Nesse sentido, a Comissão de Estudos de Responsabilidade Social do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS, 2016) destaca que a utilização plena dos incentivos fiscais de inclusão social, em áreas, como a cultura, desporto, saúde e assistência às crianças e aos idosos, é possível ser uma alternativa que auxilie no atendimento, mesmo que parcial, às demandas sociais das empresas e dos cidadãos. Ademais, esses incentivos “correspondem a uma renúncia fiscal das autoridades públicas federais, estaduais e municipais, para a aplicação pelas pessoas físicas e jurídicas em projetos sociais, culturais e desportivos, reduzindo, assim, os entraves burocráticos e favorecendo a quem de fato necessita” (COMISSÃO DE ESTUDOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CRCRS, 2016, p. 11).

À vista disso, o objetivo geral da presente ação extensionista é contribuir para a compreensão da política pública relacionada à destinação de

⁵ Doutora em Políticas Públicas (UFPR); mestra em Contabilidade Avançada (Unimar); professora adjunta no Departamento de Ciências Contábeis/I (UNICENTRO).

⁶ Doutora em Administração (PUCPR); mestra em Contabilidade (UFPR); professora adjunta no Departamento de Ciências Contábeis/I (UNICENTRO).

⁷ Doutora em Políticas Públicas (UFPR); mestra em Desenvolvimento Regional (UTFPR); mestra em Extensão Rural (UFSM); Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM); Bacharel em Ciências Contábeis (Cruzeiro do Sul); e Tecnóloga em Gestão Pública (UNIOESTE).

parte do Imposto de Renda devido, Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, às entidades vinculadas ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos municípios de abrangência da Associação dos Municípios Centro do Sul do Paraná (AMCESPAR), composta pelos seguintes municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Ibituva, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

O projeto, considerando as Diretrizes da Extensão Universitária, justifica-se inicialmente tanto pelo resultado, quanto pela transformação, ao estabelecer uma relação entre a universidade e outros setores da sociedade, tais como, Conselho Regional de Contabilidade (CRC), prefeituras municipais, secretarias municipais de assistência social, conselhos municipais e entidades beneficentes. Dessa forma, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades de uma parcela da população, pessoas idosas e crianças/adolescentes, vislumbra-se uma ação regional e de políticas públicas.

Assim, a interação dialógica, o desenvolvimento de relações entre universidade e esses setores sociais será marcado pelo diálogo, pela ação de mão dupla, de troca de saberes, ou seja, ocorrerá “por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, será ancorada em processo interdisciplinar, político educacional e científico.

Dessa forma, o projeto fundamenta-se por meio de sua relevância social, ao abordar um problema que é socialmente pertinente: de que forma, orientações e informações gerenciais/fiscais/tributárias sobre a captação e destinação de parte do Imposto de Renda devido (Pessoa Física e Pessoa Jurídica) podem beneficiar entidades vinculadas ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e possíveis doadores?

Entre os temas abordados, destacam-se: a responsabilidade e mobilização social, o papel do contador e sua participação como cidadania colaborativa, leis de doações ao fundo da pessoa idosa e ao fundo da criança e adolescente e conselhos municipais.

Em particular, os conselhos municipais apresentam destaque, pois além de gerirem os fundos municipais, são instituições que “têm atraído e mantido interações em que os participantes constroem hábitos, padrões, regras e normas – formais e informais – para lidar com problemas públicos na busca de soluções que atendam às partes” (PESSALI & GOMES, 2020, p.11). Nesse sentido, Avrtizer (2007, 2017) apud Klosowski et al. (2020, p. 218)

destaca que a participação política no Brasil democrático tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas participativas.

Nesse contexto, espera-se que, ao fornecer orientações e informações gerenciais, haja contribuição para a gestão de organizações voltadas ao atendimento de pessoas socialmente vulneráveis, e também para os possíveis doadores, sejam pessoas física ou jurídica. Este entendimento se mostra harmônico com Vieira et al. (2020, p.6), que destacam “[...] a forma participativa para o engajamento da causa sobre doações de parte do Imposto de Renda as entidades que trabalham com atendimentos sociais, revela elementos fundamentais para que possam ser operacionalizados o fortalecimento de ações socialmente responsáveis”.

Por conseguinte, há uma grande potencialidade da ação para gerar inclusão social, ou seja, focará seus feitos em grupos ou comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade socioeconômica. Por exemplo: casas de apoio a idosos e associações que se caracterizam por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Para Vieira et al. (2020, p.17), as estratégias para angariar recursos, se bem planejadas, poderão mudar o quadro de falta de informação das instituições receptoras dos incentivos e “trazer a sustentabilidade para as entidades sociais que necessitam de recursos, para que possam dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido”. Ou seja, as vantagens podem ser várias:

Os recursos ficarão no Estado, trazendo benefícios as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social; para a saúde pública e para a economia local!! E ainda, o destinador, poderá fiscalizar a utilização desse recurso!! Por isso, é importante que a mobilização social, para que seja informado os benefícios dos incentivos fiscais, como deste gesto de amor ao próximo consiga continuar vivendo!!” (VIEIRA et al. , 2020, p.17).

Por fim, as contribuições do projeto também estão atreladas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (ODS 3); assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4); e reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade (ODS 10) (ODS, 2021).

Assim, nesse capítulo, como forma de relato da ação, serão contextualizados, primeiramente, aspectos conceituais de política pública. Na sequência, abordar-se-ão sobre os benefícios fiscais e a destinação do Imposto de Renda aos fundos especiais. Por fim, mas não menos importante, serão evidenciados a responsabilidade social e o papel do contador e dos contribuintes.

POLÍTICA PÚBLICA

Inicialmente, cabe destacar que, com a Constituição de 1988, conforme pontua Barcarollo (2013, p. 4), “[...] inaugurou-se um discurso de Estado voltado à promoção do bem-estar social, implantando-se um Estado Democrático de Direito, consoante dispõe a Carta Magna, em seu artigo 1º”. Ainda de acordo com o autor,

[...] os direitos sociais receberam tratamento diferenciado, no intuito de assegurar a concretização destes direitos de interesse geral, tais como o bem-estar, a igualdade, a justiça, a dignidade da pessoa humana, dentre outras diretrizes eleitas pelo legislador constituinte de 1988. As consequências trazidas pela inauguração, no âmbito do Estado Social, do Estado Democrático de Direito, determinaram uma série de mutações nos papéis que até então o Poder Público estava a desempenhar (BARCAROLLO, 2013, p. 4).

Com isso, “Do recém-inaugurado Estado Social, cujo objetivo precípua consistia em promover políticas públicas aos cidadãos, no escopo de diminuir as desigualdades sociais e distribuir renda de forma mais equânime, verificou-se que o Estado rapidamente migrou, em virtude da desestatização, para uma reforma econômica orientada para o mercado.” (BARCAROLLO, 2013, p. 4).

Souza & Machado (2018, p. 3.199) também enfatizam que a partir da Constituição de 1988, “os mecanismos de participação social ampliaram a possibilidade de influência de atores não governamentais sobre a ação do Estado”. Complementando, as autoras salientam que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), “ao propiciar a participação de entidades da sociedade civil e a interação entre órgãos de governo, tem sido fundamental para a densidade, a institucionalidade e a relativa estabilidade da política para os idosos”.

As pesquisadoras exemplificam que,

A atuação do Conselho favorece o fortalecimento de redes de atores sociais envolvidos com o tema e avanços graduais no que

concerne aos direitos dos idosos. Porém, diante das aceleradas mudanças demográficas e da situação de vulnerabilidade da maior parte da população idosa no país, essa estratégia de governança per se não tem sido suficiente para assegurar a efetivação de todos os direitos previstos no marco constitucional-legal. Persistem muitos desafios para a ampliação da proteção social aos idosos no Brasil, que requerem políticas públicas orientadas para o enfrentamento das desigualdades e a expansão dos mecanismos de solidariedade entre gerações e grupos sociais (SOUZA; MACHADO, 2018, p. 3.199).

À vista disso, observa-se na literatura que a discussão acerca das políticas públicas abrange um espectro amplo de temas. Segundo Agum, Riscado, e Menezes (2015), a Política Pública, enquanto área de conhecimento acadêmico, primeiramente esteve ligada a uma subárea da Ciência Política e após como uma disciplina multidisciplinar; teve suas origens nos Estados Unidos da América – EUA (primeira metade do século XX). Ainda de acordo com os autores, “Procurar entender e formular teoricamente questões científicas envolvendo o tema, assim como compreender as razões pelas quais os governos escolhem determinadas ações para executar medidas empíricas, esteve presente na área desde seus primórdios.” (AGUM, RISCADO, MENEZES, 2015, p. 14).

Nesse sentido, a política pública pode ser definida, segundo Dye (2013, p. 3), como: “é o que os governos decidem fazer ou não fazer”.

Os governos fazem muitas coisas. Eles regulam o conflito dentro da sociedade; eles organizam a sociedade para continuar o conflito com outras sociedades; eles distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais aos membros da sociedade; e extraem dinheiro da sociedade, na maioria das vezes na forma de impostos. Assim, as políticas públicas podem regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios ou arrecadar impostos – ou tudo isso de uma vez (DYE, 2013, p. 3, tradução nossa).

Dessa forma, o estudo das políticas públicas, conforme DYE (2013, p.5-6), é a “descrição e explicação das causas e consequências da atividade governamental”.

Esse foco envolve a descrição do conteúdo das políticas públicas; uma análise do impacto das forças sociais, econômicas e

políticas sobre o conteúdo das políticas públicas; uma investigação sobre o efeito de vários arranjos institucionais e processos políticos nas políticas públicas; e uma avaliação das consequências das políticas públicas para a sociedade, intencionais e não intencionais (DYE, 2013, p. 5-6, tradução nossa).

Complementando, para deLeon (2006) apud Smith & Larimer (2016, p.5, tradução nossa), o estudo de políticas públicas “trata da identificação de problemas sociais importantes que, presumivelmente, requerem ação do governo para serem efetivamente abordados, formulando soluções para esses problemas e avaliando o impacto dessas soluções no problema-alvo”.

Para Dye (2013, p. 5-6, tradução nossa), ao descrever as políticas públicas, “[...] podemos aprender o que o governo está fazendo (e não fazendo) em bem-estar, defesa, educação, direitos civis, saúde, meio ambiente, tributação e assim por diante. Uma base factual de informações sobre a política nacional é realmente uma parte indispensável da educação de todos [...] Quanto dinheiro estamos pagando em impostos? Quanto dinheiro o governo federal gasta a cada ano e em que é gasto? Estes são exemplos de perguntas descritivas” (DYE, 2013, p.6-7, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Ribeiro & Maciel (2017, p. 34) abordam sobre o princípio da função social do tributo.

Fundado no capitalismo, o Estado brasileiro tem como direito fundamental a propriedade privada, possibilitando aos indivíduos o acúmulo de recursos necessários para a sua sobrevivência. Entretanto, também dispõe, em seu art. 5º, XXIII, que a propriedade atenderá a sua função social, como forma de se preservar o princípio da igualdade, presente no caput do art. 5º da Constituição Federal. Por conseguinte, embora se preserve o Estado capitalista, este por sua vez, ganha contornos sociais, no sentido de desenvolver políticas sociais como forma de alcançar seus objetivos sociais (art. 3º, 193 e seguintes da Constituição Federal). Assim, os tributos também precisam preservar a sua função social, como forma de alcançar a justiça fiscal, como um dos objetivos do Estado brasileiro (RIBEIRO; MACIEL, 2017, p. 34).

Para os autores, a política pública tributária pode

[...] tornar-se um poderoso instrumento de reversão de desigualdades sociais quando adequadamente distribuído o

ônus tributário entre os diversos agentes privados geradores de riquezas. Desta forma, a tributação deve possibilitar a transferência de recursos individuais dos grupos sociais economicamente privilegiados para aqueles menos privilegiados (RIBEIRO; MACIEL, 2017, p. 35).

Nesse rumo, encontram-se os benefícios fiscais, a destinação (doação) do Imposto de Renda aos Fundos Especiais e a discussão sobre responsabilidade social e o papel do contador e dos contribuintes nesse cenário.

BENEFÍCIOS FISCAIS

Os benefícios fiscais, conforme Vieira et al. (2020, p.18), “são formas de redução de alíquotas de alguns impostos de Pessoas físicas ou jurídicas, representam a contrapartida da união que recompensa pessoas físicas e jurídicas que investem em causas sociais”.

Reis (2019) observa que os incentivos fiscais, “também conhecidos como benefícios fiscais, são medidas que promovem a redução ou extinção da alíquota de determinados impostos a serem pagos. Estes benefícios são comumente oferecidos sob a forma de redução ou isenção fiscal – ou seja, pelo não recolhimento de certos impostos sobre as empresas”.

De acordo com o Ministério da Economia, incentivo fiscal é “uma espécie de renúncia fiscal em que o governo abre mão de parte da arrecadação, permitindo que esses recursos sejam direcionados para Fundos Especiais que se destinam a promover o desenvolvimento social, a cultura, o esporte e a saúde” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.]). Ainda, quanto a sua abrangência, os incentivos fiscais podem ser regionais, “cuja ideia é estimular a estadia de grandes empresas em regiões com pouco desenvolvimento; já os incentivos fiscais sociais são aqueles aplicados a empresas do Lucro Real, cuja ideia é gerar iniciativas que não sejam diretamente promovidas pelo Estado” (REIS, 2019).

De acordo com a Receita Federal (2020), são benefícios fiscais: a) Isenção para Portadores de Moléstia Grave⁸; Pessoas com Deficiência e Autistas⁹; Isenção do IPI e IOF para Taxistas; Programa Empresa Cidadã¹⁰;

⁸ As pessoas portadoras de doenças graves são isentas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) desde que se enquadrem cumulativamente em algumas situações previstas na Lei nº 7.713/88.

⁹ Isenção de IPI e IOF.

¹⁰ Instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, destina-se a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade e por 15 dias, além dos 5 já estabelecidos, a duração da licença-paternidade (Lei nº 13.257/2016).

Programa Mais Leite Saudável¹¹; Isenção de Contribuições Sociais¹²; Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante; e Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE).

Em relação à destinação do Imposto de Renda, a Receita Federal (2021) por meio de sua ação “Campanha Destinação”, demonstra aos contribuintes, Pessoa Física e Pessoa Jurídica, a possibilidade de destinar uma parte do seu Imposto de Renda aos Fundos Especiais de amparo social, controlados pelos Conselhos e fiscalizados pelo Ministério Público. O QUADRO 1 apresenta informações sobre a possibilidade de destinação.

QUADRO 1 – COMO DESTINAR UMA PARTE DO SEU IMPOSTO DE RENDA AOS FUNDOS ESPECIAIS

Período	No período de entrega da Declaração de Ajuste Anual (DAA) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, é feita ampla divulgação da possibilidade de destinar até 3% do imposto devido para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e até mais 3% para os Fundos do Idoso, diretamente pelo Programa Gerador de Declaração (PGD).
Pessoa Física	Não pagará um valor maior de imposto nem terá o valor de sua restituição diminuído. Apenas permitirá que parte do imposto devido, apurado na DAA, seja destinado diretamente para um Fundo Social.
Pessoas Jurídicas	Também podem fazer a destinação. Com o advento da Lei nº 12.594/2012, o limite para destinação feito pelas PJ passou a ser de 1% para cada um dos fundos, desde que sejam tributadas com base no lucro real e destinem no decorrer do ano-calendário.
As doações	Efetuadas por meio da destinação do Imposto de Renda são uma das principais formas de captação de recursos dos Fundos Sociais. Esses recursos devem ser aplicados, exclusivamente, nos programas e ações de proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e da pessoa idosa, sob a orientação dos respectivos Conselhos, sujeitos à fiscalização do Ministério público. Essa é uma efetiva ação de cidadania que interfere direta e positivamente na realidade social.

Fonte: Adaptado RECEITA FEDERAL (2021).

Há possibilidade também de destinar parte do Imposto de Renda, além dos fundos de apoio à criança e ao adolescente, idosos, a projetos culturais e esportivos, entre outros (RECEITA FEDERAL, 2021).

¹¹ Crédito presumido de contribuições (PIS/Pasep e Cofins) relativo à aquisição de leite in natura.

¹² Beneficiários: o direito à isenção de contribuições sociais é reconhecido por lei às entidades beneficentes de assistência social que cumpram determinados requisitos.

Dessa forma, observa-se que,

O Imposto de Renda torna-se um importante instrumento de captação de recursos para os Fundos Especiais. Pessoas e empresas podem direcionar parte do seu imposto de renda aos Fundos Especiais de sua preferência, mediante doação em espécie ou bens, cujo valor poderá ser deduzido do total do imposto devido apurado, observado o limite legal (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.]).

Ou seja, o Imposto de Renda pode ser destinado diretamente para projetos sociais de interesse do contribuinte (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.]).

DESTINAÇÃO (DOAÇÃO) DO IMPOSTO DE RENDA AOS FUNDOS ESPECIAIS

Fundos Especiais, de acordo com o Ministério da Economia, “São considerados unidades de captação de recursos financeiros, nas instâncias onde forem criados. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços (Lei nº 4.320/1964, art. 71).” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, [s.d.])

Ainda segundo o Ministério da Economia, os Fundos Especiais são “De natureza puramente contábil, não têm personalidade jurídica e estão vinculados administrativamente ao poder público. Devem ter registro próprio no CNPJ e conta bancária específica. Os recursos são aplicados exclusivamente nas ações, programas, projetos e atividades voltados à realização dos objetivos sociais a que se destinam.”

A FIGURA 1 evidencia a Destinação do IR aos Fundos Especiais:

FIGURA 1 – DESTINAÇÃO DO IR AOS FUNDOS ESPECIAIS



Fonte: MINISTÉRIO DA ECONOMIA [s.d.].

Com a promulgação da Lei nº 13.797, de 3 de janeiro de 2019, a partir do exercício de 2020, ano-calendário de 2019, a pessoa física pode optar pela doação aos fundos controlados pelos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa e Conselhos da Criança e do Adolescente diretamente em sua declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2019).

As doações, como bem frisado pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (2019) “se constituem em uma das principais formas de captação de recursos dos Fundos do Idoso e da Criança e do Adolescente no Brasil” Com ênfase que, “os recursos captados devem ser aplicados, exclusivamente, nas ações, programas, projetos e atividades voltados ao atendimento da pessoa idosa sob a orientação e supervisão dos conselhos do idoso, por meio de um plano de aplicação de recursos” (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2019).

Assim, os fundos municipais “se constituem em instrumentos fundamentais para viabilizar a implementação das políticas e ações voltadas para a promoção, proteção, defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003)” (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2019). Para melhor compreensão, na sequência serão expostas breves considerações sobre os dois fundos municipais, objetos da ação extensionista: Fundo Municipal da Pessoa Idosa e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1) FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA

No Estado do Paraná, o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (Cedi/PR), foi criado pela Lei Estadual nº. 11.863/97: é um órgão colegiado, de caráter permanente, constituído paritariamente por representantes governamentais e da sociedade civil. Tal conselho tem a função de “assegurar o cumprimento dos dispositivos legais que normatizam a política da pessoa idosa no Estado do Paraná, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as ações decorrentes dessa política, como forma de garantir o bem-estar das pessoas idosas, cujo percentual vem aumentando consideravelmente a cada ano em decorrência dos avanços da Medicina, do acesso à informação sobre cuidados e dos benefícios da industrialização” (CEDI, 2015, p. 9).

Ademais, o teor das disposições preliminares da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) “sugere a obrigatoriedade da criação dos

Conselhos, em especial do Conselho Municipal, por ter esta responsabilidade em assegurar o cumprimento do disposto nas legislações junto ao poder público ou instâncias de atendimento às pessoas idosas da sociedade civil, uma vez que os cidadãos residem nos municípios” (CEDI, 2015, p. 9).

De acordo com a Lei Federal nº 12.213, o Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI pode ser beneficiado com doações de valores devidos ao Imposto de Renda, por pessoas físicas e jurídicas. Dessa maneira, o doador pode deduzir este percentual do Imposto de Renda a pagar no exercício seguinte; o limite global para doações previsto na Lei é de 1% do imposto devido para pessoa jurídica, e de 6% para pessoa física, conforme orientam as Instruções Normativas da Receita Federal nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011 e nº 267, de 23 de dezembro de 2002; os valores doados ao FMPI são aplicados em projetos e programas de atendimento ao idoso nos municípios, onde tais ações são aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

Na sequência, a Figura 2 mostra as organizações voltadas para a defesa dos direitos da pessoa idosa no Brasil.

FIGURA 2 – ORGANIZAÇÕES VOLTADAS PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NO BRASIL



Fonte: CEDI (2015, p. 10).

Sublinha-se que, as principais fontes de recurso para os fundos do idoso, provêm de:

- i. Recursos advindos da dotação orçamentária do governo;
- ii. Dotações provenientes das diferentes esferas de governo;
- iii. Multas aplicadas nos termos previstos na Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso Título IV, Capítulo IV; Título V, Capítulo III, Art. 83 a 84 e Parágrafo; e Título VI;
- iv. Recursos oriundos da aplicação dos recursos no mercado financeiro; e
- v. Doações de pessoas físicas ou jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda, nos termos da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Lei nº 13.797, de 3 de janeiro de 2019, e da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011;
- vi. Outras formas de captação (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2019, grifo dos autores).

Em relação às modalidades de doação (item v), a partir de 2020, passou-se a ter duas modalidades de doação aos Fundos do Idoso (Nacional, Estaduais, Distrital ou Municipais) que geram redução (benefício fiscal) do IR, conforme QUADRO 1:

QUADRO 1 – MODALIDADES DE DOAÇÃO AOS FUNDOS DO IDOSO

Doações realizadas	Descrição da modalidade
Diretamente ao Fundo	<ul style="list-style-type: none">· Não é necessário o cadastro específico do Fundo junto à Receita Federal. Entretanto, é preciso que o Fundo esteja inscrito no CNPJ e este esteja ativo.· As doações podem ser feitas por pessoa física ou jurídica.· O fundo (sic) deverá emitir recibo das doações e declarar os valores recebidos dos contribuintes. Este procedimento é necessário para que os doadores não caiam na malha fina.· O fundo (sic) que receber doações deverá anualmente, no exercício seguinte ao recebimento das doações, fazer constar em sua Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) o CNPJ/CPF e os valores recebidos de cada doador.
Via ajuste anual do imposto de renda (sic)	<ul style="list-style-type: none">· Além do CNPJ ativo como especificado no item anterior, o fundo precisa se cadastrar junto ao Ministério da Mulher, Família e Direitos humanos, através da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que repassará as informações cadastrais à Receita Federal para que o Fundo esteja apto a receber as doações diretamente quando o contribuinte declarar o seu ajuste anual de imposto de renda (sic)

Fonte: SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2019, p. 7.

2) FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Do mesmo modo, de acordo com a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), os fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ter como receitas, conforme seu art. 10:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive mediante transferências do tipo “fundo a fundo” entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados (grifo dos autores).

Para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021), “A realização da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda é uma oportunidade para investir em políticas públicas para crianças e adolescentes em todo o Brasil.” O órgão ainda ressalta que, “O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê no artigo 260 que os contribuintes possam efetuar doações aos Fundos da Criança e do Adolescente, deduzidas diretamente do Imposto.” Ou seja, até 30 de abril, as doações poderão ser deduzidas até o percentual de 3% (observado o limite global de 6% para a dedução das doações realizadas no ano-calendário) sobre o Imposto de Renda devido apurado na declaração do imposto sobre a renda verificada na Declaração de Ajuste Anual, observando o art. 22, da Lei n.º 9.532/1997. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2021).

Outra opção é realizar a doação durante o ano-calendário. Neste caso, a doação deve ser realizada até o último dia do mês de dezembro do ano-calendário e será deduzida até o limite de 6% para pessoas físicas na declaração de Imposto de Renda que será realizada no ano seguinte e até 1% para Pessoas Jurídicas do imposto sobre a renda apurada com base no lucro real (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2021).

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos (2021), os “Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente são fundos especiais, criados por lei, com o objetivo de financiar programas, projetos e ações voltados para a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como de suas famílias. De acordo com o ECA, os recursos arrecadados pelos Fundos são complementares ao Orçamento no que se refere à política da infância e adolescência.”

Nesse contexto, o processo de formação acadêmica e profissional deve, em alguma medida, refletir sobre aspectos da relação do cidadão e do Estado, no processo de construção de sociedades solidárias e socialmente comprometidas. Na continuidade, será tratado sobre a responsabilidade social e o papel do contador e dos contribuintes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E O PAPEL DO CONTADOR E DOS CONTRIBUINTES

A Responsabilidade social surgiu de uma postura da própria sociedade, englobando todos os níveis sociais. Eon (2015) afirma que as ações de responsabilidade social tiveram início ainda no séc. XX e ocorriam por meio de filantropia e doações empresariais a fundações. Sua expansão ocorreu entre os anos 1950 e 1960. A concepção sobre responsabilidade social, salientada por Vieira et al. (2020), foi se transformando e passando a permear intrinsecamente a vivência das pessoas e sua relação com o ambiente a sua volta. Segundo os autores,

As percepções passam a dialogar cada vez mais com preocupações de impacto coletivo, tais como a responsabilidade para com o outro e para com desenvolvimento sustentável. Com isto a solidariedade para com as pessoas que encontram-se (sic) em vulnerabilidade social demonstra a preocupação para continuidade da vida no planeta (VIEIRA et al., 2020, p.11).

Por conseguinte, a responsabilidade social “se reflete por meio dos resultados da adequada informação e destinação de parte do Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica para entidades necessitadas de apoio financeiro para a sobrevivência. “O contribuinte poderá escolher para quem doar e, ainda terá oportunidade de fiscalizar o projeto que deseja financiar com o dinheiro do imposto de renda (sic) sem precisar gastar nada!! Apenas tendo solidariedade e amor ao próximo!!” (VIEIRA et al., 2020, p.12).

Por outro lado, “Percebe-se que as organizações receptoras ainda não possuem um preparo institucional para a captação de recursos” (VIEIRA et al., 2020, p.17). Dessa forma, a função e o papel do contador são de suma importância para o desenvolvimento, tanto dos doadores como das

organizações receptoras, pois segundo Consenza (2001), o papel do contador não se restringe apenas ao registro dos fatos ocorridos na instituição, calculando impostos e preparando relatórios; esse profissional possui uma visão muito mais ampla, podendo contribuir de maneira direta não apenas com as empresas, mas também com a sociedade em geral. Ribas & Ott (2009) afirmam que o contador não é apenas um profissional dos números, e sim um profissional que agrega valor social, consciência crítica e sensibilidade ética.

A responsabilidade dos profissionais da contabilidade ultrapassa as empresas nas quais atuam ou para as quais prestam serviços. Segundo Nasi (1998, p. 36), “A missão do contador inclui, também, um trabalho junto ao empresário, conscientizando-o, quando necessário, do seu papel perante a sociedade.” Vieira et al. (2020) salientam que a responsabilidade social do profissional da contabilidade é de suma importância, pois leva até os contribuintes a informação e a orientação sobre os mecanismos permitidos em lei, tanto para as pessoas físicas como jurídicas, demonstrando as possibilidades e benefícios de realizarem doações por meio dos incentivos fiscais.

Logo, “os contribuintes emergem como grandes investidores sociais e principais agentes de desenvolvimento local e global, buscando colaborar de forma efetiva para amenizar os principais problemas sociais que assolam o mundo” (RIBAS et al., 2009, p. 76). A conscientização tributária é necessária para conduzir os contribuintes e é um princípio básico para uma boa gestão fiscal. Assim, o profissional demonstra sua importância para a sociedade, não apenas pela profissão que exerce, mas também pelo exemplo de profissionalismo e de conduta ética e moral, pois responsabilidade social é o cumprimento com seriedade da relação contratual entre o profissional, o cliente e a sociedade (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as Diretrizes da Extensão Universitária, espera-se com a pesquisa e a extensão proporcionar ações transformadoras, ao estabelecer uma relação entre a universidade e outros setores da sociedade, tais como: Conselho Regional de Contabilidade (CRC), prefeituras municipais, em suas secretarias de assistência social, nos conselhos municipais e nas entidades beneficentes. Com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades de uma parcela da população, pessoas idosas e crianças/adolescentes, vislumbra-se uma ação regional e de políticas públicas.

Assim, a interação dialógica, o desenvolvimento de relações entre universidade e esses setores sociais serão marcados pelo diálogo, pela ação de mão dupla, de troca de saberes, ou seja, ocorrerá “por meio da troca de

conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). A articulação entre ensino/extensão/pesquisa será ancorada em processo interdisciplinar, político-educacional e científico.

Dessa forma, o projeto se justifica por meio de sua relevância social, ao abordar um problema que é socialmente relevante ao apresentar informações gerenciais/fiscais/tributárias sobre a captação e destinação de parte do Imposto de Renda devido (Pessoa Física e Pessoa Jurídica) e como essas informações podem beneficiar entidades vinculadas a dois fundos municipais: Fundo Municipal da Pessoa Idosa e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Para atender aos objetivos propostos, as ações de extensão ocorrerão da seguinte forma: Inicialmente, junto às secretarias de assistência social dos municípios de abrangência da AMCESPAR (Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Irati, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares), será identificada a situação dos dois fundos municipais (Fundo Municipal da Pessoa Idosa e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) em relação ao Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros, ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e em relação à atuação dos conselhos municipais.

Na sequência, ocorrerá a identificação das entidades vinculadas aos respectivos fundos municipais. Então conhecidas às entidades vinculadas aos dois fundos municipais, será realizado o levantamento das necessidades das instituições e a organização das equipes de trabalho. Em seguida, a disponibilização de orientação técnica para elaboração de projetos junto às entidades; continuação das articulações entre potenciais doadores, pessoas físicas e jurídicas, em torno dos temas: incentivos fiscais, responsabilidade social, fundos municipais do idoso e da criança e do adolescente. Também serão realizadas atividades junto às secretarias municipais de assistência social, auxiliando na elaboração de cartilhas, materiais de divulgação e mídias sociais. Ocorrerá avaliação das atividades, preparação de relatórios e apresentação dos resultados em eventos científicos e publicações científicas.

E, por fim, serão realizadas campanhas de conscientização sobre a destinação de parte do Imposto de Renda devido junto aos profissionais da contabilidade e população em geral. Espera-se, dessa forma, contribuir para o atendimento de anseios das comunidades locais; e igualmente contribuir para o desenvolvimento social – por meio de ações extensionistas da universidade.

REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.
- BARCAROLLO, F. O dever fundamental de pagar impostos como condição de possibilidade para a implementação de políticas públicas. **Revista de finanças públicas, tributação e desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/view/4764>. Acesso em: 30 set. 2021.
- CEDI. CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO. Criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa e Respectivo Fundo. **Manual de Orientação**. Curitiba. 2015.
- COMISSÃO DE ESTUDOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CRCRS. **Manual de Incentivos Fiscais para Investimentos Sociais, Culturais, Desportivos e na Saúde**. Porto Alegre. 2016. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_incentivos.pdf. Acesso em: 07 jan.2022.
- CONSENZA, J. P. Perspectivas para a Profissão Contábil num Mundo Globalizado – Um estudo a partir da Experiência Brasileira. **Revista Brasileira de Contabilidade** – RBC, n. 130, jul./ago. 2001. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/ckeditorfiles/UA_responsabilidade_social.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.
- DYE, T. R. **Understanding public policy**. Pearson Education. 2013.
- EON, F. O que é Responsabilidade Social? **Revista ResponsabilidadeSocial.com**, 2015. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- GARCIA, J. **O negócio do social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.
- INCENTIVAR. In: MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2022a. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=0L1m4>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- INCENTIVAR. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**. 2022b. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/incentivar/>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- KLOSOWSKI, A.L.M. *et al.* A transparência nos conselhos municipais do meio ambiente das capitais brasileiras. In: **Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba**. Huascar Fialho Pessali, Bruno Martins Augusto Gomes (org.). Curitiba: PUCPRESS, 2020.
- MERLO, R. A.; PERTUZATTI, E. Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, v.5, São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 3ª Região Fiscal. **A Sociedade e a Receita Federal. Campanha Destinação.** [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao-fiscal/projeto-destinacao/fotos/copy_of_CampanhaDestinacaoPFatualizado.pdf. Acesso em 27 dez. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 set. 2021.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Doação** Contribuintes podem fazer doações aos Fundos da Criança e do Adolescente por meio de dedução no imposto de renda. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/contribuintes-podem-fazer-doacoes-aos-fundos-da-crianca-e-do-adolescente-por-meio-de-deducao-no-imposto-de-renda>. Acesso em: 24 set. 2021.

NASI, A. C. Globalização da economia e as novas tendências da profissão contábil no século XXI. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 27, n. 92, p. 36–43, jan./mar. 1998.

ODS. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 24 set. 2021.

PESSALI, H. F.; GOMES, B. M.A. Bens Democráticos nos Conselhos de Curitiba. *In: Instituições de democracia participativa: bens democráticos nos conselhos de políticas públicas de Curitiba.* Huascar Fialho Pessali, Bruno Martins Augusto Gomes (org.). Curitiba: PUCPRESS, 2020.

RECEITA FEDERAL. **Benefícios fiscais.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/isencoes>. Acesso em 17 set. 2021.

RECEITA FEDERAL. **Campanha Destinação** – O Imposto de Renda a Serviço da Cidadania. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao-fiscal/projeto-destinacao>. Acesso em: 17 set. 2021.

REIS, T. **O que são incentivos fiscais, como funcionam e quais suas vantagens?** 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/incentivos-fiscais/>. Acesso em: 17 set. 2021.

RIBAS, M.; OTT, E. Responsabilidade social: um elemento intrínseco ao alinhamento organizacional. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.139, p. 74–90, dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/13621-Texto%20do%20artigo-46594-752-2-20191029.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

RIBEIRO, M. F.; MACIEL, L. P. Um olhar sobre a efetividade das políticas públicas tributárias na busca da justiça social. **Revista de Direito Tributário e Financeiro**, v. 3, n. 2, p. 23-44, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210566864.pdf>. Acesso em 28 set. 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Fundo do Idoso: Orientação para os Conselhos**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/cartilha-fundo-do-idoso-2013-orientacoes-para-os-conselhos.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

SMITH, K. B.; LARIMER, C. W. **The public policy theory primer**. Westview press, 2016.

SOUZA, M. S.; MACHADO, C. V. Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3189-3200, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2018.v23n10/3189-3200/pt/> . Acesso em: 11 dez. 2021.

VIEIRA *et al.* **Incentivos Fiscais: um passo a passo para doadores e captadores de recursos**. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2020.ebook PDF. Disponível em: http://www.crc.org.br/images/pvcc/pdf/Incentivos_fiscais_ebook.pdf. Acesso em: 09 ago.2021.

EXTENSÃO E EMPREENDEDORISMO: DESAFIO EDUCACIONAL NO PROGRAMA BOM NEGÓCIO PARANÁ

Carlos A. M. Gonzaga¹³

Patricia Guerez¹⁴

Maricléia A. L. Novak¹⁵

INTRODUÇÃO

A importância do empreendedorismo para o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade ou região tem sido longamente arguido, tanto pelo possível impacto sobre o nível de emprego e a expansão das atividades econômicas, quanto pela possível promoção de inovações nas atividades produtivas e comerciais. Por isso, a implementação de políticas públicas para fomentar o empreendedorismo tem suscitado demandas, questionamentos e resultados diversificados. Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a implementação de uma iniciativa de política pública que visou a inovação social pelo estímulo à formação de empreendedores, o Programa Bom Negócio Paraná (PBNP). O objetivo é analisar sua proposição enquanto política social e enquanto visão de educação empreendedora.

O PBNP foi uma iniciativa de política pública socioeconômica do Governo do Estado do Paraná, formatado para o provimento gratuito de treinamento básico em empreendedorismo. Sua clientela consistiu de micro, pequenos e médios empresários, e de indivíduos interessados em tornarem-se empreendedores. Para maximizar seu impacto social, deu-se prioridade à abrangência territorial dos municípios que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Direccionava-se igualmente aos setores industrial, comercial e de serviços. Teve por objetivo instrumentalizar os empreendedores com um incremento de conhecimento aplicável à administração empresarial, visando alavancar a geração de renda e promover o desenvolvimento socioeconômico local.

Além da capacitação em empreendedorismo, o programa incluía a realização de consultorias, sob demanda dos participantes. As consultorias visavam fortalecer as iniciativas que pudessem melhorar a sustentabilidade

¹³ Doutor em Engenharia Florestal (UFPR). Bacharel em Administração (FAE), com mestrado em Ciência Política (UFMG). Professor Associado da Unicentro (Depto. de Administração e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário).

¹⁴ Mestre em Administração (Positivo). Bacharel em Administração (Unicentro); Doutoranda em Administração (PUC-PR). Foi professora colaboradora do Depto. de Administração da Unicentro.

¹⁵ Mestre em Desenvolvimento Comunitário (Unicentro). Bacharel em Ciências Contábeis (Unicentro); Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário (Unicentro). Professora colaboradora do Depto. de Ciências Contábeis da Unicentro.

dos empreendimentos ou gerar novos negócios, respeitando o perfil empresarial de cada localidade. O conteúdo dos cursos oferecidos incluía módulos de gestão de negócios, gestão comercial, gestão financeira, gestão de pessoas e gestão estratégica, com ênfase na elaboração do plano de negócios. As edições dos cursos duravam, em média, um mês, com aulas noturnas diárias, completando 68 horas/aula. Os participantes realizavam inscrição prévia e recebiam uma certificação de completude ao final. Os treinamentos envolveram conteúdos teóricos básicos de gestão de negócios, apresentados com práticas expositivo-dialogadas, interação ativa com os participantes, exercícios pré-elaborados, simulações, apresentação de exemplos práticos e discussão de casos reais. Os materiais didáticos (apostila, pasta e bloco de anotação), disponibilizados sem custos aos inscritos, levavam o timbre da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, e apresentavam na capa a logomarca das sete universidades públicas estaduais.

A viabilidade financeira do PBNP se deu por meio de aporte financeiro do governo estadual à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). A responsabilidade técnico-pedagógica coube às universidades públicas componentes do Sistema Estadual de Ensino Superior, composto por sete instituições: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Universidade Estadual do Oeste (Unioeste). A operacionalização foi coordenada por equipes de orientadores e bolsistas (estudantes de graduação e egressos recém-graduados) em cada campi das universidades. A execução ocorreu por meio de parcerias com prefeituras municipais, associações comerciais e industriais, e agências de desenvolvimento empresarial. Os cursos presenciais foram ministrados nos municípios das regiões de abrangência de cada universidade e nos campi universitários, a partir do segundo semestre de 2012, até o primeiro semestre de 2019. A partir de 2014, por incumbência da SETI, as universidades passaram a desenvolver versões de Educação à Distância (EaD) para os cursos de capacitação, com pioneirismo da UEPG.

Os assuntos operacionalizados pelo PBNP eram de natureza instrumental e funcional, transmitindo aos alunos uma visão pronta de empreendedorismo, considerada como a correta e adequada para eles. Apesar do pouco incentivo crítico aos conceitos, os conteúdos supriam uma necessidade de aprendizado com potencial para incentivar a procura de conhecimentos complementares para melhorar suas práticas e edificar sua realidade.

A reflexão aqui apresentada expressa uma síntese de um conjunto de observações e percepções registradas ao longo dos sete anos em que o programa foi executado pela equipe de bolsistas do PBNP da Unicentro, Campus Irati. A apresentação está composta por essa introdução, seguida de um aporte teórico metodológico, uma narrativa sobre a experiência da execução do Programa, e as considerações finais.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta seção é apresentada a abordagem encontrada na literatura sobre os conceitos de empreendedorismo, inovação social, extensão universitária e educação empreendedora.

Empreendedorismo

A base do conceito de empreendedorismo, predominante na literatura acadêmica contemporânea, foi expressa por Schumpeter há mais de um século, em 1911. Schumpeter apresentou a ideia de que o desenvolvimento econômico depende do processo de criação e destruição das estruturas por parte do empreendedor (destruição criadora). Ele deslocou o foco da análise do sistema de concorrência de mercado como um problema de administração das estruturas existentes, para enfatizar a concorrência assentada no desenvolvimento de novos produtos, novas técnicas, novas fontes de suprimento e novas formas de organização empresarial. Tais mudanças requerem disposição para promover inovações. Portanto, como o desenvolvimento econômico depende disso, o empreendedor precisa ser um indivíduo questionador e inovador (SCHREIBER et al, 2013). Dessa forma, pode-se dizer que o empreendedor promove as mudanças que moldarão o futuro por meio de arranjos originais para a utilização dos recursos disponíveis.

Dentro da tradição schumpeteriana, Drucker (1986) afirmou que empreender é transformar ideias em oportunidades de negócio, pela combinação de indivíduos e processos, baseando-se na inovação sistemática e no trabalho disciplinado, cujos princípios fundamentais são: inovação, mensuração de desempenho, aprendizado contínuo e estruturação organizacional. O empreendedorismo, segundo Drucker (1986), é uma prática que está inerentemente associada à visão de mercado e elaboração do futuro, o que implica disposição para correr algum tipo de risco calculado.

No Brasil, o tema empreendedorismo passou a ser foco de estudos e políticas públicas apenas na segunda metade da década de 1990, durante a consolidação da transição democrática que sucedeu os vinte anos de ditadura militar. De acordo com Sarfati (2013), as políticas públicas no Brasil, tradicionalmente, nunca atribuíram grande importância aos empreendedores

de pequeno porte, nem no período de industrialização e substituição das importações, nas décadas de 1950 a 1970, nem na crise econômica da década de 1980.

A mudança de cenário ocorreu, primeiro, em nível regulatório, com a aprovação da Lei Federal 9.317/1996 (Lei Federal do Simples) que simplifica as exigências fiscais, ao dispensar a escrituração contábil, dando tratamento tributário diferenciado para as micro e pequenas empresas. Poucos anos depois foi aprovada a Lei Federal 9.841/1999 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), que simplifica as relações trabalhistas, exigências para crédito e cria o Fórum Permanente da Micro e Pequenas Empresas na estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Uma década depois, essa legislação foi atualizada e substituída pela Lei Federal Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). Adicionalmente a isso, destaca-se a promulgação da Lei Federal 11.196/2005 (Lei do Bem), que regulamenta incentivos fiscais à inovação. (SARFATI, 2013)

Outro tipo de mudança ocorreu no nível administrativo, com a instituição, em 2003, da Política Nacional Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), pela qual as MPMEs passam a ter prioridade nas políticas públicas para Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Inovação social

A inovação social pode ser vista como uma forma de produzir novos e mais efetivos retornos com relação aos obstáculos que o mundo precisa ultrapassar atualmente. Para a Inovação Social não existem limites definidos, e pode ser aplicada em diversos setores, tanto público quanto privado. Pode-se dizer que é uma nova ideia ou uma ideia melhorada que supre as necessidades comuns e cria novas relações sociais de maneira simultânea, sendo capaz de melhorar a capacidade da sociedade de agir. (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Dessa forma, a inovação social envolve, portanto, novas ideias, ações e conhecimentos, consideravelmente melhorados e persistentes, que tem por objetivo a superação das necessidades sociais nos mais variados campos, por meio da colaboração e auxílio de todas as partes interessadas. (BIGNETTI, 2011)

De acordo com Castor (2007), não há uma definição exata para a inovação social, considerando que este é um conceito relativamente novo. Assim, vê-se a inovação como uma forma de busca, de descoberta, de experimentação, e por isso, a inovação “social” poderia ser compreendida analogamente como uma forma de experimentação ou adoção de “arranjos sociais alternativos” para produzir algo. A ideia de inovação social pode ser

vista através de uma ótica mais abrangente no que diz respeito ao desenvolvimento, pois as ações que buscam antecipar o desenvolvimento não precisam necessariamente perseguir apenas a finalidade econômica, sendo encaminhadas, também, pela busca da justiça, da equidade, da solidariedade, da inclusão dos grupos marginalizados, da expressão das individualidades, da minimização dos impactos ambientais e da preservação do tecido sociocultural entre outros, ou seja, podemos encarar a inovação social como um incentivo ao desenvolvimento da sociedade.

Extensão Universitária

As atividades de extensão são uma das pontas do tripé constituinte das universidades, junto com o ensino e a pesquisa. Sua importância fundamental está na democratização dos saberes produzidos nas instituições de ensino superior (PIRES DA SILVA, 2020). Para Freire (1977), a palavra “extensão” possui uma multiplicidade de significados, que vão do uso como domínio ao uso como liberação. O significado adotado pelo autor nega considera sua atribuição de processo dialógico educativo, em que:

[...] Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem[...] em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (p. 25).

A essa visão de Freire (1977), soma-se a de Silva (1997), segundo a qual a extensão universitária tem o papel e/ou função de “ponte” entre a instituição de ensino superior e a comunidade que permeia, devendo utilizar uma via de mão dupla. Isto é, há uma troca de saberes e valores, mediante os quais existem a possibilidade de a universidade pensar, programar e efetuar as ações extensionistas, assegurando-se do zelo para com os valores e a cultura da comunidade.

Desse modo, a extensão, ao ser operacionalizada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e interagindo com os segmentos sociais, permite a transformação de ambos, por meio de um “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político [...]” (FORPROEX, 2012, p. 15). É por meio desta relação dialógica que ela surge como modo de superação da perspectiva assistencialista e manipuladora do ser humano, assim como do currículo fragmentado, em que, ao adotar o prisma multidimensional, possibilita a oportunidade de trocas de saberes práticos (popular) e teóricos,

produzidos pela sociedade e pela academia, respectivamente (JEZINE, 2004).

Esse intercâmbio horizontal de conhecimentos se dá com base em uma pedagogia crítica, em que as partes envolvidas, docente e discente, ao possuírem liberdade de se expressar, aprendem de modo bilateral, isto é, ao mesmo tempo em que o docente ensina, também adquire novos saberes (CRUZ et al., 2011). Para esses autores, as atividades da extensão tornam-se reais quando ponderadas e respeitadas as experiências dos indivíduos, assim como os aspectos contextuais em que estão inseridos. Tal pedagogia tem como objetivo oferecer ações modificadoras, por meio da reflexão crítica das determinações naturais e sociais, com uma proposta de mudança, não somente em sala de aula, mas do universo. Trata-se de uma pedagogia crítica, de abertura da mente para a libertação dos seres humanos (ROMÃO, 2008). É uma pedagogia que tem o objetivo de praticar a educação como trabalho coletivo de criação histórico-cultural e de alteração humana enquanto processo civilizatório. Sua aplicabilidade é ampla e irrestrita.

Para Portes; Ananias; Teixeira (2011), a prática da extensão universitária seria fundamental no processo de edificação e reconstrução da realidade pelo indivíduo e, desta forma, um espaço vantajoso para o ensino do empreendedorismo, se a capacitação técnica adotasse a prática de uma pedagogia, conforme preconizada por Freire (1977), de apropriação de conhecimentos e procedimentos, em substituição ao modelo tradicional de treinamento e adestramento.

Educação empreendedora

Existem aspectos do empreendedorismo que podem ser fáceis de ensinar e outros não, como é o caso das competências e habilidades, relacionadas à criatividade, inovação, proatividade, tomada de decisão e propensão ao risco, para os quais ainda se buscam métodos mais adequados de ensino. Por isso, o ensino do Empreendedorismo exhibe uma gama de formas em seu processo pedagógico, orientando-se por duas diferentes visões que diversificam sua pedagogia. Uma visão cognitiva, que aborda a educação sobre o empreendedorismo, e uma visão comportamentalista, que realça a educação para o empreendedorismo (LAUTENSCHLÄGER; HAASE, 2011).

Recentemente, na literatura sobre o tema, constata-se uma maior preocupação na educação orientada para ensinar o empreendedorismo, com a finalidade de formar empreendedores participativos, indo além do conhecimento teórico do tema. Defende-se uma visão pedagógica voltada para a prática, como a mais apropriada para o ensino do Empreendedorismo. Dessa forma, a aula expositiva tradicional pode ser utilizada para estudar aspectos teóricos e culturais do empreendedorismo, direcionando os demais itens da ação empreendedora para métodos e recursos pedagógicos mais

dinâmicos. (PETERSON; LIMBU, 2010; RUSKOVAARA; PIHKALA, 2013)

Por outro lado, autores como Fayolle (2006), Honig (2004) e Ilander (2010), consideram que, na formação empreendedora, espera-se que o desenvolvimento de comportamentos conduzam o estudante ao encontro das competências que caracterizam o sujeito empreendedor. Tais competências consistem num conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para conduzir um empreendimento. Coerente com essa visão, o propósito de ensino-aprendizagem deve conduzir o estudante a ser capaz de: (i) conscientizar-se sobre o que é o empreendedorismo; (ii) ser criativo e inovador; (iii) descobrir uma oportunidade; (iv) planejar e abrir um novo negócio; (v) fazer previsões, assumir riscos, persistir e lidar com conflitos; (vi) adquirir autocontrole; (vii) aprender com a tomada de decisão os erros e acertos; (viii) trabalhar em equipe; (ix) formar uma rede de contatos; e (x) administrar o negócio de forma sustentável.

Conjugando com essa visão comportamentalista, em 2008, um grupo de trabalho designado pela Diretoria Geral para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e Pequenos e Médios Empreendimentos da Comissão Europeia, definiu as seguintes diretrizes para uma educação empreendedora multidisciplinar: (i) desenvolver espírito empreendedor entre os estudantes; (ii) treinar estudantes para abrir uma empresa e administrá-la; e (iii) desenvolver habilidades empreendedoras necessárias para identificar e explorar oportunidades de negócios (EUROPEAN COMMISSION, 2008). O escopo de tais diretrizes está voltado em orientar a educação empreendedora para a formação de um sujeito conhecedor de suas potencialidades e fragilidades, de suas habilidades e competências, com capacidade para enfrentar a realidade socioeconômica sobressair com criatividade. Ou seja, a finalidade é preparar empreendedores aptos a identificar oportunidades, enfrentar adversidades e gerar formas de garantir sua subsistência. Para alcançar tais objetivos, faz-se necessário traçar um plano de ensino que adapte a metodologia pedagógica ao contexto da aprendizagem esperada.

Diferentes opções de métodos, técnicas e recursos são apresentados na literatura sobre o tema (DORNELAS, 2008; ILANDER, 2010; KNOTTS, 2011; SCHMIDT; SOPER; FACCA, 2012). Faz-se necessário organizar as várias metodologias com as respectivas funcionalidades pedagógicas contidas em conteúdos de aprendizagem diversificados.

O empreendedorismo se estabeleceu como um fenômeno cultural vigorosamente relacionado ao processo educacional na formação de novas gerações. Nesse contexto surgiram as bases da educação empreendedora, que propõe uma metodologia de ensino especializada na atividade de formar intelectos mais preparados a sonhar, inovar, planejar, e assumir riscos com

maiores chances de sucesso (SELA; SELA; FRANZINI, 2006). Assim, vislumbra-se o empreendedorismo como um modo de ser e o uso da ação empreendedora como apropriada em todas as atividades humanas, lucrativas ou não (DOLABELA, 2003).

A pedagogia empreendedora, metodologia para o ensino do empreendedorismo na educação básica, foi concebida para crianças e adolescentes, na faixa etária entre 4 e 17 anos. Sua aplicação, desde a pré-escola até o ensino médio, baseia-se na Teoria Empreendedora dos Sonhos. No primeiro momento, o aluno desenvolve um sonho, um futuro aonde deseja chegar, estar ou ser. Na sequência, estimula-se o aluno a buscar a realização do sonho, o que requer que seja motivado a aprender o necessário para alcançá-lo. Trata-se de uma pedagogia que transporta a capacidade empreendedora de seu berço original, a empresa, para todas as atividades humanas (SELA; SELA; FRANZINI (2006). Na proposição da pedagogia empreendedora, a educação representa o propósito de reconhecer o potencial transformador das tradições consolidadas, para estimular a criatividade e a cooperação na construção de um mundo melhor. Nessa lógica, o utilitarismo e o individualismo seriam substituídos pela prevalência do interesse coletivo em busca da qualidade de vida para todos. O empreendedorismo, portanto, é considerado como um potencializador da formação da identidade do indivíduo, além de ajudar a promover o desenvolvimento socioeconômico (DOLABELA, 2003).

Algumas técnicas de ensino para a prática da educação empreendedora são citadas por Dias (1994), dentre as quais estão: a discussão em grupo; o brainstorming, para pensar em possíveis soluções de problemas; o questionário, para pesquisa exploratória com públicos específicos; a comunicação por mídias diversificadas, como jornal, rádio etc.; os jogos de simulação e a observação participante na comunidade local.

LIMITAÇÕES E AVANÇOS NA PRÁTICA DO PBNP

O modelo do Programa Bom Negócio foi originalmente concebido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, em 2005, e ampliado para o nível estadual quando o então prefeito da capital tornou-se governador do estado. Em Curitiba, a execução coube à Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação S/A, criada em 2007, no âmbito da administração pública municipal. As parcerias ocorrem com universidades privadas. Na transposição do programa para o âmbito da administração pública estadual, com a delegação de sua execução às universidades públicas, foi-lhe atribuído o caráter de atividade de extensão universitária. Assim, o PBNP passou a compor o rol de subprogramas da política extensionista do Governo do Estado do Paraná,

sintetizadas no Programa Universidade Sem Fronteiras (UsF).

Para promover o empreendedorismo nas localidades do interior do Estado, o PBNP complementava a capacitação e consultoria com a disponibilização de microcréditos subsidiados, demandados à agência financeira pública Fomento Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul. Os limites de microcrédito consistiam função do faturamento bruto anual do empreendimento. As destinações dos financiamentos poderiam atender capital de giro, investimento fixo ou misto. Tal política de fomento visou incentivar a circulação de novo capital nas localidades em que se realizavam os treinamentos.

Cada campi universitário das Instituições de Ensino Superior participantes do programa possuía sua própria programação e equipe de bolsistas, cuja dimensão variou conforme o tamanho da região de abrangência. A equipe do PBNP na Unicentro, Campus Irati, realizou cursos de capacitação em empreendedorismo nos municípios de Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Lapa, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São Mateus do Sul, Teixeira Soares e União da Vitória. De 2012 a 2019, A Unicentro, Campus irati, certificou 1.272 (um mil duzentos e setenta e duas) empreendedores que completaram a carga horária mínima exigida para os cursos do PBNP. No mesmo período, houve a concessão de bolsas, por um ano, para um total de 15 estudantes de graduação e para 15 egressos recém-formados, dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Também se concedeu bolsas a dois professores orientadores por ano.

As equipes de bolsistas que se sucederam no período em que o Programa foi executado apresentavam diversidade de interesses quando incentivados a empreender pesquisa sobre as atividades específicas que estavam desenvolvendo. Em todas as edições do PBNP a equipe de Irati produziu artigos científicos e/ou resumos para publicação em anais de eventos e/ou periódicos científicos (Quadro 1), totalizando treze produções publicadas. Este é um resultado de significativa importância, porque a seleção dos bolsistas egressos era feita com base em habilidades de comunicação didática oral, conjugada à disponibilidade para poder viajar e pernoitar nos municípios em que os cursos eram realizados. A competência para realizar pesquisas científicas não era uma das condições para selecionar a equipe executora. As disposições para realizar investigação e redigir textos científicos foram sendo incentivadas e adquiridas à medida que a experiência e os desafios suscitavam questionamentos e apresentavam oportunidades para expansão do conhecimento sobre a prática didática, os impactos da sua

execução e a percepção do público beneficiário.

A organização dos cursos dependia, essencialmente, do apoio das Prefeituras Municipais, que provinham as instalações físicas (geralmente escolas municipais) e providenciavam a divulgação local. A articulação política inicial envolveu diretamente a SETI, a SEIM e a Fomento Paraná, que realizavam reuniões com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, ou seus equivalentes. Quando o Programa adquiriu dinâmica própria, essa articulação, na região de Irati, passou a ser feita pela coordenação do PBNP do campus da Unicentro. As negociações para reedição dos cursos eram providenciadas, algumas vezes, pelos bolsistas que já haviam adquirido experiência com os trâmites negociais.

Quadro 1. Artigos e resumos publicados por bolsistas do PBNP – Unicentro, Irati

Ano	Publicação	Autores	Título
2013	Anais do XXXI SEURS	MOREIRA, E.L.; CHICZTA, J.E.; CAETANO, A. A.; FAGUNDES, K.; STROPARO, M.; SCHEIDT, G.T.; GONZAGA, C.A.M.	A aplicação do Programa Bom Negócio Paraná na Região Centro Sul do Paraná: uma análise de suas perspectivas e funcionalidades https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117387?show=full
2014	Anais do ADMPG	LOPES, E.; NOVAK, M.A.L.; GUEREZ, P.; GONZAGA, C.A.M.	Empreendedorismo: uma análise sobre a capacitação de empreendedores na Região Centro-Sul do Paraná http://anteriores.admpg.com.br/2014/dow.php?id=1191&q=1
2014	Anais do VII Salão de Extensão da Unicentro	GUEREZ, P.; LOPES, E.; NOVAK, M.A.L.; GONZAGA, C.A.M.	Prestação de assessorias: um estudo de caso sobre capacitação em gestão de negócios do Programa Bom Negócio Paraná http://anais.unicentro.br/sec/pdf/viiv4n1/18.pdf
2015	Anais do XIII CONEX	DENKEWICZ, L; STROPARO, M.; SCHEIDT, G.T.; GONZAGA, C.A.M.	Bom Negócio Paraná como ferramenta para o desenvolvimento acadêmico http://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2015/anais2015/928-3537-1-PB-mod.pdf
2016	Anais do VI CONCISA	GUEREZ, P.; GONZAGA, C.A.M.; NOVAK, M.A.L.; LOPES, E.	Educação empreendedora e extensão universitária: análise de percepção sobre a capacitação do Programa Bom Negócio Paraná http://anais.unicentro.br/concisa/pdf/viv3n1/2004.pdf

2016	Anais do VI CONCISA	GUEREZ, P.; GONZAGA, C.A.M.; NOVAK, M.A.L.; LOPES, E.	Educação empreendedora e extensão universitária: análise de percepção sobre a capacitação do Programa Bom Negócio Paraná http://anais.unicentro.br/concisa/pdf/viv3n1/2004.pdf
2016	Anais do IX Salão de Extensão da Unicentro	GALVÃO, B.O.; POLINARSKI, D.; GONZAGA, C.A.M.	O Projeto Bom Negócio como facilitador para o desenvolvimento dos microempresários da Região Centro-Sul do Paraná http://anais.unicentro.br/sec/pdf/ixv5n1/49.pdf
2017	Anais do XXXV SEURS	LUBINA, A.; GALVÃO, B.O.; MACOHON, E.R.; KSZAN, G.A.; TAIOK, J.M.; GONZAGA, C.A.M.	Análise das características empreendedoras dos participantes do Programa Bom Negócio Paraná https://drive.google.com/file/d/1ax9RnPWc-l-Tbr-ayx0KgOWeAznbmka-/view
2017	Anais da V SIEPE	LUBINA, A.; GALVÃO, B.O.; KSZAN, G.A.; TAIOK, J.M.; GONZAGA, C.A.M.; MACOHON; E.R.	O Projeto Bom Negócio como formador de empreendedores na Região Centro-Sul do Paraná https://evento.unicentro.br/files/Submissaoxarquivos/car_submissao/22_09_2017_car_submissao_1431025279.pdf
2017	Anais do XXVI EAIC	GALVÃO, B.O.; GONZAGA, C.A.M.	Estudo sobre as políticas de empreendedorismo no Brasil https://evento.unicentro.br/files/Submissaoxarquivos/car_submissao/13_09_2017_car_submissao_1212405660.pdf
2018	Anais do Enc. de Cidades c/ Perspectiva de Equidade de Gênero	LUBINA, A.; GALVÃO, B.O.; OLIVEIRA, G.; KSZAN, G.A.; GONZAGA, C.A.M.; MACOHON; E.R.	Diversidade de gêneros no processo de formação de empreendedores do Programa Bom Negócio Paraná https://evento.unicentro.br/files/Submissaoxarquivos/car_submissao/20_11_2018_car_submissao_1510563664.pdf
2018	Anais do XI EAEX	LUBINA, A.; GALVÃO, B.O.; OLIVEIRA, G.; KSZAN, G.A.; GONZAGA, C.A.M.; MACOHON; E.R.	Habilidades empreendedoras dos participantes do Programa Bom Negócio Paraná https://evento.unicentro.br/files/Submissaoxarquivos/car_submissao/11_03_2019_car_submissao_1533054696.pdf
2018	Anais do XXXVI SEURS	LUBINA, A.; GALVÃO, B.O.; OLIVEIRA, G.; KSZAN, G.A.; GONZAGA, C.A.M.	Empreendedorismo feminino: mulheres participantes do Programa Bom Negócio Paraná https://www.ufrgs.br/seurs36/wp-content/uploads/2018/12/SEURS_2018_Anais_Livro_v10.pdf

2020	Revista Conexão	LUBINA, A.; GALVÃO, B.O.; OLIVEIRA, G.; KSZAN, G.A.; GONZAGA, C.A.M.; MACOHON; E.R.	Competências empreendedoras de mulheres: estudo de caso em treinamento de empreendedorismo como extensão universitária https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.14310.023
------	-----------------	---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando foi lançado, o PBNP despertou grande interesse junto ao seu público alvo, porque na sua divulgação foi dada uma grande ênfase à disponibilidade de crédito subsidiado e fácil a quem obtivesse a certificação nos treinamentos. Esse tipo de divulgação era de grande interesse para a Fomento Paraná, que no início teve uma participação bastante ativa na articulação de apoio político junto às Prefeituras Municipais e Associações Comerciais e Industriais, em todo o Estado. No entanto, logo os empreendedores perceberam que a Fomento Paraná é estruturada como um banco e seus critérios para aprovação de crédito estão sujeitos às condições praticadas pelas demais instituições financeiras. O subsídio do crédito era real, mas o dinheiro não era liberado com a facilidade que alguns haviam imaginado.

Essa expectativa inicial alavancou as inscrições para as primeiras turmas ofertadas. Assim, o primeiro ano de edição do PBNP foi o de maior demanda, apesar da pouca experiência da equipe em lidar com as limitações e “novidades” encontradas. Havia uma demanda reprimida que, uma vez atendida, não se repetiria nos anos seguintes (Quadro 2).

Quadro 2. Empreendedores certificados pelo PBNP – Unicentro, Irati (2012-2019)

Edição do PBNP	Quant. de certificados
2012-2013	361
2013-2014	148
2014-2015	130
2016	188
2017	229
2018-2019	216
Total	1.272

Fonte: Relatórios finais do PBNP – Unicentro, Irati

No comando das Prefeituras, às vezes os interesses de ordem político-ideológica se sobrepõe aos interesses sociais. Como o PBNP não implicava em repasse direto de recursos financeiros aos municípios, apenas capital intelectual, isso implicou em falta de interesse por parte de alguns gestores.

Nos anos eleitorais, também havia redução da possibilidade de encontrar nos municípios pessoas interessadas em priorizar a execução dos cursos. Muitas das pessoas-chave para lidar com a organização do processo de inscrições, responsabilidade pelas instalações e divulgação nas comunidades, eram convocadas pelas lideranças partidárias para o cumprimento das atividades de cabo eleitoral para algum candidato. Esse problema se verificou nas eleições majoritárias de 2014 e repetiu-se nas eleições municipais de 2016. Em 2018, a experiência adquirida nos anos anteriores permitiu contornar parcialmente o problema.

CONSIDERAÇÕES/REFLEXÕES FINAIS

A execução de atividades extensionistas pelas Instituições de Ensino Superior visam atender a integração do ensino e da pesquisa, além de buscar o aumento da justiça social e da solidariedade entre as pessoas. As propostas extensionistas ocorrem por meio de uma multiplicidade de formas, por isso o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras (FORPROEX, 2012) estabeleceu princípios e diretrizes para que a extensão atue como instrumento de mudança social, cidadania e democracia. Assim, uma iniciativa de extensão universitária para educação empreendedora cumpre melhor seu desígnio se atender à prática dialógica de focar na realidade social e experiência dos alunos.

Os materiais e conteúdos utilizados pelo PBNP para a execução do ensino do empreendedorismo caracterizam-se, essencialmente, pelo fornecimento de uma visão instrumental do que é considerado correto na gestão dos negócios. A adequação e aplicabilidade dos conteúdos à realidade vivenciada pelos cursistas eram deixadas ao discernimento baseado na experiência de cada um.

A utilização de uma visão determinista de empreendedorismo poderia ser considerada, segundo Freire (1977), como um entendimento equivocado da extensão universitária, por fundar-se numa hierarquia estática do conhecimento de quem ensina e de quem aprende. Tal ingrediente, segundo Dolabela (2004), induziria ao bloqueio da capacidade empreendedora dos seres humanos porque impõem uma perspectiva a ser adotada.

A invariabilidade na abordagem do conceito de empreendedorismo pode ter secundarizado a relevância dos contextos sociais e culturais dos participantes. Embora isso possa ter sido parcialmente superado pelas competências sociais e capacidade de empatia dos bolsistas responsáveis por ministrar os cursos, os conteúdos da apostila induziam a uma didática prescritiva da perspectiva empresarial a ser adotada. Ou seja, a educação

empreendedora adotada na implantação do PBNP, de certa forma, precisava de ajuste de foco em relação às recomendações da literatura sobre o ensino nesta área, bem como em relação às diretrizes da extensão universitária.

A proposta de educação empreendedora do PBNP apresentava um grande potencial para a realização de inovação social. Sua maior limitação se verificava no modelo pedagógico proposto pelos elaboradores do material didático. Apesar da mensagem de estímulo à inovação e transformação, a forma como foi escrita tendia a reforçar nos alunos uma visão de mundo pré-existente e reforço do status quo.

Ainda assim, é preciso reconhecer a adequação do conteúdo do curso de empreendedorismo do PBNP para instrumentalizar seus participantes a alcançarem a explicitada finalidade de profissionalizar o desempenho empreendedor. Considerando este aspecto, a multiplicação da capacidade empreendedora numa comunidade pode, no longo prazo, engendrar as condições para a transformação da realidade existente e o desenvolvimento das inovações sociais necessárias. A disponibilização, por parte do Estado, de cursos de Capacitação em Empreendedorismo, como o PBNP, é uma forma de inovação social, que contribui para desenvolvimento sustentável local.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v.47, n.1, 2011.
- CASTOR, B.V.J. Inovação social e desenvolvimento. In: FARFUS, D., ROCHA, M.C.S. (org.). **Inovações sociais**. Curitiba: SESI; SENAI; IEL; UNINDUS, 2007. Coleção Inova, v.2, p.71-84.
- CRUZ, B.P.A. et al. Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.5, n.3, p.3-16, 2011,
- DIAS, G.F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1994.
- DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**: o ensino de empreendedorismo na educação básica voltado para o desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.
- DOLABELA, F. Pedagogia empreendedora. **Revista de Negócios**, v.9, n.2, p.127-130, 2004.
- DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3.ed. São Paulo: Elsevier, 2008.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986

- EUROPEAN COMMISSION: DIRECTORATE-GENERAL FOR ENTERPRISE AND INDUSTRY. **Entrepreneurship in higher education, especially in non-business studies**: final report of the expert group. Brussels (Belgium): DG-ENTR, 2008. (Best Procedure Project).
- FAYOLLE, A. Essay on the nature of entrepreneurship education. In: FUEGLISTALLER, U.; VOLERY, T.; WEBER, W. (eds.). **Understanding the regulatory climate for entrepreneurship and SMEs**: papers presented to the Rencontres de St-Gall. St.Gallen (Switz.): KMU-HSG, 2006.
- FORPROEX [FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS]. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HONIG, B. **Entrepreneurship education**: toward a model of contingency-based business planning. *Academy of Management Learning and Education*, v.3, n.3, p.258-273, 2004.
- ILANDER, G. P-B. The use of feature films to promote entrepreneurship. **International Journal Information and Operation Management Education**, v.3, n.3, p.284-302, 2010.
- JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CONGREXT), 2, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- KNOTTS, T. L. The SBDC in the classroom: providing experiential learning opportunities at different entrepreneurial stages. **Journal of Entrepreneurship Education**, v.14, n.1, p.25-38, 2011.
- LAUTENSCHLÄGER, A.; HAASE, H.. **The myth of entrepreneurship education**: seven arguments against teaching business creation at universities. *Journal of Entrepreneurship Education*, v.14, n.1, p.147-161, 2011.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G.. **The open book of social innovation**. London: Nesta, 2010.
- PETERSON, R.T.; LIMBU, Y. **Student characteristics and perspectives in entrepreneurship courses**: a profile. *Journal of Entrepreneurship Education*, v.13, n.1, p.65-83, 2010.
- PIRES DA SILVA, W. Extensão Universitária. **Revista Extensão & Sociedade**, v.11, n.2, 2020.
- PORTES, M.R.; ANANIAS, S.P.; TEIXEIRA, H.A. **Extensão universitária e ensino do empreendedorismo**. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), n.7, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Anegepe, 2012.
- ROMÃO, J. E. Pedagogias de Paulo Freire. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n.2, 2008.

RUSKOVAARA, E; PIHKALA, T. Teachers implementing entrepreneurship education: classroom practices. **Education + Training**, v.55, n.2, p.204-216, 2013.

SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada. **Revista de Administração Pública**, v.47, n.1, p.25-48, 2013.

SCHMIDT, J.S.; SOPER. J.C.; FACCA, T.M. Creativity in the entrepreneurship classroom. **Journal of Entrepreneurship Education**, v.15, p.123-131, 2012.

SCHREIBER, D. et al. Posicionamento estratégico de MPE'S com base na inovação através do modelo Hélice Tríplice. **REAd. Rev. eletrôn. adm.**, v.19, n.3, p.767-795, 2013.

SELA, V.M.; SELA, F.E.R.; FRANZINI, D.Q. Ensino do Empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento econômico e social sustentável: um estudo sobre a metodologia "Pedagogia Empreendedora" de Fernando Dolabela. Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 30. Salvador, BA. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006.

SILVA, O. O que é extensão universitária. **Revista Integração**, v.3, n.9, p.148-150, 1997.

PLANEJAMENTO URBANO: POR UM ENTENDIMENTO DEMOCRÁTICO E SOCIAL

Raquel Dorigan de Matos¹

INTRODUÇÃO

O surgimento das cidades trouxe consigo contradições a serem consideradas para que aquelas pudessem ser viabilizadas. Entende-se a importância de planejar e organizar o desenvolvimento das cidades. O enfrentamento estabelecido pelos cidadãos resultou em política pública que garantisse a obrigatoriedade do processo de participação na gestão, sendo aquelas os planos diretores. Pode-se afirmar que o plano diretor é o instrumento legal de planejamento para o desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras, possibilitando o processo democrático em sua elaboração, permitindo cumprir a função social da cidade, garantindo o direito e as garantias de elementos constitutivos da cidadania, como terra, trabalho, saúde, educação, cultura, moradia digna. Considerando que o planejamento é um instrumento de relevância significativa para a gestão de municípios, prefeituras e organizações públicas, tendo por intento ressignificar a existência do cidadão como sujeito de direitos.

A teoria crítica urbana visa analisar criticamente os planos diretores elaborados pelos municípios, buscando no real concreto as contradições inerentes a este processo. Para tanto, tem-se por pressuposto teórico a Teoria Crítica Urbana e a Teoria do Reconhecimento, considerando sua dimensão política, social e econômica.

Considerar múltiplas percepções de mundo de diferentes etnias, classes sociais, idades, formas de trabalho, entre outros, contribui positivamente para o alcance da totalidade social e construir uma cidade justa e inclusiva. Essa conquista se dá por meio da participação de todos os envolvidos, garantindo que todos os cidadãos possam participar efetivamente do processo de tomada de decisão.

Tendo o acima mencionado como fundamento, este estudo tem por objetivo analisar criticamente o processo de definição da política pública urbana, especificamente a construção do plano diretor das cidades, a partir da possibilidade concreta da superação do estranhamento econômico e da alienação política, possibilitando que assuntos coletivos, determinantes da

¹ Doutora em Administração pela UTFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário-PPGDC e do Departamento de Administração-DEADM/I da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO.

vida em sociedade, sejam apropriados pelo sujeito. A categoria que permeia o estudo é a da participação ativa do cidadão como sujeito capaz de contribuir para a produção da história, sendo assim considerado em suas demandas e, nesse sentido, o pressuposto norteador é que o homem estabelece uma relação dialética com o meio sociocultural em um processo de construir e ser construído. A pesquisa qualitativa se deu por meio da análise crítica do discurso, baseada em Fairclough, dos dados secundários. Os resultados apontam para o entendimento da importância significativa da participação paritária nas esferas de decisão, garantida pela inclusão plena, quando se trata da construção de políticas públicas. A justiça política busca romper com a desigualdade de status, possibilitando oportunidades iguais, podendo resultar na ressignificação das condições sociais.

GESTÃO URBANA SUSTENTÁVEL

A presente pesquisa originou-se, por um lado, dos estudos desenvolvidos nos Grupos de Pesquisa Capital, Trabalho e Lazer e Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, de outra parte, decorre das discussões realizadas no desenvolvimento das pesquisas e orientações que envolvem as atividades vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário e o Departamento de Administração. Dando assim, continuidade às pesquisas “Critérios de Justiça e Planejamento Urbano” e “Critérios de Justiça para um Planejamento Urbano Democrático e Social”.

Tendo como pressuposto a qualificação da gestão das cidades, a Governança Urbana Sustentável – GUS torna-se elemento teórico e prático significativo para o desenvolvimento do real concreto. Considerando dados atuais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população urbana brasileira representa cerca 85% da população, sendo a Região Sudeste a que apresenta um maior percentual desta população, que é de 93 %. Desta feita, a ocupação do espaço urbano começa a se estruturar de forma a articular o alojamento das camadas sociais economicamente menos favorecidas. Afastando estas dos bairros nobres e, por conseguinte, alocando-as em espaços urbanos específicos. A formação de guetos sociais decorre de uma política urbana de valorização de determinados espaços, favorecendo a especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que incentiva as ocupações consideradas ilegais de áreas públicas ou privadas (FARIA, 2016).

Este constitui um momento importante no desenvolvimento da teoria social. A realidade material que prevalece neste momento do século XXI apresenta novos desafios para concepções de aprendizado. Estes desafios são

mediados e estabelecidos pelos entendimentos de aprendizado cultural e historicamente situado que têm sido desenvolvidos em momentos singulares de tempo e espaço (DORIGAN DE MATOS, 2013).

A Gestão Urbana Sustentável se dá por meio do planejamento da gestão das cidades, bem como por políticas públicas, porém, em sua prática, não considera a camada socialmente e economicamente desprivilegiada, quando em seus processos de definição, elaboração, implementação e avaliação não oportuniza a participação efetiva dessa camada social. A representatividade que se estabelece legalmente por meio do poder legislativo municipal não se constituiu em uma prática inclusiva, não considerando, desta feita, as reivindicações dos grupos/movimentos dos menos favorecidos social e economicamente. Sendo estes, precariamente incluídos na sociedade.

Diante desta produção histórica, necessário se faz uma análise crítica que possa estabelecer um projeto de espaço urbano inclusivo e plural.

TEORIA DO RECONHECIMENTO E A REPRESENTAÇÃO PARITÁRIA NAS ESFERAS DE DECISÃO

A comunidade acadêmica contemporânea é espectadora da discussão em torno da noção do reconhecimento. Estudiosos de diferentes áreas dedicam seus esforços em busca do entendimento do tema. Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor são os principais autores que buscam um (re)entendimento do tema reconhecimento como sendo central para a teoria crítica da atualidade (MATTOS, 2004; NETO, 2011). Apesar de apresentarem interpretações distintas do tema, eles têm em comum o desejo de colocar a categoria do reconhecimento como tema principal na reconstrução de um pensamento crítico aspirando por um posicionamento crítico em relação às lutas sociais da atualidade, teorizar o lugar da cultura no capitalismo e estabelecer padrões de justiça.

A Teoria do Reconhecimento estabelece suas bases teóricas em Hegel. O conceito de reconhecimento é desenvolvido por Hegel em seus escritos em Jena, dando-se um grande destaque à intersubjetividade que leva ao reconhecimento como fundamento ético em que acontecem os embates, os conflitos (MATTOS, 2004; NETO, 2011; FARIA, 2011). “Assim, o tema reconhecimento tem ocupado um lugar de destaque na filosofia desde que Hegel, ao interpretar o conflito como mecanismo de transformação social na construção de uma sociedade em que as relações sociais são mais estruturadas, introduz a categoria do respeito e do reconhecimento intersubjetivo como o motor destes conflitos.” (FARIA, 2011). Para Hegel

(MATTOS, 2004; NETO, 2011; FARIA, 2011), sendo que o sujeito estabelece a sua existência na relação com o outro, ou seja, quando reconhecido pelo outro.

A terceira geração da Teoria Crítica frankfurtiana, representada por Axel Honneth, retoma a categoria hegeliana estabelecendo seus estudos na sociologia do reconhecimento; a filosofia histórica fundamenta os trabalhos de Charles Taylor a respeito do reconhecimento social como o vínculo fundamental entre os sujeitos; Nancy Fraser constitui seus estudos nos movimentos sociais e nos conflitos políticos (MATTOS, 2004; SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008; FARIA, 2011).

Smaniotto (2008), Neto (2011), Faria (2011) e Honneth postulam que existem três princípios integradores ou formas de reconhecimento: as ligações emotivas/amor, a adjudicação de direitos e a orientação por valores/solidariedade. Esses princípios são responsáveis por estruturar os dispositivos de proteção intersubjetivos de liberdade externa e interna.

A proposta apresentada por Nancy Fraser (2008) é composta por um modelo tridimensional de categorias irreduzíveis entre si: reconhecimento, redistribuição e representação política. Os conflitos sociais têm seus fundamentos vinculados à luta pelo reconhecimento social, bem como à luta pela redistribuição da riqueza material produzida pela sociedade e pela representação paritária nas esferas de decisão (FRASER, 2003; 2008). A partir disso, são definidas três categorias: reconhecimento social; redistribuição igualitária de riqueza material; e representação paritária nas esferas de decisão (MATOS, 2004; FARIA, 2011).

Para Fraser (2008), as categorias reconhecimento, redistribuição e representação política correspondem a três dimensões de justiça: cultural (reconhecimento); econômica (redistribuição); e política (representação). É na dimensão política que se desenvolvem as lutas por distribuição e reconhecimento. Do ponto de vista analítico, observam-se três categorias: reconhecimento social; redistribuição igualitária da riqueza material; e representação paritária nas esferas de decisão.

No entendimento de Fraser (2008) os critérios de justiça devem estar presentes para que haja a participação em igualdade, com pleno direito de interação social. A autora estabelece três dimensões desse conceito de justiça. A redistribuição, como primeiro critério, remete às estruturas econômicas. A segunda dimensão é balizada pelo reconhecimento, e está ligada às hierarquias institucionalizadas, de valor cultural. A terceira dimensão é a política, que “está centrada em questões de pertença e de procedimento, o que remete a discussão para o problema da representação e, portanto das

regras de decisão e das condutas que estruturam os processos públicos de confrontação” (FARIA, 2011, p. 23).

A dimensão política de justiça estabelece os critérios de pertencimento social e determina quem se inclui como membro. Estabelece também os procedimentos para reconhecer e resolver os conflitos das dimensões econômica e social, no que se refere à delimitação de quem pode reivindicar redistribuição e reconhecimento, bem como compreender e arbitrar essas reivindicações (FRASER, 2008).

As demandas da dimensão política da justiça são o pertencimento e o procedimento, sendo a representação seu mote. De um lado, no que se refere ao estabelecimento de limites do político, a representação aparece em uma perspectiva de pertencimento social, em uma definição de quem é incluído ou excluído da comunidade dos que têm direito a reivindicações de justiça. De outro lado, no que diz respeito às regras de decisão, se estabelece o interesse por procedimentos que estruturam os processos públicos de confrontação. Nesse ponto, o interesse se concentra nas condições nas quais os incluídos na comunidade política estabelecem suas reivindicações e arbitram suas disputas. “Se a paridade participativa nas decisões constitui-se em uma justiça política, a mesma defronta-se com obstáculos que se encontram na constituição da sociedade” (FARIA, 2011, p. 23).

As pessoas podem ver-se impedidas de participar plenamente por dois tipos de obstáculos. De um lado, observa-se a injustiça distributiva, ocasionada pela má distribuição dos recursos, uma vez que as estruturas econômicas negam aos sujeitos os recursos necessários para interagir com os demais como partes. De outro, se apresenta o reconhecimento falido, em que sujeitos em desigualdade de status são impedidos de interagir em condições de paridade por hierarquias institucionalizadas de valor cultural que recusam uma posição adequada. O direito à estima social como uma condição de oportunidades iguais é universal.

A dimensão política é definida pela representação. Logo, a injustiça política característica é a “representação falida” (misrepresentation), que se constitui quando há o funcionamento injusto dos limites políticos e/ou das regras de decisão que negam a determinadas pessoas a possibilidade de participar em paridade com os outros em uma interação social (FRASER, 2008).

No entendimento de Fraser (2008), a representação falida, carência de participação política, pode ser observada sob dois níveis. No primeiro nível apresenta-se a “representação falida político-ordinária”, na qual as regras de decisão política negam injustamente aos indivíduos que compõem a

comunidade a oportunidade de participar plenamente como pares. O segundo nível, chamado “des-enmarque” (misframing), é caracterizado pela injusta delimitação de pertença, criando os indivíduos politicamente excluídos. Nesse nível a injustiça apresenta-se quando as fronteiras da comunidade se estabelecem de maneira que alguém fique injustamente excluído (em absoluto) da possibilidade de participar das discussões sobre justiça que lhe são inerentes, negando a oportunidade de pressionar com reivindicações de justiça.

A capacidade de exercer a participação política é dependente das relações de classe e de status. Mesmo em comunidades políticas supostamente democráticas observa-se que a má distribuição e o reconhecimento falido contribuem para subverter o princípio da igual participação política para todos os cidadãos. Sem voz política, esses cidadãos são incapazes de estruturar e defender seus interesses referentes à distribuição e ao reconhecimento, reforçando um círculo vicioso, o qual nega a alguns a oportunidade de participação como pares na vida social. Para se assegurar uma representação política que tenha efetividade social é preciso que o processo de estabelecimento de fronteiras seja democrático.

A política de demarcação de fronteiras estabelece distinções entre membros e não membros. A questão essencial dessa política é a demarcação de “quem” é ou não é membro. A demarcação das fronteiras de membros ou não membros pode ser estabelecida de duas formas distintas, sendo uma delas chamada por Fraser (2008) de política afirmativa. Nesse caso os limites dos Estados territoriais são redefinidos ou são criados novos limites, porém o Estado territorial, “princípio territorial-estatal”, segue sendo a unidade adequada para se definir quem é membro e quem é não membro. A outra forma de demarcação de fronteiras, chamada de enfoque transformativo, entende que o Estado territorial não é suficientemente capaz de demarcar “quem” é ou não é membro em uma economia global.

O princípio que melhor servirá em um mundo em globalização é o “princípio de todos os afetados”. Tal princípio afirma que todos os afetados por uma estrutura ou uma instituição social apresentam condição moral de serem sujeitos da justiça a respeito de si. Tendo por fundamento esse princípio, o que faz com que um conjunto de pessoas se torne membro sujeito da justiça não é a proximidade geográfica, mas sim a coimbricação em um marco estrutural ou institucional comum, que constitui os preceitos que governam sua interação social, configurando assim suas respectivas possibilidades fundamentais de acordo com as pautas de vantagem e desvantagem. Nesse sentido, deve ser concedida posição a todos os que não são membros ou participantes, mas

estão significativamente afetados pela instituição ou pela prática em questão.

De acordo com os estudos de Fraser (2008), após ter sido definido quem é membro ou quem não é membro, considerando o “princípio de todos os afetados”, um novo questionamento se apresenta em relação à definição do “como” se estabelece a institucionalização da paridade participativa em deliberações e decisões referentes a “quem”.

Em processos não democráticos não há a institucionalização da paridade participativa a nível meta-político, definida por Fraser (2008) como representação metapolítica falida. Nesse contexto os Estados e as elites transnacionais monopolizam a atividade de estabelecimento de “quem”, negando participação e voz a quem pode ser prejudicado no processo e impedindo a criação de foros democráticos em que as reivindicações dessas pessoas podem ser ouvidas e aceitas, estabelecendo uma divisão oficial do espaço político que impede a grande maioria dos indivíduos de participar. Na ausência de parâmetros institucionais para essa participação, a maioria, apresentada em um enfoque não democrático de “como”, se vê privada da oportunidade de envolver-se em condições de paridade no processo de tomada de decisão a respeito de “quem”.

O entendimento acima apresentado é sustentado pela utilização do enfoque dialógico, que trata aspectos importantes da justiça como assuntos que requerem uma adoção coletiva de decisões, que hão de estar determinadas pelos cidadãos mesmo mediante um processo de deliberação democrática. Os processos democráticos devem ser aplicados na determinação do “que”, de “quem” e de “como”.

O princípio da paridade participativa encerra duas qualidades que expressam o caráter reflexivo da justiça democrática. Nesse sentido, Fraser (2008, p. 63) afirma:

Por um lado, o princípio da paridade participativa é uma noção consequential, que especifica um princípio substantivo de justiça mediante o qual podemos avaliar os acordos sociais: estes são justos se e somente se estabelecem que todos os atores sociais interessados podem participar como pares na vida social. Por outro lado, a paridade participativa é também uma noção processual, que especifica um procedimento padrão mediante o qual podemos avaliar a legitimidade democrática das normas: estas são legítimas se e somente se exigem um assentimento em todos os implicados nos processos de deliberação, equitativos e abertos, nos que todos podem participar como pares. Em virtude de esta dupla qualidade, a perspectiva da justiça como paridade participativa possui um

caráter reflexivo consubstancial, capaz de problematizar tanto a substância como o procedimento, é visível a mútua ligação de estes dois aspectos nos acordos sociais.

O princípio da paridade participativa, ao encerrar o caráter reflexivo consubstancial, capaz de problematizar tanto a substância como o procedimento, permite avaliar os acordos sociais em seus conteúdos de justiça.

O significado mais geral de justiça é a paridade de participação. Assim, de acordo com esse entendimento democrático radical de princípio de igual valor, a justiça demanda acordos sociais que permitam a todos participar como pares na vida social. Para que a injustiça seja superada precisam ser desarticulados os entraves institucionalizados que inviabilizam a alguns a participação paritária com os outros como membros com pleno direito na interação social (FRASER, 2008).

Faria (2011, p. 21) constitui algumas condições do que se entende por representação paritária.

Tal representação necessita valorizar a participação coletiva dos membros dos grupos ou classes sociais no processo decisório, enfatizando a partilha das responsabilidades em todas as instâncias ou fases do processo. A representação paritária tem como pressuposto básico o estabelecimento de relações de igualdade na medida em que rompe o processo de alienação, expande e estimula a difusão do conhecimento, além de destruir a estrutura social verticalmente hierarquizada, de forma que todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso da ação.

A supressão da estrutura hierárquica preconiza o desenvolvimento de habilidades criativas nos sujeitos além de habilitá-los a tomar suas próprias decisões eliminando estruturas piramidais impostas. Tal objetivo não implica na instalação do caos, [...]. Pelo contrário, diz respeito muito mais a uma rede de relações baseada no desejo de cada sujeito individual ou coletivo fazer da organização um produto da discussão, das decisões e do controle do conjunto de seus membros. (FARIA, 2011, p. 21) (grifo nosso)

A representação paritária dos sujeitos na esfera de decisão é caracterizada por um contínuo de demandas, como: a supressão da hierarquia; colaboração/cooperação entre os setores de produção econômica e social; participação direta e efetiva; democratização das decisões, pela

possibilidade de audição imparcial às reivindicações dos que reclamam; defesa de interesses sociais comuns e compartilhados; autocontrole do processo de trabalho pelos produtores diretos; autogestão da organização coletivista de trabalho; colaboração no planejamento e na execução dos projetos sociais; partilha das responsabilidades em todas as instâncias; preservação e valorização do trabalho coletivo.

O grau de controle que os sujeitos têm sobre quaisquer decisões em particular, as questões que envolvem essas decisões e o nível político no qual as questões objeto de tais decisões são definidas apresentam-se como elementos significativos na caracterização da participação paritária. Dessa forma, entende-se que o acesso e o domínio de informações relevantes no processo de decisão estabelece o nível da participação, podendo ser caracterizada como paritária ou não (FARIA, 2011).

Outro elemento apontado por Faria (2011) como indispensável para a conquista de uma democracia participativa paritária é a superação do estranhamento/alienação, possibilitando que assuntos coletivos, determinantes da vida em sociedade, sejam apropriados pelos sujeitos.

A definição de quem são os sujeitos da justiça é critério singular na definição de uma política de representação para se considerar paritária. Fraser (2008) apresenta uma proposta suficiente no que se refere a quem deve ser incluído na representação paritária, sendo estabelecida como princípio de todos os sujeitos.

De acordo com este princípio, todos aqueles que estão sujeitos a uma determinada estrutura de governança [gestão] estão em posição moral de ser sujeitos de justiça com relação a tal estrutura. Nesta perspectiva, o que converte o conjunto de concidadãos em sujeitos de justiça não é a cidadania compartilhada, como tampouco a posse comum de uma personalidade abstrata, nem o próprio fato da interdependência causal, mas sim a sua sujeição conjunta a uma estrutura de governança, que estabelece as regras básicas que regem a sua interação. Para qualquer estrutura de governança desse tipo, o “princípio de todos os sujeitos” corresponde ao alcance do âmbito moral com o da sujeição a esta estrutura. (FRASER, 2008, pp. 126-127)

O princípio constituído por Fraser oferece condições para a consideração de (in)justiças das demarcações. A sujeição de todos e de cada um a uma estrutura comum de governança que regula áreas relevantes de interação social aufere consideração igualitária. Para merecer essa

consideração não é necessário ser membro oficial da estrutura em questão, somente requer estar sujeito a ela. A garantia da plena participação de todos os sujeitos somente é possível se as regras de decisões adotadas permitirem igualdade de voz e voto nas decisões públicas e na adoção democrática de decisões.

Quando os limites de uma sociedade política são estabelecidos de tal maneira que excluem injustamente alguns sujeitos de toda a oportunidade de participar das decisões que os afeta observa-se a divisão do espaço político em sociedades políticas delimitadas, estabelecendo um procedimento injusto do processo decisório.

A categoria da representação paritária torna-se pertinente para as pesquisas sobre processo de trabalho e de produção e de sua gestão democrática, primeiro, porque delimita o campo empírico da pesquisa ao materializar o sujeito coletivo no plano do grupo social e, também, ao materializar as formas de organização e de gestão do processo de trabalho e da prática política (FARIA, 2011).

METODOLOGIA

Para compreender como se apresenta o movimento de elaboração da política pública urbana, por meio do Plano Diretor, torna-se necessário analisar elementos dos critérios de justiça, apresentados por Fraser (2008), como a redistribuição, o reconhecimento e a política. Para tanto a metodologia utilizada foi a descrita abaixo.

Este estudo classifica-se como de abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa social se distingue por objetivar a apreensão e o entendimento de fenômenos sociais com o menor afastamento possível do seu ambiente natural, de modo que não se buscam apenas regularidades nem relações estritamente lineares, mas sim relações complexas e associações dinâmicas nas quais a compreensão/percepção dos sujeitos da pesquisa, e daquilo que os levou a agir como agiram, compõem um conjunto de elementos significativos para a pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006; GODOI; BALSINI, 2006). Buscou-se conhecer elementos constitutivos da aparência e da essência do fenômeno estudado.

Tendo por fundamento o escopo e o motivo da pesquisa qualitativa, entendemos que a presente investigação se classifica como sendo de natureza analítica, visto que envolve a análise e o entendimento aprofundados de elementos disponíveis com o objetivo de compreender o fenômeno em sua totalidade.

Quanto à estratégia de pesquisa adotou-se o estudo de campo. O nível

de análise foram as práticas sociais, mais especificamente a prática de desenvolvimento e construção do plano diretor municipal. A unidade de análise é constituída pelo processo de construção e elaboração do plano diretor da cidade estudada.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados dados secundários. Em virtude da natureza temporal do estudo proposto, bem como os elementos conceituais que compõem o problema de pesquisa aqui elaborado, optamos, nesta proposta de estudo, por uma fonte de evidências empíricas, a análise documental. Os documentos analisados foram disponibilizados pela Organização que desenvolveu os estudos necessários à construção e de elaboração do plano diretor. Foram analisados os documentos de construção do plano diretor de uma cidade do estado de São Paulo.

Análise dos dados deu-se por meio de procedimentos qualitativos, sendo descritivo-interpretativa, análise crítica do discurso baseada em Fairclough (2001), na tentativa de desvendar ideologias e princípios, não se limitando, o pesquisador, ao conteúdo manifesto, buscando conhecer o conteúdo latente da informação escrita.

POR UMA ANÁLISE DO REAL CONCRETO

Realidade Apresentada pelo Município anteriormente à construção do Plano Diretor - O planejamento da Gestão Pública era bastante precário na Prefeitura

O planejamento é um instrumento de relevância inquestionável para a gestão de municípios, prefeituras e organizações públicas, principalmente para minimizar a ambigüidade expressa relação entre a obrigatoriedade de realizar grandes projetos para a redução da miséria no país e a escassez dos recursos financeiros.

A análise da Gestão Pública Municipal atestava uma falta de cultura de planejamento público, expressa em uma fragmentação das políticas públicas colocadas em prática por meio dos projetos e programas da prefeitura. A estrutura administrativa encontrava-se bastante fragmentada, não havia um rumo preciso a ser seguido pelos diferentes departamentos e, paralelamente, os processos de comunicação interna são bastante precários. Não obstante, não foi identificada mesmo uma lei de estrutura administrativa que organiza e orienta os processos de gestão e monitoramento de atividades públicas. Essa falha tende a ser minimizada com a Reforma Administrativa levada à cabo pelo Poder Executivo Municipal.

O primeiro aspecto a ser ressaltado foi a ausência de um planejamento global das ações por parte da Prefeitura. Desta situação decorre

que as unidades administrativas atuavam sem uma perspectiva estratégica, desenvolvendo ações fragmentadas, refletindo no baixo grau de integração entre as políticas setoriais. Este fato acarretava, muitas vezes, em ações contraditórias ou sobrepostas. Além disso, o fato de não haver um planejamento estratégico da Prefeitura reforça o desenvolvimento de ações emergenciais, de curto prazo e direcionadas a problemas pontuais, realizadas principalmente a partir de solicitações de indivíduos com interesses particulares, imperando a vontade do indivíduo de maior poder hierárquico.

Outro ponto que merece destaque refere-se à dispersão de poder nas relações internas da Prefeitura. Esta situação, agregada à ocorrência de processos precários ou a inexistência de comunicação interna e de sistemas de informação para suporte às decisões, direciona para o estabelecimento de “unidades autônomas” no corpo da Prefeitura. Nesse contexto a tendência é que os departamentos passem a dispor de uma autonomia política e administrativa que vai além dos níveis desejados, tanto em relação à Administração Pública quanto em relação à sociedade em geral. Por sua vez, estes problemas internos à estrutura da Prefeitura acabam refletindo na ineficiência da gestão dos bens públicos e na baixa qualidade da relação com a população.

A organização e a estruturação interna da Administração Municipal apontavam para a desarticulação entre os diferentes Departamentos do Poder Público e a falta de continuidade nas ações desenvolvidas

O planejamento é a atividade central da administração pública, constituindo-se em um importante mecanismo de poder político, seja com o propósito de manutenção de relações de dominação presentes na sociedade, seja com o propósito de emancipação socioeconômica de grupos e classes sociais. O planejamento deve envolver toda a instituição, todos os setores que compõem a administração pública, assim como todos os níveis de planejamento – da política de desenvolvimento municipal até projetos pontuais, passando pelas chamadas políticas setoriais – de educação, saúde, meio ambiente, entre outras.

As unidades da Prefeitura encontravam-se em diferentes condições em relação ao planejamento das suas ações. Uma constatação preocupante, porém é a de que não havia um planejamento global por parte da Prefeitura, no máximo existia a ocorrência de planejamentos setoriais em algumas unidades específicas, o que tornava a integração e a coordenação entre as ações desenvolvidas pelo poder público municipal especialmente difíceis.

Este aspecto ficou evidenciado na maioria das entrevistas, realizadas

pelos integrantes da Organização, com a população e com pessoas da própria Administração Pública que indicaram que a Prefeitura estava “sem rumo”. Estas afirmações confirmaram a ausência de planejamento nos níveis estratégico e integrativo.

Um exemplo da falta de continuidade das ações do Poder Público foi o que se passava no tratamento do Turismo, quando a cada gestão se elabora um novo Plano Diretor de Turismo. Um Plano começou a ser elaborado em 2000 e outro em 2004. Ambos chegando a resultados muito semelhantes.

O Município era caracterizado por uma eficiente arrecadação tributária

Um dos problemas mais frequentes nos municípios brasileiros no que diz respeito à realização de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e urbano é a questão do orçamento municipal e das verbas públicas, principalmente pela desigualdade nos repasses de verbas entre União, Estados e Municípios. A regra que caracteriza os Municípios brasileiros é uma drástica ineficácia na arrecadação tributária municipal, o que compromete a sua capacidade de investimentos. Esse não era o caso da cidade em estudo, haja vista que é bastante privilegiado em relação aos demais Municípios do país.

As receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas geralmente estarão indexadas às receitas arrecadadas indicando uma constante restrição orçamentária.

É válido ressaltar que a estrutura tributária brasileira sempre deixou sob a competência municipal os impostos tipicamente urbanos, e esse montante da receita municipal, cresce de importância na medida em que aumenta o quantitativo demográfico dos Municípios, pelo fato de ser uma variável intimamente relacionada com o grau de urbanização.

No que diz respeito à arrecadação de tributos municipais, estão incluídos nessa alínea uma variedade de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), o ISRQN (Imposto Sobre Renda de Qualquer Natureza) e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), além de outros impostos, taxas e contribuições de melhoria, que os municípios têm competência para arrecadar.

Transferências Constitucionais

Conforme estabelece a Constituição Federal, uma parcela das receitas arrecadadas pela União e Estado é repassada aos municípios. Esse rateio, proveniente da arrecadação de impostos entre as três esferas de governo, representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca da promoção do equilíbrio sócio econômico entre estados e municípios. Nesse sentido, de acordo com informações da Organização, a participação de transferências correntes na composição da receita global para o município elevou-se de 40,86% em 2004 para 45,93% em 2005 o que caracteriza uma participação mediana de dependência, mas que alimenta um mecanismo que mostra uma tendência perversa de que o crescimento da municipal está diretamente ligado a arrecadação dos outros entes federados do que em função do incremento da receita própria. Visualizando-se a situação em termos de gestão tributária, à época, concluiu-se que existia a necessidade de implementação de ações que objetivassem aumentar a receita tributária municipal de forma a buscar uma menor dependência de receitas de pouco domínio da administração municipal, promovendo o fortalecimento financeiro do município.

O processo de participação e controle social não era qualificado e era pouco abrangente

O controle social é a capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado ou do governo federal. Os Conselhos são uma forma democrática de controle social.

No Município em estudo percebeu-se a fragmentação da política pública reproduzida na quantidade de Conselhos. Os mesmos acabam por resumir-se à estruturas meramente formais sem muita efetividade em suas ações, e, assim, acabam não cumprindo com sua função de controle. Isto acaba acarretando a inexistência de espaços para tratar assuntos como, por exemplo, a integração da política e desenvolvimento econômico do Município.

Além disso, no que diz respeito aos Conselhos, de maneira geral, é preciso sempre distinguir as diversidades de cada um e suas prioridades, bem como as pessoas que farão parte de sua composição. Aliás, as pessoas que compõem o Conselho fazem grande diferença na sua forma de atuação. Neste particular, observou-se a limitada participação nos conselhos do município em questão, bem como a presença do mesmo conselheiro em mais de um conselho. Por fim, percebeu-se, ainda, a inexistência de qualificação ou

mesmo capacitação para os conselheiros, o que também contribuía para comprometer a atuação dos conselhos no município.

Os mecanismos existentes para participação (Conselhos Municipais) não promoviam a subordinação da administração municipal à vontade da sociedade civil

Para que o poder público cumpra seu principal papel de provedor do bem-estar de seus cidadãos e para que haja um pleno desenvolvimento da democracia, é fundamental que exista um canal de comunicação entre a sociedade civil e a administração municipal. E para isso é necessária a criação de mecanismos de participação popular, como por exemplo, Conselhos municipais, capazes de promover essa mediação.

No município em estudo esses mecanismos falhavam, basicamente, por não estarem compostos pelos diversos segmentos da sociedade civil, por não serem deliberativos e/ou por não desenvolverem atividades de elaboração e monitoramento de políticas públicas. Este cenário agravava a já frágil organização da sociedade, haja vista que a atuação dos e nos Conselhos passam a cair em descrédito.

Análise Da Lei De Criação De Diferentes Conselhos

Entre os Conselhos existentes, há época, poucos são aqueles que realizaram conferências ou outros eventos públicos para formulação de propostas em suas respectivas áreas. E o que é mais grave, poucos são aqueles que conseguiam manter reuniões permanentes. Eram raros os Conselhos onde havia uma clara orientação guiadora das ações e metas da Administração Pública. A maioria dos Conselhos, ainda que claramente empenhados em organizar ações conjuntas, não definiram a forma de abordagem para seu setor específico, o que dificulta a priorização de ações e mesmo a destinação de recursos públicos para sua efetividade.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS CONSIDERANDO A ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo procurou entender como se apresentam os critérios de justiça na definição da política pública, especificamente a construção do plano diretor das cidades, a partir da possibilidade concreta da superação do estranhamento econômico e da alienação política, possibilitando que assuntos coletivos, determinantes da vida em sociedade, sejam apropriados pelo sujeito. A categoria que permeia o estudo é a da participação ativa do cidadão como sujeito capaz de contribuir para a produção da história, sendo assim considerado em suas demandas e, nesse sentido, o pressuposto

norteador é que o homem estabelece uma relação dialética com o meio sociocultural em um processo de construir e ser construído.

Entender o processo de participação e reconhecimento como possibilidade para a transformação do cidadão em sujeito sugere pensar a participação e o reconhecimento como um elemento de transformação social, no qual as relações se estabelecem em um movimento dinâmico de revolução na forma de espiral, passando pelo mesmo ponto enquanto avança para um nível superior. Escolheu-se, portanto, como objeto de pesquisa a construção e elaboração do plano diretor de uma cidade por entender que nele encontram-se elementos capazes de estabelecer uma síntese do real. Contudo, considerando que as instituições que compõem esse processo (poder público, sociedade, prestador do serviço público) também são permeadas por relações complexas contraditórias e se encontram inseridas na lógica do sistema de capital, compreende-se que a construção da realidade não se apresenta de maneira linear.

Resistir à precarização das condições de reprodução da vida social nos centros urbanos impulsionou a Organização na construção de sua metodologia de trabalho a ser desenvolvida na elaboração dos planos diretores nos quais venceu o processo de licitação pública. Trata-se, portanto, de manifestações particulares de resistência aos desdobramentos político-econômicos do movimento geral do sociometabolismo do capital.

A participação efetiva da sociedade no processo de construção da política pública deve ser capaz de redefinir em um processo histórico uma atividade, buscando a superação de sua contradição interna por meio da ampliação do objeto na atividade e da criação de novas ferramentas e formas de organização social. Os elementos necessários para a efetivação do plano diretor perpassam os elementos da pertença e do reconhecimento social constituído pela participação efetiva dos interessados, da interação cooperativa entre o ente público e o sujeito cidadão. Este tem o direito de ser considerado em suas necessidades e desejos, bem como diligenciar suas reivindicações, garantindo assim os direitos sociais por meio de um processo de produção histórica de superação dos elementos constitutivos do sistema de capital.

Entende-se que a representação paritária como categoria teórica oferece eficácia explicativa para a superação do estranhamento e do processo de alienação o cidadão, visto que busca relações de igualdade, rompendo com a estrutura social verticalmente hierarquizada.

O enriquecimento do processo democrático perpassa a consciência de responsabilidade do indivíduo, possibilitando uma participação efetiva

plenamente realizada como pares sociais. O estabelecimento de relações de igualdade na medida em que rompe o processo de alienação, expande e estimula a difusão do conhecimento, de forma que todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso da ação (FARIA, 2011).

O estudo aqui apresentado permite entender que o pertencimento contribui para a efetiva participação paritária, a partir de uma justiça política, a qual pode proporcionar aos indivíduos uma participação plena como pares, rompendo com a desigualdade de status e dando condições de oportunidades iguais, buscando a construção de uma nova síntese.

Considerando que mesmo que as instituições sejam permeadas por relações complexas e contraditórias entende-se que há possibilidade de superação das condições materiais de existência em um processo histórico de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores (Org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2006. p. 15-41.
- DORIGAN DE MATOS, Raquel. Representação paritária no processo decisório como elemento mediador na atividade significada. 2013. 215 p. Tese (Doutorado em Administração) – PPGADM, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FARIA, José Henrique de. As Condições de uma Gestão Democrática Social do Processo de Trabalho: reconhecimento, redistribuição, representação e realização. Curitiba: EPPEO, 2011. Working Paper.
- FARIA, José Henrique de. Critérios de justiça para um planejamento urbano democrático e social. Projeto de Pesquisa encaminhado do CNPq. Curitiba: EPPEO, 2016. Circulação restrita
- FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange. London: Verso, 2003. p. 07-109.
- FRASER, Nancy. Escalas de Justicia. Barcelona, Herder Editorial, 2008.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e modelos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 89-112.

MATTOS, P. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. Recognition, between justice and identity. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. N. 63, pp.1-10. São Paulo: 2004.

NETO, J. A. C. de A. A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth. Argumentos Revista de Filosofia. Ano, 3, Nº 5, pp.139-147, 2011.

SAAVEDRA, A. G.; SOBOTTKA, E. A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 1, jan-abr., pp. 09-18. Porto Alegre: 2008.

SAMANIOTTO, E. I. Raízes e Formas dos Conflitos Sociais. Revista Urutágu – revista acadêmica multidisciplinar. Quadrimestral – Nº 8 – Dez/Jan/Fev/Mar . Maringá, 2008.

A MATERNIDADE E O TRABALHO: A LUTA DE MÃES SOB A PERSPECTIVA DO RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO DE NANCY FRASER.

Ana Carolina Velozo Valenga²³

INTRODUÇÃO

Durante décadas as mulheres tiveram sua representação social ligada ao ambiente doméstico e cuidados do lar e da família, ao mesmo tempo em que os homens estavam associados ao universo público, relacionando-se com a política e o provimento do lar (CARVALHO, 2016).

Com o passar do tempo, a mulher vem ganhando, cada vez mais, o espaço público, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho, por meio de lutas por direitos igualitários e novas oportunidades. Isso aconteceu, principalmente, a partir do momento em que houve a redução da taxa de fecundidade e a expansão da escolaridade e do acesso feminino ao ingresso à universidade (REIS et al., 2018).

Entretanto, a conciliação entre a carreira profissional e a vida privada é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres. A quantidade de horas dispensadas ao serviço doméstico pelas mulheres é muito maior quando comparada aos homens. As mulheres empregam, em média, 22 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto a estimativa de horas dedicadas a este serviço, pelos homens, é de 10 horas (SILVA, 2016; BRASIL, 2017).

Sendo assim, a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos continua sendo principalmente da mulher, e a participação de mulheres no mercado de trabalho não resulta somente da demanda, mas de uma combinação complexa e em frequente transformação, que abrange as responsabilidades do lar. Devido à tal situação, os homens predominam em cargos de maior qualificação e com melhores salários (BRASIL, 2017).

Problemas de gênero e raça necessitam de remédios de reconhecimento em suas dimensões culturais-valorativas, onde a especificidade da coletividade desprezada passa a ser valorizada. Além disso, esses problemas também podem ser resolvidos em sua dimensão econômico-política, por meio de remédios de redistribuição. Esses últimos, envolvem redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, entre outras reestruturações que visam uma classe mais igualitária (FRASER, 2006)

Grande parte das instituições não reconhecem a maternidade e não pensam no acolhimento de mulheres e crianças, dificultando o acesso à

²³ Ana Carolina Velozo Valenga, Graduada em Administração pela UNICENTRO Campus Irati, Mestre em Administração pelo PPGADM UNICENTRO, Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário pelo PPGDC UNICENTRO.

educação e ao mercado de trabalho.

Outrossim, existem outros assuntos que permeiam os desafios no retorno da mulher negra ao trabalho, depois da licença maternidade, gerando algumas interrogações relacionadas ao ensino superior e ao mercado de trabalho: Com quem deixá-los, na falta de creche pública? O salário é suficiente para pagar uma escola particular em período integral? Como as empresas encaram as faltas ao trabalho, justificadas por atestados médicos dos filhos?

Logo, sob a perspectiva da teoria do reconhecimento e redistribuição de Nancy Fraser, e, tendo em vista as marcas históricas de desigualdade feminina na sociedade, verifica-se a necessidade de atribuir à pesquisa científica, discussões relacionadas às formas de reconhecimento de mulheres, enquanto mães, no mercado de trabalho levando em conta os desafios que enfrentam na conciliação dos papéis maternal e profissional.

Além disso, verifica-se a importância de analisar, ainda, o cenário em que mães se encontram sob a perspectiva de redistribuição, já que esta população está sujeita, também, à injustiça econômica de sua classe. Por assim dizer, esta pesquisa tem como objetivo compreender a forma pela qual os desafios encontrados por mães na conciliação de papéis são enfrentados, sob a perspectiva do reconhecimento e redistribuição de Nancy Fraser, em uma cidade interiorana do Paraná.

Para tanto, esta pesquisa traz à tona algumas indagações, que precisam ser respondidas a partir da voz da própria mulher que enfrentou tais problemas referentes à maternidade: Quais fatores circundam a escolha por abandonar a carreira profissional? Como conciliar as demandas profissionais e do lar? Como as mulheres mães, são reconhecidas frente ao mercado de trabalho? De que forma as mães se veem sob a ótica da redistribuição?

Além disso, este estudo se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: Como as injustiças culturais e econômicas da mulher, enquanto mãe, são encaradas frente ao mercado de trabalho?

A MULHER E SEUS PAPÉIS

Hoje as mulheres estão frente à diferentes tentativas, implicações e conflitos advindos da maternidade, aumentando os estudos recentes sobre as distintas características das condições maternas presentes na sociedade contemporânea. No entanto, a conciliação dos papéis de mãe de família e trabalhadora é um dos desafios enfrentados pelas mulheres, pois ambos são tarefas que exigem entrega intensa (BELTRAME; DONELLI, 2012; SILVA, 2016)

De acordo com Pazello e Fernandes (2004), existe uma influência negativa na participação da mulher que possui filhos com relação ao mercado

de trabalho, quando comparada àquelas que não possuem. Isto ocorre porque a jornada de trabalho das mulheres sem filhos é maior, sendo que este indicador varia conforme o número de filhos.

Devido à dificuldade de horários flexíveis, longas jornadas de trabalho, faltas motivadas pelos filhos e a responsabilidade pelo lar, as mulheres enfrentam um tratamento diferenciado entre os gêneros no ambiente de trabalho. Além disso, existem outros desafios encarados pela mulher pós maternidade, os quais fundamentam a afirmação de Silva (2016, p. 2), que sustenta que o mercado de trabalho, principalmente no Brasil, ainda não acolheu a mulher que se tornou mãe:

A presença necessária na vida e no cuidado com os filhos, sobretudo nos primeiros anos, o pouco acesso a creches ou a locais adequados para deixá-los, a menor flexibilidade em relação ao horário de trabalho, tudo isso pode impactar na percepção dos seus pares em relação à sua conduta profissional, de maneira completamente desproporcional com o que geralmente ocorre com os homens na mesma situação.

Fleck, Bidarte e Mell (2018) em estudo realizado em um município do Rio Grande do Sul, identificou que apesar da maximização da participação da mulher no mercado de trabalho, os serviços do lar ainda se restringem muito à mulher. Neste contexto, as principais justificativas da transição das mulheres, do mercado de trabalho para a profissão do lar foram fatores familiares, como: “priorização da família”, “familiares doentes”, “gravidez”, “filhos pequenos”, “casamento” e “mudança de cidade”.

A tentativa de conciliação do papel de mãe e de profissional podem gerar tensões, nas quais as mulheres sofrem estigma social, sobrecarga e acabam por adiar o retorno ao trabalho. Outro conflito que pode ser resultante desse assunto é o adiamento da maternidade, pois as mulheres de classe média e alta estão cada vez mais inseridas no espaço público e priorizam suas carreiras, postergando o papel de mãe (BELTRAME; DONELLI, 2012).

De acordo com o IBGE (2019), em 2018 as mulheres possuíam, em média, um rendimento de 78,7% do valor do salário dos homens. Por outro lado, existem mulheres que trabalham somente com os afazeres do lar e não se auto reconhecem como profissionais, bem como não são reconhecidas pela família e sociedade (PAZELLO; FERNANDES, 2004). Neste sentido, trago a atenção para a mulher que além de mãe, é de etnia negra, acrescentando o racismo e preconceito à toda a desigualdade e falta de reconhecimento mencionada anteriormente.

Sendo assim, conforme Oliveira e Rocha (2016) o reconhecimento da mulher, enquanto mãe, em seu papel dentro do mercado de trabalho e do lar pode ser compreendido à luz da teoria do reconhecimento, a qual explicita a importância do resgate do reconhecimento, que é negado a determinados segmentos da sociedade.

TEORIA DO RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Para tratar das injustiças de gênero e raça, que são os dois aspectos que predominam na luta de mulheres negras que são mães, utilizaremos a perspectiva do reconhecimento proposta por Nancy Fraser.

De acordo com Fraser (2006), as injustiças podem ser compreendidas por meio de duas formas genéricas, quais sejam: injustiça econômica e injustiça cultural ou simbólica. A injustiça econômica inclui a exploração, a marginalização e a privação, e os remédios utilizados para abrandar tais injustiças podem envolver reorganização da divisão do trabalho, redistribuição de renda, entre outras reestruturações político-econômicas. A injustiça cultural ou simbólica envolve a dominação cultural, o ocultamento e o desrespeito. Esses aspectos podem ser remediados por meio do reconhecimento e da valorização positiva da diversidade cultural.

Neste cenário, o gênero e a raça são paradigmas de coletividade bivalentes, ou seja, que devem ser tratados tanto pela perspectiva de redistribuição, quanto pela perspectiva de reconhecimento (FRASER, 2006)

Conforme a autora, o gênero tem dimensões econômico-políticas quando tratam os trabalhos como “produtivo” remunerado, e “reprodutivo” não remunerado (doméstico). Ainda, o gênero ainda é enquadrado quando refere-se aos trabalhos de alta remuneração, onde os homens são predominantes, e os serviços de baixa remuneração, onde as mulheres preponderam. Esta situação resulta em uma estrutura econômico-política que salienta a exploração, marginalização e privação causada pelo gênero. A finalidade da redistribuição é findar o gênero como diferenciação econômico-política.

Ainda de acordo com Fraser (2006) o gênero possui, também, uma dimensão cultural ou simbólica, na qual a mulher é sujeita ao androcentrismo e desvalorização, resultando em danos que incluem violência, discriminação, exclusão, negação de direitos legais e proteções igualitárias. Nestes casos os remédios são de reconhecimento, que proporciona a revalorização do grupo desprezado.

Fraser (2007) argumenta que o reconhecimento e a redistribuição, por si sós, não são suficientes para a resolução das injustiças sociais vividas por determinado grupo. Por isso, ambas as premissas devem ser trabalhadas em

conjunto por meio de uma apreciação ampla em que sejam resolvidas as reivindicações defensáveis de igualdade social e de reconhecimento da diferença.

Nancy Fraser afirma que sua abordagem propõe que as reivindicações por reconhecimento da diferença sejam vistas de acordo com o contexto, como solução para injustiças específicas pré-existentes. Isso quer dizer que “quando o não reconhecimento envolve a negação daquilo que é distintivo de alguns participantes, o remédio pode ser o reconhecimento da especificidade”. Além disso, a abordagem “entende que as necessidades por reconhecimento de atores subordinados diferem das dos atores dominantes e que apenas aquelas reivindicações que promovem a paridade de participação são moralmente justificadas” (FRASER, 2007, p.121-122).

Tendo em vista a proposta deste estudo, e que, neste cenário, existe subordinação de gênero, a superação da injustiça social vivida por mulheres que são mães, requer o reconhecimento da capacidade específica do gênero feminino de conceber, gerar e parir outros seres humanos. Portanto, o remédio deve ser moldado para o caso em específico.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se fundamentará no paradigma interpretativista, no qual a concepção de análise é subjetiva. Assim, essa abordagem busca visualizar a realidade por meio da experiência individual e analisa o mundo como um processo emergente, criado pelos indivíduos (CARRIERI; LUZ 1998). Conforme Morgan (2007), nesse paradigma a realidade social não possui um sentido concreto e é analisada pelo ponto de vista do sujeito e não do observador, ou seja, nesta abordagem paradigmática, a realidade não é vista apenas como a soma das partes que pode ser mensurada. Desta forma, o interpretativismo busca a compreensão do modo como as diferentes realidades surgem, se sustentam e se modificam.

A análise por meio da visão subjetivista é realizada partindo do pressuposto de que os significados das coisas são atribuídos pelos indivíduos. Esse ponto de vista está ligado ao interacionismo simbólico, o qual possui três premissas básicas: a) os indivíduos reagem às coisas conforme o significado que elas possuem para eles; b) o significado dessas coisas surge por meio da interação social do indivíduo com os demais; c) os significados são controlados por meio de um processo interpretativo, por meio do qual também podem ser modificados (FLICK, 2009).

No que se refere à classificação da pesquisa, ela se caracterizará como qualitativa utilizando alguns métodos quantitativos, objetivando um aprofundamento na pesquisa. Além disso, a pesquisa acontecerá por meio do

método descritivo, abrangendo e apontando assuntos gerais de uma condição social e proporcionando um grau de análise onde se identifica e esclarece as causas e efeitos de fenômenos distintos. Este tipo de método, busca a compreensão do comportamento adotado pelos elementos que influenciam determinado contexto de análise (OLIVEIRA, 1997).

Nesse sentido, Godoy (1995, p.58) afirma que os dados descritivos “sobre pessoas, lugares, e processos são obtidos por meio do contato direto entre o pesquisador e o caso estudado, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo”.

Como estratégia de pesquisa foi utilizada o estudo de caso, que é uma forma de investigação empírica, a qual pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro da sua realidade. O estudo de caso pode ser definido, também, como uma estratégia de investigação que se centra num tópico empírico enfrentando uma situação única e baseando-se em várias fontes de evidências (YIN, 2001). Conforme Godoy (2007), o estudo de caso descritivo demonstra um relato com detalhes profundos de um fenômeno social ilustrando a complexidade do contexto e os aspectos que o envolvem. Sua importância se dá pela descrição de fenômenos pouco conhecidos ou estudados.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres mães, em diferentes cenários do trabalho, buscando a compreensão do porquê e como os fatos sociais aconteceram e de que forma influenciaram a sua ascensão, manutenção ou saída do mercado de trabalho. A entrevista semiestruturada foi realizada com o objetivo de alcançar o interesse do entrevistador, dando abertura, também, para que o entrevistado tenha liberdade para responder às perguntas com espontaneidade.

Assim, a entrevista semiestruturada é aquela que tem questionamentos básicos como ponto de partida, fundamentados em teorias, e que posteriormente proporciona um campo de interrogativas aberto, as quais emergem no decorrer da entrevista. As perguntas fundamentais da entrevista semiestruturada resultam da teoria base do estudo, bem como dos dados já coletados pelo pesquisador (TRIVIÑOS, 2008).

Por sua vez, o diário de pesquisa é um instrumento utilizado na procura de uma melhor compreensão das informações descritas pelos sujeitos pesquisados. Neste tipo de ferramenta, é possível anotar as reflexões do pesquisador e as evidências e acontecimentos que acontecem no decorrer do estudo, e que podem ser úteis desde o seu início, até o seu término (ARAÚJO, et al, 2013). Conforme Flick (2009), o diário de pesquisa é uma forma de documentação, por meio do qual são registrados o processo de abordagem

em campo, as experiências, problemas, fatos importantes ou fatos que foram perdidos, bem como situações vistas por meio do olhar do pesquisador.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, na qual o objetivo é estudar, além das mensagens orais e outros meios de comunicação, sobretudo, o conteúdo das mensagens escritas, pois estas últimas constituem uma forma de material objetiva, na qual podemos voltar quantas vezes for necessário. Na utilização deste método, é necessária a compreensão de que ele é composto por um conjunto de técnicas, que envolvem a classificação dos conceitos, codificação dos mesmos, categorização, e, sobretudo clareza teórica (TRIVIÑOS, 2008).

Neste sentido Bardin (2011) aponta três fases básicas a serem seguidas quando utilizada a análise de conteúdo: A pré análise, que é a organização do material a ser analisado; a descrição analítica, quando o material é submetido à um estudo aprofundado e passa pelo processo de codificação, classificação e categorização; e a interpretação referencial, que é a fase onde ocorre o tratamento dos dados obtidos por meio da interpretação do material empírico.

A MULHER E A CONCILIAÇÃO DE PAPÉIS

A conciliação de papéis é uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres enquanto mães, que além do serviço doméstico, ainda precisam enfrentar as adversidades de gênero e os desafios do mercado de trabalho. Muitas mulheres não conseguem ultrapassar essas barreiras que são a elas impostas e por isso optam por abandonar a carreira profissional. Outras, apesar de não abandonar a carreira, acabam por abdicar de outras atividades para conseguir vencer tais desafios.

A partir das entrevistas, esse título busca discutir: Como essas mulheres se veem como mãe, como conciliam as demandas profissionais e do lar, com quem deixam os filhos na falta de uma creche pública e quais fatores circundam a escolha por abandonar a carreira profissional.

Foi possível perceber que as mulheres entrevistadas se reconhecem mais como mães do que como mulheres profissionais, pois não conseguem dar a atenção ideal ao lado profissional devido às exigências que a maternidade impõe. Isso é acentuado quando as mulheres percebem a carência de ajuda paterna:

Não dou conta, [...] porque eu sou sócia deles, eu tenho 20% mas eu vejo que eu deveria estar participando muito mais mas eu não consigo [...] Então tem coisa do trabalho que eu deveria levar pra casa mas eu não levo por causa da minha filha e eu quero dar atenção pra ela [...] se eu tivesse uma ajuda melhor de pai

mesmo eu desempenharia uma função muito melhor [...] Então é diferente, nessa questão de mãe solo, mãe sozinha, essa é uma questão que me incomoda sabe, ter que deixar com os outros pra conseguir fazer a função diária ali. (ENTREVISTADA 5)

É visível que a maternidade exige que as mulheres dispensem muita atenção aos filhos e, por isso, não conseguem centrar seu foco em apenas uma atividade. Todas as tarefas de mulheres que são mães devem ser realizadas e pensadas de acordo com as demandas dos filhos. Esse fato faz com que as mães deixem de empreender, estudar e aperfeiçoar-se profissionalmente:

Então eu acho que eu sou mais mãe do que profissional e mulher porque eu vejo assim que eu abro mão de qualquer coisa por causa dos meus filhos, eu vejo agora que eu tô estudando [...] deu um intervalo eu sai me matando daqui, dei comida pra eles, olhei no relógio já tava na hora de eu voltar pra outra aula. Daí eles “mãe você não vai comer?”, “não não vai dar tempo, vocês primeiro”. Daí acabou a aula eu fui encaminhar eles pra dormir, colocar na cama, ver todo o material da minha filha pra ir pra escola, tudo. Eu fui jantar 11 e meia da noite. Então eu vejo assim que eu não abro mão, em primeiro lugar as crianças, e depois eu. E eu já vejo que o marido é ao contrário, chega não quer nem saber se as crianças precisam ou não, “tô saindo”, sabe? (ENTREVISTADA 2)

Entretanto, por vezes, o trabalho exige tanto, que as mulheres sentem que deixam a desejar na maternidade: “[...] eu podia ser mais mãe do que eu sou, mas como eu preciso estar no mercado de trabalho, eu preciso do dinheiro lógico, eu falto muito como mãe” (ENTREVISTADA 1).

Em ambos os casos, é possível perceber que as mães têm dificuldades em conciliar as demandas profissionais, domésticas e de maternidade, o que as tornam sobrecarregadas e insatisfeitas com os papéis que desempenham, por não conseguirem exercer os todos os afazeres por completo.

O serviço doméstico não é um trabalho reconhecido, mas é um trabalho que demanda tempo e disposição: “como se fosse 'ah isso daí é o básico' então, ninguém em dá confete por isso, né, isso que é complicado” (ENTREVISTADA 3).

De tal modo, as mulheres que renunciam ao mercado de trabalho acabam por se tornarem descontentes com suas funções dentro de casa:

Você acha que a mulher gosta de ficar em casa? Trabalhando, limpando, cuidando o dia inteiro, criança gritando, e ficar em

casa? Eu preferia muito mais sair e voltar só de tarde, e dizer um oi, comer alguma coisa, tomar um banho e dormir até no outro dia, é muito mais fácil né (ENTREVISTADA 4).

O trabalho doméstico não é remunerado, o que aumenta a insatisfação das mulheres que se dedicam a ele. Ademais, as mães que tornam-se “donas de casa” possuem um serviço que nunca se finda, pois sempre há o que fazer. O trabalho se inicia ao acordar e finaliza ao dormir. O serviço doméstico torna-se, assim, mais exaustivo do que aquele realizado fora de casa, já que a falta de reconhecimento é presente.

A MÃE E O MERCADO DE TRABALHO

Para persistirem no mercado de trabalho, as mulheres, mães, precisam ter alguém responsável pelas crianças em tempo integral, já que legalmente, até os 12 anos, uma criança não pode ficar sozinha. Entretanto, é difícil encontrar escolas públicas em período integral, e as que existem estão cheias. Além disso, visualiza-se que, sozinhas, as mães não conseguiriam sustentar seus filhos e, ainda, matriculá-los em uma escola particular, pois o salário não é suficiente.

Algumas mães recorrem às avós para auxiliar no cuidado com os filhos. Entretanto, a maioria das mulheres não podem contar com essa ajuda, já que em alguns casos os avós são idosos e em outros os avós trabalham fora. Esses são fatores que influenciam na opção de mães por abandonar a carreira profissional.

Isso se acentua quando o número de filhos cresce, já que aumenta a responsabilidade financeira da mãe:

[...] a mulher mantém a casa igual. Eu já mantive a casa, eu sei o que que é só eu trabalhar pra sustentar filho e casa inteira. Então assim, a mulher que dá conta de tudo, que precisa dar conta de tudo, que precisa comprar fralda, leite, comida, igual o homem. Só que na hora do salário, a proposta é pra um homem ganhar um valor e pra mulher ganhar outro, então no caso eu pagar 1400 de escola pra cuidar das meninas e eu ganhar 1500 não compensa, porque que eu vou sair de casa? Então eu prefiro eu cuidar delas e elas estarem bem cuidadas comigo do que sair de casa e deixar elas [...]

Visualiza-se que o valor da remuneração de mulheres mães é um fator preponderante na decisão por abandonar o mercado de trabalho. Várias mães acabam por gastar grande parte do seu salário com escolas particulares, para

conseguirem trabalhar fora: “[...] como eu não queria sair do mercado de trabalho, eu praticamente dava meu salário inteiro pra pessoa (cuidar do filho) e ficava com o restinho” (ENTREVISTADA 1). Percebe-se que resta pouco da remuneração para outros fins, afetando a qualidade de vida dessas mulheres.

Em sua maioria, se não tiverem outros auxílios financeiros acabam por demitir-se do seu cargo. Outro fator que influencia no abandono da carreira por parte das mulheres é, a injustiça salarial que é eminente no mercado de trabalho. Na grande maioria das vezes, o homem ganha mais e, por isso, não é uma opção largar o emprego para ficar em casa com os filhos, já corresponde à maior parte do sustento do lar:

[...] ele ganha mais. Como é que eu vou dizer pra ele 'ai pode ficar em casa, você ganha só 4000, eu vou ganhar 1500', né, tipo, é a questão ele ganha bem mais do que eu. Então só se eu for burra pra eu sair e deixar ele. A vontade é, a vontade é muito grande de dizer 'viu, eu não quero' [...] Os homens ganham mais, não por competência, simplesmente pelo fato de eles serem homens, indiferente, se a mulher ocupa o mesmo cargo que o homem mas o homem ganha mais. (ENTREVISTADA 4).

As oportunidades de crescimento dentro de uma empresa são muito maiores para os homens, que normalmente ocupam posições hierárquicas acima das mulheres. Ademais, há evidências que indicam que os homens têm uma remuneração maior, ainda que ocupem o mesmo cargo/função: “um colega que trabalha na mesa do lado, eu tenho mais atribuições que ele, eu ensinei ele a fazer o que ele faz e eu ganho menos que ele, porque ele é homem” (ENTREVISTADA 1).

Com relação à contratação, as mulheres sentem que há um preconceito com mulheres mães. Quando questionadas se percebem diferença entre homens, mulheres sem filhos e mulheres mães em uma entrevista de emprego, três das cinco entrevistadas mencionaram que as mulheres mães são as que possuem menores vantagens.

Ah sim, existe diferença. Porque se não houvesse diferença, eles não ia ficar focando tanto nas perguntas na entrevista: 'com quem vai deixar teu filho?', ' quantos anos tem teu filho?', 'o marido tem flexibilidade pra ajudar a cuidar dos filhos?', 'quanto você paga na babá?'. Tipo, eles fazem muito pouca pergunta com relação a você e o teu profissionalismo, no que você é formada, quantos cursos você fez, quantas línguas você fala, quando tempo de experiência você tem. Eles gastam muito pouco tempo fazendo essas perguntas que é sobre a tua vida profissional e tua

experiência e focam bastante no que você vai fazer com o teu filho (ENTREVISTADA 4).

De acordo com os relatos, isso ocorre pelo fato de existir a probabilidade dessas mulheres faltarem ao trabalho por conta dos filhos. A possibilidade de gravidez também é um fator determinante na decisão organizacional de contratação de homens em vez de mulheres, o que amplia as injustiças econômicas e sociais para com o sexo feminino.

IMPOSIÇÕES DA SOCIEDADE

Há uma cultura social que impõe para as mulheres todas as tarefas da maternidade. Isso é evidente quando questionadas do motivo de apenas as mães renunciarem aos seus cargos e funções do mercado de trabalho, e não os pais. Este fato ocorre ainda que ambos os sexos tenham a mesma remuneração:

[...] porque eu sou mãe, só por isso. Em nenhum momento foi cogitado de ele largar (o trabalho). Porque eu teria que cuidar e é isso [...] eu acho que no meu caso eu impus isso pra mim mesma, porque eu achava que eu que tinha que cuidar. Pode ser que a sociedade impôs e eu que coloquei isso na cabeça que tinha que ser assim, mas eu acho que no meu caso eu que coloquei na minha cabeça que eu que tinha que cuidar (ENTREVISTADA 2).

Esta é uma condição imposta ao longo do tempo e que as mulheres acabam por assumir como certas. Essa imposição não acontece somente com a maternidade, mas também com os afazeres domésticos, apesar da cobrança com relação à contribuição monetária, relacionada à custos de moradia e sustento, para aquelas que trabalham fora. Algumas mencionam que se sentem reféns do patriarcado estabelecido pela sociedade, no que diz respeito às injustiças na posição dos homens e das mulheres nos diversos papéis em que elas ocupam.

Tá muito ainda fixado ainda na cultura, na cabeça da família brasileira, e, sei lá, do mundo inteiro, que ainda o homem é que tem que sustentar a família, o homem que tem que ganhar mais por causa disso. E nas empresas “ai vamos pagar mais pro homem porque o homem é o 'chefe' de família”... E tá muito cultural, o gerente é homem, o chefe é homem, acaba que os teus argumentos ainda são mínimos (ENTREVISTADA 4)

Os afazeres domésticos e a responsabilidade com os filhos, em sua grande maioria, recai sobre as mulheres, tanto solteiras quanto casadas, que acabam por abdicar, inclusive, da sua vida social. Foi possível visualizar, também, que o círculo social das mulheres se fecha quando se tornam mães, pelo preconceito que ainda é iminente na sociedade, principalmente com mulheres que não são casadas. Essa pressão social torna-se muito evidente nas entrevistas:

Eu não saio mais de casa, eu não tenho mais, assim, um grupo de amigas pra sair de casa. Assim eu saio hoje com uma ou duas amigas, bem de vez em quando e em lugares que eu tenho que levar a minha filha, que eu tenho que voltar cedo pra casa. Quando eu engravidei teve uma amiga que falou “agora, se já era difícil arrumar um marido sem filhos, então com filhos vai ser pior ainda”. Então, teve amiga que falou isso. Muitas se distanciaram, não queriam nem ajudar a pegar no colo, sabe, foram poucas as que me ajudaram, e hoje em dia, assim, praticamente mais ninguém me chama pra sair porque eles não querem criança, então é bem difícil sair de casa (ENTREVISTADA 5).

Ah, eu acho que muita amizade que eu tinha antes de ter filho, mudou né. tinha uns amigos que gostavam de ir lá em casa, bebendo até madrugada, e ficavam lá em casa até tarde, simplesmente assim sumiram, acabaram se afastando, não foram mais, e tal. Eu acabei mudando... agora eu fico mais perto de quem tem filhos também, e a gente se dá melhor, então eu mudei o meu ciclo (ENTREVISTADA 3)

Os relatos coletados evidenciam que os homens, apesar de serem pais, não possuem grandes alterações no modo de conduzir a vida, onde as responsabilidades cotidianas dos filhos são atribuídas às mães:

Então eu vou ser uma eterna indignada assim dessa questão de acarretar tudo pra mãe, tudo pra mulher né, então a gente tinha uma guarda compartilhada, a moradia seria comigo mas as decisões são compartilhadas, as decisões com relação a saúde educação e todo o resto né, de responsabilidade com a criança. Mas isso tá só no papel né por que isso quem exercia era eu, mas ainda, comparado com muitos pais é o que todas as pessoas que convivem comigo falam, ah mas comparado com outros pais ele até faz demais, paga pensão, compra roupa e tá vendo ela, tá mas e o resto? E procurar uma escola? E encontrar material

escolar e levar no médico quando fica doente e acordar de madrugada e nunca mais sair, nunca mais namorar, eu não sei até quando vai durar esse nunca mais sabe? Quando as pessoas me falavam que eu ia parar 3 a 4 anos da minha vida pelo ritmo que eu tinha antes de estudo e de trabalho eu não acreditava, mas eu tive que aceitar essa situação com muito antidepressivo (ENTREVISTADA 5)

Essa situação acaba por gerar sofrimento para as mulheres que se tornam mães e não possuem auxílio do pai da criança com relação às responsabilidades e demandas que a maternidade exige. Esta cultura está enraizada e precisa sofrer uma mutação severa para que as mulheres alcancem a igualdade.

OS REMÉDIOS DE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Tendo em vista que os problemas enfrentados pelas mulheres mães perante a sociedade são uma consequência cultural, e são refletidos no mercado de trabalho, verifica-se a necessidade de remédios de reconhecimento e redistribuição, em direção à igualdade de gênero.

Comparando os dados coletados com o embasamento teórico apresentado neste estudo, o gênero feminino sofre com uma estrutura social econômica e política em que os homens predominam em cargos de alta hierarquia, e, por isso, o objetivo da redistribuição é acabar com a diferenciação entre os sexos. Além disso, as mulheres sofrem com desvalorização, discriminação, exclusão e outras desvantagens causadas pela imposição cultural do gênero, onde o remédio do reconhecimento impera a fim de atribuir valor aos papéis desempenhados pelas mulheres.

Os relatos afirmam que, apesar das mudanças que vêm ocorrendo no pensamento da sociedade com relação à igualdade, a luta pela mudança ainda é longa, já que determinadas atitudes ocorrem ao longo do tempo. É visível que as mulheres entrevistadas percebem as injustiças em seu dia-a-dia, tanto as econômicas quanto as simbólicas (culturais).

Neste sentido, as mulheres mães entrevistadas foram questionadas sobre como essa cultura poderia ser mudada:

[..] a vantagem é que agora os mais novos estão vindo com um pensamento diferente né, então eu acredito que com o tempo isso pode ir mudando, mas no momento assim, mudar de uma hora pra outra, eu acho mais difícil (ENTREVISTADA 2).

[...] não sei o que a gente poderia fazer pra mudar esse quadro né. Quem sabe trazer isso como direito de lei mesmo, alguma coisa escrita, formal de alguma forma que não aconteça isso mais, que seja valorizado de igual pra igual né. Não sei, teria que correr atrás disso né, de direito (ENTREVISTADA 3).

Eu acho que tinha que tinha que ter uma igualdade né, se você faz x trabalho você teria que ser reconhecido por isso, e assim, vou jogar a responsabilidade na gente, a gente tem que ensinar os nossos meninos a tratarem as mulheres né, mudar um pouquinho a visão desde pequeninhos [...] eu acho que a gente tem que mudar um pouquinho tanto a legislação, mas mudar culturalmente (ENTREVISTADA 1).

O que a gente pode fazer é nunca desistir de mostrar que a gente pode mais, que a gente pode sim ganhar mais que o homem, porque a gente tem muito mais capacidade. Você diz assim, “ai vou ser feminista porque a mulher pode mais que o homem”, pode sim, pelo fato de que você consegue cuidar da casa, cuidar dos filhos e trabalhar fora ainda, consegue fazer três coisas ao mesmo tempo e da conta de tudo (ENTREVISTADA 4)

Por meio dos relatos, visualiza-se que as mulheres mães estão conscientes das dificuldades que ainda enfrentarão para alcançar o reconhecimento e redistribuição. As mudanças não ocorrem por si sós. Verifica-se que, para que ocorra o remédio de redistribuição, é necessária uma mudança na legislação, visando uma reorganização do mercado de trabalho, combatendo as injustiças econômicas que imperam sobre as mulheres mães.

O remédio de reconhecimento deve ser operado com relação aos papéis desempenhado pelas mães, que vai além do profissional e econômico. Nesse caso, referem-se às responsabilidades domésticas e as demandas da maternidade, que recaem sobre as mulheres de forma desigual quando comparadas aos homens. Esses “serviços” não são reconhecidos e muito menos valorizados, e esta visão deve ser trabalhada e modificada socialmente, proporcionando à essas mulheres uma posição de igualdade perante os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder ao problema de pesquisa “Como as injustiças culturais e econômicas da mulher, enquanto mãe, são encaradas frente ao mercado de trabalho?”

Assim, constatou-se que são diferentes as formas pelas quais as

mulheres enfrentam as dificuldades que a maternidade proporciona para a vida profissional das mães. Algumas tem condições financeiras de sustentar os filhos e mantê-los em escola particular, na falta de creche pública. Outras recorrem às avós. Entretanto, sempre há aquelas que optam pelo abandono do mercado de trabalho.

Os aspectos que norteiam suas escolhas normalmente se devem aos inúmeros papéis atribuídos a elas, que envolvem a dificuldade financeira, a sobrecarga de trabalho profissional e doméstico e a falta de oportunidades no mercado de trabalho. O esgotamento resultante desses atributos reflete na qualidade de todas as atividades que desempenham, inclusive como mães.

Além disso, por meio do relato das entrevistadas, o estudo possibilitou a visualização das injustiças econômicas e sociais enfrentadas por elas, ainda que estas se encontrem em diferentes vivências. As exigências e imposições da maternidade imperam sobre as mulheres, fortalecendo o patriarcado e confirmando que, ainda em 2021, o androcentrismo mencionado por Fraser (2006) predomina.

Elucida-se, como remédios de reconhecimento e redistribuição, a importância de amparos legais para mães com relação às oportunidades e igualdade no mercado de trabalho e aos meios de subsistência. Afirma-se, de tal modo, que o objetivo proposto por esta pesquisa foi atingido.

Por fim, sugere-se, por meio deste estudo, a persistência neste tema de discussão, devendo ser considerado o desenvolvimento de novas pesquisas em direção à políticas públicas com vistas à proteção e defesa das mulheres, enquanto mães, já que possuem maiores responsabilidades quando comparadas aos homens e à mulheres sem filhos, tanto no mercado de trabalho, quanto na vida pessoal.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. F. S. et al. **Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde**. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde, Vitória, v. 15, n. 3, p. 53-61, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELTRAME, G. R.; DONELLI, T. M. S. **Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis**. Revista Aletheia, v.38, n.39, p. 206-217, 2012
- BRASIL. **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. Cadernos de Formação. Caderno 3. Instituto de Economia, UNICAMP, CESIT, São Paulo, 2017.
- BRITO. R. C.; FIGUEIREDO, A. L. **Desenvolvimento Comunitário: uma experiência de Parceria**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica. v. 10, n 1, 1997.
- CARRIERI, A. P.; LUZ, T. R. **Paradigmas e metodologias: não existe pecado do**

- lado de baixo do equador.** In: XXII Encontro Anual da ANPAD, Foz do Iguaçu, 1998.
- CARVALHO, R. O. **Sociedade, mulher e profissão.** Revista de Gestão e Secretariado, v. 7, n. 1, p. 27-44, 2016.
- FLECK, C. F.; BIDARTE, M. V. D.; MELL, E. M. B. **Para o lar: as mulheres que deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem à casa e à família.** Revista Gênero, v.19, n.1, p. 007-024, 2018
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- FRASER, N. **Reconhecimento sem ética?** Revista Lua Nova, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007.
- FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa sociedade “pós-socialista”.** Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. 1995.
- GODOY, A. S. **Estudo de caso qualitativo.** In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, cap. 4, p. 115-146, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas.** Folheto. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- MORGAN, G. **Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações.** In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. **Teorias das Organizações,** p. 12-33. São Paulo: Atlas, 2007
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, 1997.
- OLIVEIRA, J. F. N.; ROCHA, L. S. **A teoria do reconhecimento social de Axel Honneth aplicado no direito previdenciário brasileiro.** Conpedi Law Review, v. 2, n. 4, p. 238–258, 2016
- PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R. **A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos.** In: XXXI Encontro da associação nacional de pós-graduação em economia. Anais... João Pessoa, 2004
- REIS, T. A. et al. **Desafios e conflitos da mulher na busca da ascensão na carreira profissional.** Revista de Carreiras e Pessoas, v.8, n.3, p. 398-412, 2018
- SILVA, R. V. **Maternidade e mercado de trabalho: avanços possíveis.** Boletim Legislativo, Brasília: Núcleo de Estudo e Pesquisa. Senado, n.42, 2016.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

A HISTÓRIA DE ASSISTÊNCIA AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL DA COMARCA DE IRATI: UMA LEITURA A PARTIR DO PROGRAMA PRÓ-EGRESSO E DO PROJETO DE EXTENSÃO PATRONATO

*Cesar Renato Ferreira da Costa*²⁴

*Jair Kulitch*²⁵

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca relatar as ações desempenhadas nos programas Pró-Egresso e Patronato como forma de prestar assistência aos egressos do sistema. De início, apresenta discussão quanto às regras de direito penal e as modalidades de pena, na busca de incentivar o debate sobre a aplicabilidade destas regras e o alcance de seu objetivo, que é a ressocialização do apenado ou a própria socialização, sob a perspectiva de que o sujeito não encontra condições intelectuais e financeiras de participar da vida em sociedade moderna.

Em seguida, busca-se através deste artigo apresentar a origem destes Programas e a relação com as universidades, como forma de implementação de políticas públicas, bem como a relação das universidades com os trabalhos em prol da sociedade.

Também faz parte deste trabalho demonstrar as ações desempenhadas nestes Programas, por meio do Programa Universidade sem Fronteiras, incentivando a tríplice relação das universidades: ensino, pesquisa e extensão.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A justiça de modo geral e a brasileira em particular, certamente é contornada para além de suas definições resolutivas por pelo menos três condições limitantes e determinantes, que na visão de Rodrigues (2021) se definem por suas relações econômicas, socioculturais e psicológicas. A lei que define direitos e deveres, é então afetada por efeitos que não são tão pragmáticos quanto sua “letra fria”.

No aspecto econômico, fica claro que os processos burocráticos e demorados, permitem a defesa ampla a sujeitos que possuem condição

²⁴ Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração UEM/UEL em Maringá. Doutor em Administração pela Universidade Positivo. Professor Titular pela UNICENTRO.

²⁵ Graduado em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais; Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Unicuritiba; Doutorando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Unicuritiba; Professor Colaborador pela UNICENTRO.

material, excluindo de modo cabal quem não se enquadre a esses recursos. Diversos casos, postos nas mídias de comunicação em massa, tanto quanto nos relatos de pesquisas sociais, identificam que a justiça de fato é para poucos, que sejam de modo geral, ricos, brancos, homens e com posição privilegiada, sendo que todo o resto da massa da população precisa enfrentar vários desafios para vencê-la, tanto para atendimento que garanta prova de inocência, quanto para cumprir possíveis delitos efetivamente cometidos, de maneira mais justa e humana (IPEA, 2011, 39 p.).

Relacionado a questões socioculturais, vários estudos, como os de Civitarese (2017), determinam uma diferença estabelecida pela raça, gênero, condição econômica, opção sexual, entre outros determinantes pré-conceituais.

Finalmente, se indicada as relações psicológicas, como descrevem Petry e Sehnem (2018), relacionados a transtornos de personalidade, falta de controle de impulsos e insensibilidade afetiva, mas também, por um olhar mais profundo que identifique aspectos da subjetividade e da particularidade individual na ação. Tais elementos, muito embora suscitem um olhar preventivo da sociedade, não são sequer identificados e retundam sérios acontecimentos ligados a violência e o crime.

Somados a esses fatores, ainda concorre as questões daqueles que normalmente se expõe a essas três fragilidades, no âmbito da aplicação da justiça, por configurarem uma condição histórica de vulnerabilidade, ou ligadas a esses fatores, ou ainda outros, típicos de sociedades desiguais e que concentram relações de poder e capital, como sendo um divisor de sujeitos e circunstâncias.

A vulnerabilidade social é, segundo indica Kowarick (2002), tratando de um caso brasileiro, a resultante da expansão urbana e respectivas populações marginais, agravado ainda por desequilíbrio econômico, infraestrutura precária, moradia e cuidados ambientais, estigmatizando as populações periféricas por esse processo, nos limites dos grandes centros ou nas regiões interioranas, sem investimento governamental para o crescimento.

Esta vulnerabilidade deve ser foco de atuação das redes de assistência social, que segundo explanação de Romagnoli (2015) são indicadas no Brasil, desde a formação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social no ano de 2005, que no âmbito dos municípios tem sua atuação correspondente nos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), no que diz respeito a gestão institucional ou nos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), como aparelho de base operacional das secretarias de assistência social dos municípios.

Nesta indicação da rede, Romagnoli (2015) também sugere a possibilidade de conexões entre a Universidade e a rede de assistência social, desde a gestão municipal, até os aparelhos que a compõe, sendo significativamente útil na contribuição teórica e técnica, para a capacitação das pessoas e aparelhamento dos equipamentos.

A pesquisa e extensão promovida pela universidade pode, de um lado, apurar e esclarecer as linhas de conhecimento ligadas a macro e micropolíticas do Estado e dos mais diferentes níveis governamentais, e de outro lado, promover e treinar as comunidades envolvidas em exercícios de padronização da atividade e cristalização da prática operacional.

Quando nos referimos a predominância da justiça, no início do texto, foi intencionalmente para destacar que a rede de assistência social, apesar de ampla nos municípios, costuma deixar de lado àqueles vulneráveis oriundos das comarcas de justiça regionais, causando uma fragilidade a essas pessoas que cometeram infrações, graves ou não, mas que precisam ser pagas a sociedade.

Destarte esta circunstância e esse compromisso civil, as pessoas envolvidas, especialmente as mais vulneráveis, também precisam ser assistidas pelo Estado, para que sejam cumpridas as penalizações a ele atribuídas, dado o momento de sensível fragilidade social, tanto pela discriminação da qual são alvo pela sociedade, quanto pela própria exposição econômica que invariavelmente ocorre, durante o processo de ressocialização.

Essa população ainda se torna mais vulnerável pelo preconceito social, que segundo Civitarese (2017) se descortina em frases como “bandido bom, bandido morto” e “direitos humanos para humanos direitos”. Nesse caso os sujeitos que cometem infrações, pela necessidade de pagar mais do que de fato devem a sociedade, acabam por se desviar das condutas corretas e se mantêm na marginalidade, que os aloja na nuvem da criminalidade, de forma a coagi-los a práticas de mal feitos.

A Universidade pretende então, por seu papel social, tanto de construção e disseminação de conhecimento, quanto pelo efetivo compromisso de devolução a sociedade dos recursos que a provém, estabelecer ações de pesquisa científica e extensão universitária, para ser mais um agente apoiador na assistência de públicos vulneráveis, e nesse trabalho em particular, assistir egressos do sistema judiciário, na movimentação do regime fechado para o aberto ou no cumprimento de penas alternativas.

É conveniente esclarecer que penas ditas alternativas são vigentes no Brasil desde a promulgação da Lei de Execução Penal (Lei no 7.910, de 1984),

mesmo que tenham sua aplicação mais efetiva há pouco menos de vinte anos, com o intuito particular e urgente de reduzir e controlar os níveis de capacidade no sistema carcerário nacional, cada vez mais sujeito a superlotação.

Atualmente, o estado se vale das seguintes penas: I – Privativas de liberdade; II – Restritivas de Direitos; III – Multa (conforme disposição do artigo 32 do Código Penal). Desta forma, o Estado só pode agir dentro da norma e aplicar uma dessas modalidades de apenamento, levando em conta vários fatores constatados no curso do processo penal.

Quanto a primeira pena, que retira do sujeito sua liberdade, que é o bem maior de qualquer ser humano, sem dúvida alguma se preenche alguns requisitos da pena. Entretanto, é claro que não preenche o requisito da ressocialização, posto que o sujeito recluso perde todo seu elo social.

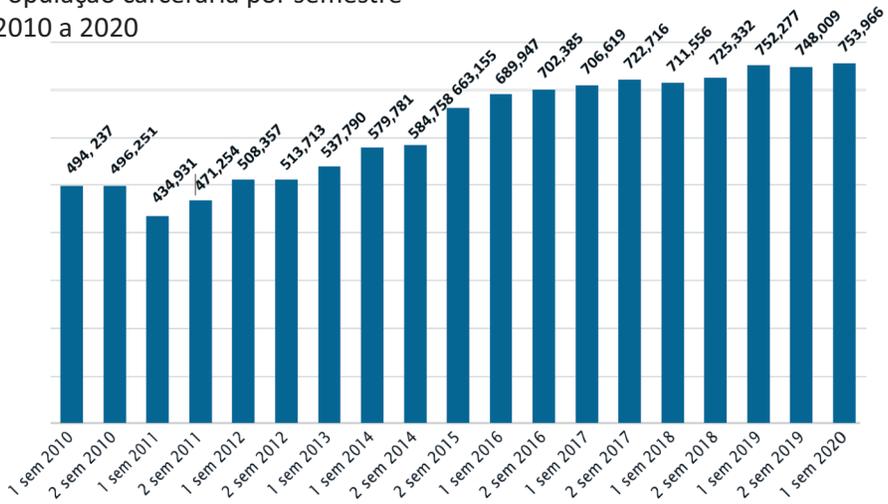
Assim se posiciona Guilherme de Souza Nucci (2012, p.394):

O método atual de punição eleito pelo Direito Penal, que privilegia o encarceramento de delinquentes, não estaria dando resultado e os índices de reincidência estariam extremamente elevados. Por isso, seria preciso buscar e testar novos experimentos no campo penal, pois é sabido que a pena privativa de liberdade não tem resolvido o problema da criminalidade. A sociedade no fundo, segundo o pensamento abolicionista, não tem sucumbido diante do crime, como já se apregooou que aconteceria, sabendo-se que há, no contexto da Justiça Criminal, uma imensa cifra negra, ou seja, existe uma diferença entre os crimes ocorridos e os delitos apurados e entre os crimes denunciados e os delitos processados.

O excesso de aplicação de penas restritivas de liberdade traz como consequência o aumento da população carcerária e, com isso, diversos problemas em cascata, como, por exemplo, a baixa efetividade, o aumento da criminalidade dentro dos presídios, aliado ao alto custo de manutenção dos detentos.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a população carcerária no Brasil no primeiro semestre de 2020 era de 753.966 presos, conforme quadro abaixo:

População carcerária por semestre 2010 a 2020



Fonte: SISDEPEN

* Exclui os presos custodiados nas polícias e segurança pública. Nos últimos anos, o Depen começou a divulgar de forma separada os dados de pessoas em monitoração eletrônica, que cresce a cada ano. Para manter a lógica da análise da série histórica, uma vez que o número não foi subtraído dos anos anteriores, o gráfico acima mantém para o ano de 2020 a população privada de liberdade somada às pessoas em monitoração.

De acordo com Conselho Nacional de Justiça, uma pessoa presa tem cerca de 2,5 vezes mais chances de ser morta do que alguém fora do cárcere e 28 vezes mais chance de contrair tuberculose.

A segunda modalidade de apenamento seria a multa, que pouco resultado prático traz. O abastado financeiramente consegue cumpri-la sem sentir os efeitos da pena. Aquele que for considerado miserável financeiramente, não conseguirá cumprir a sentença e também não sentirá os efeitos da pena.

As penas restritivas de direito constituem-se em: I - prestação pecuniária; II - perda de bens e valores; III - (VETADO); IV - prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas; V - interdição temporária de direitos; VI - limitação de fim de semana. (conforme disposição do artigo 43 do Código Penal).

Percorrendo o Código Penal, percebe-se claramente que em nenhum de seus dispositivos se encontra a aplicação direta desta pena. É aplicada por substituição da pena privativa de liberdade.

A conclusão é que o legislador que instituiu o Código Penal tinha em mente apenas as privativas de liberdade. E isto ocorre até os dias atuais. A sociedade, de modo geral, sente-se protegida quando o sujeito fica recluso, imaginando estar protegida.

Esta concepção tem apresentado mudanças, especialmente quando se verifica os crimes de trânsito previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro. Nele encontra-se vários dispositivos em que o apenamento consiste em restritivas de direito, dentre eles os artigos 292 e 302.

É a modernização do sistema punitivo. Porém, para que isso se torne regra e não exceção dentro do direito penal, há necessidade promover estudos, debates, discussões sobre o tema, demonstrando cientificamente os efeitos de cada modalidade, com efeitos práticos.

Além disto, nos termos da Lei de Execução Penal é dever do Estado dar assistência ao preso e ao internado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, sendo que uma das assistências é justamente a jurídica. (Lei 7.210/1984, artigos 10 e 11).

Dentre os órgãos responsáveis pela execução penal encontra-se elencado no artigo 61 da Lei 7.210/1984 o Patronato, atribuindo a responsabilidade de: I - orientar os condenados à pena restritiva de direitos; II - fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço a comunidade e de limitação de fim de semana; III - colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

Originariamente a pena alternativa, ou algo similar a ela, surge a partir de uma demanda da Organização das Nações Unidas, desde a discussão das conhecidas “Regras de Tóquio”, denominadas “regras mínimas das Nações Unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade” (SOUSA, 2011, p. 51).

O contexto no Brasil, ainda como esclarece Sousa (2011), se estabelece quando o Ministério da Justiça procura configurar um caráter mais humanitário na aplicação da pena, buscando efeitos mais positivos ao sujeito em cumprimento, tais como, ressocialização, reeducação e aprendizado de direitos e deveres, promovendo verdadeiras possibilidades de reinserção social e fortalecendo o pensamento filosófico do sistema penal brasileiro.

Este trabalho procura então descrever, como tem sido o papel da Universidade no sentido de contribuir com essa aplicação de conhecimento e fortalecimento de práticas para atenção às vulnerabilidades sociais percebidas, tanto quanto, restabelecimento da condição social das pessoas e fortalecimento da rede de assistência social dos locais onde atua, assim como, aparelhamento adequado de seus equipamentos técnicos de assistência social.

Neste caso particular, serão descritos e discutidos em breve análise duas ações de extensão que apresentaram resultados muito profícuos, sendo elas o Programa Pró-egresso da Unicentro e a implantação dos Patronatos Municipais, nas cidades da região, sendo que ambos foram estruturados para o atendimento desses sujeitos oriundos do sistema judiciário.

A análise é estruturada por abordagem qualitativa e uma revisão bibliográfica em fontes secundárias foi construída, de onde se buscou elementos descritivos para apresentar características e os resultados desses projetos de extensão, a saber, “Pró-egresso” e “Patronato”.

O SISTEMA PENITENCIÁRIO PARANAENSE E SUAS INSTITUIÇÕES EXECUTORAS

O Estado do Paraná, que no final do século XIX e início do século XX passa a ser uma preocupação republicana nacional, no sentido de ganhar ares de maior modernidade e espaço civilizado, começa a ser espaço de uma série de intervenções.

Claro que tais intervenções vieram para mudar de maneira ampla uma série de características institucionais da província, contudo uma delas, a do sistema judiciário pode ser destacada, para o entendimento das discussões que se passam a seguir.

O desenvolvimento, a urbanização e especialmente a maior circulação de recursos materiais, foram muito positivos para o desenvolvimento do Estado, contudo estabeleceram condições de segurança pública fragilizada, necessitando então medidas no sentido de contenção e judicialização dos delitos que aconteciam.

Nessa direção, narra Lima e Pires (2006), que a década de 1900 se inicia com uma discussão pública, mediada pelos meios de comunicação, sob a condução de alguns juristas e a sociedade, se referindo à necessidade de consolidação de uma justiça penal e a concepção de um sistema penitenciário.

Com a implantação de um manicômio judiciário, em 1902, que mais tarde em 1909, se transformou no primeiro presídio paranaense, em Curitiba, no bairro do Ahú, se começam a escrever a história das penitenciárias paranaenses, e todas as suas decorrências.

Dentre essas decorrências principais, estava a preocupação do Estado com o atendimento dos presos e a preservação mínima de seus direitos e cuidados, sendo então criado em 1975, em uma parceria entre Universidade Estadual de Londrina e o Governo do Paraná, o “Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso (Programa Pró-Egresso)” (LIMA e PIRES, 2006).

Após isso, Lima e Pires (2006) informa que essa estrutura evoluiu para

a criação do Patronato Penitenciário do Paraná, com sede em Curitiba. O objetivo central do órgão seria então a promoção da execução do regime penal aberto, sendo que a ela coube a coordenação dos programas Pró-Egresso que já estavam espalhados pelo estado, e compunham a época 17 unidades, sendo elas estruturadas no mesmo modelo de gestão associando Universidades e Governo Estadual.

É dessa linha histórica que surgem o Pró-Egresso de Guarapuava e Irati, sob a responsabilidade da Universidade Estadual do Centro Oeste, a UNICENTRO.

No mês de fevereiro de 2013 então, os convênios públicos que contemplavam o Programa Pró-Egresso, foram encerrados e a partir daí se estabeleceram estruturas novas que acolheram os Patronatos, que se trata de uma estrutura pública que desenvolve atividades antes do Pró-Egresso, mas agora associando Poderes Públicos Estadual (secretarias de estado), Municipal (Secretaria de Assistência Social e Lei Municipal), Poder Judiciário e Ministério Público.

A estratégia de atuação passa a ser elaborada a fim de acompanhamento municipal das penas e medidas socializadoras em meio aberto, suportada por apoio técnico e jurídico, via Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

Desde de dezembro de 2018 o Patronato de Guarapuava e Irati foi destituído, e não há mais, pela Universidade um projeto de extensão que acolha a ação antes desenvolvida.

Pró-Egresso e Patronato na UNICENTRO

Programa Pró-Egresso da Região de Irati-PR

Nos moldes dos programas de extensão relacionados ao tratamento de apenados do sistema judiciário do Paraná, este programa de extensão foi realizado entre os anos 2001 e 2012 a partir do estabelecimento de um convênio entre a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, no seu Campus Universitário de Irati no Paraná e o Governo do Estado do Paraná, mediados e supervisionados pelas Secretaria de Estado e Segurança Pública e o Departamento Penitenciário do Estado, envolvendo diretamente o Patronato Penitenciário de Curitiba, o Fórum da Comarca de Irati e o Conselho Da Comunidade de Irati, esse representando o município de Irati-PR.

Sua origem, destacada pela Resolução nº 111/2001 CEPE/UNICENTRO, tratou de convalidar atividades já realizadas no âmbito do Conselho da Comunidade de Irati, e foi resultado do ingresso de alguns departamentos pedagógicos da Universidade ao projeto de extensão. Além

desses departamentos e desse órgão do município a gestão institucional ficou a cargo da Divisão de Extensão e Assuntos Culturais – DIEX e da Direção do Campus Universitário de Irati – DIRCAMP/I.

O Projeto foi promovido aos assistidos encaminhados pelo Fórum da Comarca de Irati ao Conselho da Comunidade. Além de um acompanhamento de apresentação periódica dessas pessoas, o Conselho se encarregava de promover atividades educativas, reintegração social, retomada ao ensino formal, encaminhamento a vagas de emprego, acompanhamento jurídico, entre outras ações protetivas e de esclarecimento dos seus direitos e deveres. Neste sentido o Programa se encaminhava baseado nos objetivos listados abaixo:

- I. proporcionar condições para reintegração de egressos do Sistema Penitenciário, na sociedade;
- II. dar assistência jurídica, social, psicológica e pedagógica a egressos do Sistema Penitenciário;
- III. colaborar para redução da reincidência criminal na Região Centro-Oeste do Paraná;
- IV. incentivar os detentos da Cadeia Pública à prática da leitura e ao retorno aos estudos para conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio, por meio de apoio técnico, pedagógico e social.

A universidade e seus departamentos pedagógicos contribuem então para a construção técnica do programa, consideradas cada área de conhecimento e possíveis práticas a serem desenvolvidas. Nesse sentido o projeto foi concebido em quatro áreas a saber, (1) Pedagogia; (2) Direito; (3) Serviço Social; e (4) Psicologia.

Os agentes apoiadores acadêmicos foram selecionados como Professores orientadores, Estagiários e Profissionais com formação recente e sua atuação era produto de planejamentos executados em cada área, conforme as atividades de cada uma delas, como explicitadas abaixo.

1 – Pedagogia

- Entrevista inicial e periódica, onde dados pessoais e familiares eram tomados, assim como eram descritos os encaminhamentos necessários para cada caso;
- Atendimento individual, dependente da demanda originária ou outras surgidas durante o tempo de acompanhamento;

- Incentivo à leitura, encaminhado por programa especial do setor de Letras e Pedagogia da Universidade, tanto quanto, promoção de encontros em biblioteca organizada junto ao Conselho da Comunidade;
- Encaminhamento aos recursos da comunidade, desde que associados a questão ligada a formação dos assistidos, tais como escola, cursos de capacitação ou órgãos governamentais ligados ao Núcleo Estadual de Educação;
- Assistência didático-pedagógica aos assistidos (neste caso detentos em regime fechado) que estivessem estudando, assim como, encaminhamento dos egressos nesta situação, aos núcleos de ensino, tais como escolas regulares e cursos especializados;
- Visitas e contatos periódicos com as instituições de ensino, para encaminhamento e orientações aos alunos egressos ou obtenção de material didático e ainda assessoria aos alunos detentos em regime fechado.

2 – Direito

- Encaminhamento de processos de progressão de regime, conforme análise dos advogados bolsistas ou ainda possibilidades relatadas por assistidos ou outros agentes públicos envolvidos;
- Solicitação de concessão de liberdade condicional, quando fosse o caso;
- Solicitação de remição de pena, a partir de análise desta possibilidade, aos órgãos judiciários competentes;
- Verificação de possibilidade de extinção de punibilidade, sujeito a estudos caso a caso;
- Solicitação de indulto natalino aos detentos que estivessem habilitados a tal concessão;
- Solicitação a expedição de alvará de soltura, em casos em que tal pedido fosse pertinente, decididos conforme legislação correspondente;
- Avaliar e encaminhar solicitação de mudança de apresentação da pena imposta, caso houvesse pedido correspondente ou ainda entendimento jurídico nessa direção; e
- Comutação ou substituição da pena, em casos de necessidade do assistido, pedido correspondente e possibilidade legal deste procedimento.

Obs.: As penalidades eram indicadas pelo processo judicial correspondente, pela decisão do juiz da comarca, e transitavam entre regime

fechado e aberto, sendo que no segundo caso variavam de pagamento de pecúnia (fiança ou cestas básicas), cumprimento de horas de apresentação obrigatória, assistência de eventos educativos, obrigatoriedade de cursar escola regular ou específica de formação, trabalho formal ou PSC (prestação de Serviço à Comunidade). Tais penalidades eram determinação judicial, contudo eram formuladas em concordância com o assistido, considerando sua possibilidade de cumpri-la.

3 – Serviço Social

- Atendimento individual e coletivo, considerando possibilidades de assistência dentro da rede municipal ou estadual e demandas do assistido e de seus familiares;
- Acompanhamento social e beneficiário a familiares, em casos de impossibilidade de provimento sob responsabilidade do assistido;
- Visitas domiciliares; tanto ao assistido quanto a seus familiares, para cumprimento da estratégia traçada em cada caso ou atendendo demanda dos mesmos;
- Emitir parecer social sobre demandas relacionadas a situação dos beneficiários para instituição e encaminhamento de pedidos beneficiários;
- Orientação formal e educativa a egressos com o objetivo de dar sentido aos mesmos para que evitassem reincidência criminal;
- Elaboração e viabilização de projetos profissionalizantes ou de trabalho formal, para além dos elementos didáticos pedagógicos, realizado com instituições públicas ou privadas;
- Visita e contatos com instituições de ensino formal e profissionalizante, no sentido de institucionalizar a participação dos assistidos ou estabelecer convênios que possibilitassem cursos de formação regular ou profissional;
- Verificação de oportunidades de trabalho, assim como encaminhamento posterior dos egressos ao mercado de trabalho, por meio de convênios com órgãos públicos institucionais, tais como SINE – Sistema Nacional de Emprego, agências de emprego ou mesmo organizações privadas relacionadas;
- Consulta, cadastramento e acompanhamento de organizações públicas ou privadas, tornadas parceiras dos programas ligados ao Pró-Egresso, para a mediação adequada entre os assistidos trabalhadores ou prestadores de serviço e as possíveis empregadoras, pessoas físicas ou jurídicas.

4 – Psicologia

- Entrevistas para esclarecimento de possíveis postos de trabalho existente, assim como na proposição do mesmo indicar elementos comportamentais, psicológicos e relacionais que interferem na execução dos mesmo;
- Atendimento individual de caráter terapêutico, considerando demandas individuais solicitadas, observações do dia-a-dia, comportamentos relacionados e histórico pessoal registrado;
- Acompanhamento de impressão e desenvolvimento de cada assistido, sendo tomado periodicamente no sentido de perceber caso a caso e promover melhorias no processo como um todo;
- Atividades de apoio, aprendizado e de conscientização social e individual. tanto no âmbito coletivo, quanto para os indivíduos e suas famílias;
- Visitas a empresas associadas ao programa, considerando orientação profissional, esclarecimentos necessários e conjugação com medicina e psicologia do trabalho;
- Orientação psicológica individualizada e extensiva aos familiares, quando casos demandarem tal ação;
- Estudos e pesquisas em grupos de ensino;
- Realização e emissão de pareceres e laudos, relacionados ao comportamento psicológico do assistido, conforme necessidade observada, demanda externa ou solicitação judicial.

Todas as ações tem coordenação geral do Conselho da Comunidade, e reuniões periódicas com a Universidade e os órgãos de apoio governamental, buscam verificar a consecução dos objetivos do projeto, tanto quanto avaliar possíveis avanços ou mudanças nos planejamentos realizados.

Os profissionais técnicos são ligados ao mercado de trabalho correspondente e aos departamentos pedagógicos, que designam professores da área para coordenação. Quando tais profissionais não são encontrados na UNICENTRO, por não haverem tais departamentos pedagógicos, os mesmos podem ser alocados de outras instituições de ensino superior da região, preferencialmente. A concessão de bolsas era efetivada a partir da divulgação de editais de licitação e os profissionais, estagiários ou professores eram submetidos a processo de seleção classificatório.

Alguns profissionais, especialmente da universidade, eram alocados como voluntários, de acordo com demandas específicas ou ofertas de atividades relacionadas originalmente aos seus departamentos pedagógicos.

Desta forma indicada, o Programa Pró-Egresso da UNICENTRO

desenvolveu atividades na área de Administração, dado que o departamento correspondente ofereceu os serviços do Projeto de Extensão Ética e Cidadania, que promovia oficinas de conscientização de problemas sociais e institucionais que pudessem estar associado a vida de cada um dos assistidos, promovendo encontros e diálogos entre os próprios sujeitos, mediados por profissionais de gestão e auxiliado pela área de Psicologia, Pedagogia, Direito e Serviço Social.

O Projeto Ética e Cidadania, no seu modelo de apresentação e gestão, conseguiu associar todas as atividades de cada área em encontros específicos, onde a gestão circular era capaz de dar voz e atitude a todos os envolvidos de maneira a consolidar cada uma das atividades das áreas correspondentes.

O encerramento das atividades do Programa Pró-Egresso se deu no ano de 2012, por conta de uma decisão do Governo do Estado, mas logo a seguir em 2013, foi instituído o Programa Patronato, que deu sequência às atividades, só que com uma reformulação de estratégias e condutas, conforme será apresentado a seguir.

Programa Patronato Municipal de Irati

Este programa pode ser definido como o resultado histórico e institucional de uma ação que busca prioritariamente estabelecer uma rede de atuação com responsabilidade mútua entre Governo do Estado, na estrutura da Justiça, Tecnologia e Ensino superior; Poder Judiciário e Ministério Público, via comarcas municipais de justiça; Municípios, a partir da atuação e criação de aparelhos de assistência Social; e Universidade, na construção de conhecimento, modelos de gestão e práticas de operacionalização multidisciplinar na tarefa de acolher, assistir e orientar egressos do sistema judiciário ou outros assistidos aos quais se determinaram cumprimento de penas alternativas (PARANÁ, 2019).

Na verdade, o Patronato Municipal foi constituído a partir da reformulação do Programa Pró-Egresso, seguindo a linha histórica que o organizou desde 1975, com um projeto nominado “Albergue”, sendo atualizado em 1977 e recebendo o nome de “Projeto Themis” e instituído definitivamente como “Pró-Egresso” com a Lei nº 7210, de 11/08/84 reformulada. Esta estrutura funcionou até 2012, quando o programa, ai sim foi substituído pelo Programa Patronato.

Em 2013, conforme a Lei de execuções penais (LEP), nº 7.210/1984, foi implantado o Programa Patronato no Município de Irati/PR, ainda intitulado Programa de Execução das Alternativas Penais, sendo uma parceria entre SEJU/SETI/UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste), sob Termo de Cooperação 103/2013, proposto a partir do edital 04/2013 uma parceria

entre SEJU, UNICENTRO e Prefeitura.

Com a participação conjunta destes órgãos, buscou-se promover um processo de humanização no cumprimento das obrigações resultantes da execução do instituto das Alternativas Penais, pautando-se no respeito aos direitos humanos e na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição da cidadania.

Na Comarca de Irati/PR, que atende os municípios de Irati e Inácio Martins, o Programa Patronato, foi firmado um Termo de Cooperação nº 103/2013 entre a SEJU/SETI e UNICENTRO, considerando o disposto no Decreto Estadual nº 5.975/2001, na Lei nº 8.666/93 e na Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei Estadual nº 16.643/2010, que, institui o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras, bem como o Edital nº 04/2013, além do contido no protocolado nº 12.048.541-5 que incluem o 'Subprograma Incubadora dos Diretos Sociais – PATRONATO', e insere no âmbito do Programa de Extensão Universitária sem Fronteiras, em sua cláusula primeira o seguinte objeto de estudo:

O presente Termo de Cooperação Técnico-Financeira tem por objeto o desenvolvimento de ações para execução do Programa Universidade sem Fronteira, Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – PATRONATO, no Município de Irati – Paraná, que destina-se a financiar projetos orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cujas propostas venham a atender egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto de liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (sursis), por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal, com penas restritivas de direito, de maneira educativa e ressocializadora, pautada no respeito aos Direitos Humanos e na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição de cidadania (GUARAPUAVA, 2013, CLÁUSULA 1ª).

Visando a efetivação do Programa PATRONATO a ser concretizado sob os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a Coordenação do Programa PATRONATO, criou o Programa de Execuções das Alternativas Penais do Município de Irati/PR (PEAPI), na modalidade de ação de extensão, na categoria de programa de Extensão, aprovada sob Resolução nº 040, de 19 de dezembro de 2013 pelos órgãos do CONSET/SESA/I/UNICENTRO, tendo como executora equipe multidisciplinar composta por professores orientadores da UNICENTRO/Campus Irati, recém-

formados e estudantes das áreas de Pedagogia, Direito, Psicologia, Serviço Social e Administração. Para tanto, cada área contribui a partir de sua perspectiva.

Posteriormente, a partir do ano de 2016, o Programa Patronato passou a ser executado mediante Termo de Convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, vinculando as Universidades, e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, através do TC 002/2016, vinculado a Edital 02/2015, do Programa Universidade sem Fronteiras, subprograma Incubadora dos Direitos Sociais.

Para isto, em consonância ao disposto no art. 78 da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e Lei Municipal de Irati nº 3922, de 26/12/2014, as ações foram desenvolvidas por meio de equipe multidisciplinar, composta pelas áreas da Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia E Serviço Social, que através de trabalho em conjunto propuseram ações visando a assistência jurídica, social, pedagógica e psicológica, desenvolvendo ações educativas e preventivas visando a valorização do ser humano, a reintegração dos apenados à sociedade, amenizando a reincidência criminal, proporcionando ainda aos mesmos a oportunidade de retorno ao convívio familiar e ao mercado de trabalho e com isto, evitar a sensação de impunidade das penas cumpridas em liberdade.

A parte administrativa do Programa foi desempenhada pela área de Administração, responsável pela elaboração de atas e controle de fichas de frequência e recibos, organização de arquivos e toda a parte técnica e administrativa propriamente dita.

As demais áreas envolvidas no projeto tiveram atuação efetiva na ressocialização do sujeito.

O Serviço Social realizou trabalho voltado para a família, encaminhando o assistido para o mercado de trabalho, prestando o apoio que necessita, conforme a demanda.

A Pedagogia que através de parcerias com programas educacionais, como é o caso do EJA (Educação de Jovens e Adultos), CEEBJA (centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos) e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), realizou práticas educativas, auxiliando jovens e adultos no resgate do humano a sociedade.

A Psicologia, que traz uma escuta preparada para o acolhimento, a partir da valorização do discurso apresentado, e não do julgamento ou patologização da fala do assistido. Com isso, visou-se permitir que o indivíduo se encontre em um lugar de pertencimento e reconhecimento, tanto subjetivo como social.

Da mesma forma que contribuiu para sua ressocialização quando realizou grupos, tanto com os assistidos, como com seus familiares, uma vez que envolver a família nas possíveis mudanças se fez necessário para que haja manutenção daquilo que o sujeito vir a obter dentro do processo.

E por fim, a área de Direito que visou à orientação dos apenados sobre a pena restritiva de direitos, auxiliando na fiscalização do cumprimento da mesma e das possíveis condições da suspensão e do livramento condicional.

Estas definições operacionais de cada área na verdade, foram constituídas filosoficamente a partir das circunstâncias que programas de assistência a esses públicos, notadamente ligados ao sistema judiciário de modo geral e ao compromisso de gestão penitenciária, de modo específico, e por causa deste contínuo histórico e fundamental são produto do que já fora construído desde a origem desta ação.

O início dos trabalhos se deu na construção, pela equipe, de forma coletiva e interdisciplinar do fluxograma das ações do Patronato, a ficha cadastral dos assistidos do Programa de execução das alternativas penais da Comarca de Irati, a carteirinha do assistido, diagnóstico e a análise dos processos, organizando os prontuários dos assistidos, levantamento das Instituições de Ensino que ofertam o Ensino de EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a Educação Profissional, bem como o levantamento da escolaridade dos assistidos e o mapeamento de toda a rede de atendimentos do Município.

A partir de uma estruturação física, como contrapartida do executivo municipal, orientado pela Lei Municipal que instituiu o Patronato, como aparelho da rede de assistência municipal, provendo espaço físico, estrutura de energia, comunicação e transporte, a ação diária começa a ser possível em 2013.

De acordo com levantamento realizado na cidade de Irati, com dados do ano de 2013, registrados pelo Conselho da Comunidade, o atendimento ocorre principalmente em relação a alguns crimes específicos, sendo eles: perturbação do sossego alheio; porte de entorpecentes para consumo próprio; porte ilegal de arma de fogo de uso permitido; desacato de funcionário público no exercício da função ou em razão dela; condução de veículo sem habilitação.

Percebe-se que os crimes são de pequeno potencial ofensivo que não atentam com veemência contra a paz social, não sendo racional aplicação de pena privativa de liberdade. Certamente a pena eficaz consiste nas alternativas de direito, cujo acompanhamento deve ser feito pelo Patronato para que se considere eficaz.

Ainda, segundo mesmo levantamento, 82% dos assistidos tinham a condição de “não reincidente” e apenas 18% apresentavam reincidência

delitiva, o que demonstra que os encaminhados, na sua maioria absoluta, não se tratam de pessoas que dedicam sua vida à prática de delitos.

Outro dado interessante levantado é que 63% dos encaminhados possuíam apenas o primeiro grau e 23% o segundo grau. Somente 14% possuíam ensino superior completo, o que demonstra a relação entre a prática de delitos punidos e o grau de instrução.

Basicamente a ação se dá em uma estrutura de fluxograma que funciona a partir de elementos continuamente processados, seguindo uma linha temporal definida pelos acontecimentos listados a seguir:

- Fórum da Comarca expedite documento encaminhando assistido, segundo acordo com o apenado e decisão judicial;

- Acolhida inicial do assistido no Patronato, pela área de Administração, consideradas condições da pena e particularidades institucionais do assistido;

- Atendimento inicial pelos profissionais das áreas técnicas, sendo elas, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Direito, considerando as particularidades individuais;

- Definição do tratamento ao assistido, podendo ser desde solicitação de apresentação periódica, cumprimento de PSC (Prestação de Serviço a Comunidade), escolarização, orientar e controlar para emprego formal; definição de participação em reuniões de conteúdo, atendimento familiar, assessoria técnica pelas áreas, assistência social individual e familiar, entre outras, mais particulares;

- Gestão dos aspectos institucionais, administrativos e relacionais para viabilidade de aspectos definidos para o tratamento de cada caso de acompanhamento aos assistidos;

- Preparação e aplicação das atividades de acompanhamento;

- Aplicação de programas de acompanhamento específico, definidos inicialmente pelo Estado do Paraná, e adaptados por cada Patronato Municipal, sendo eles: SAIBA, BLITZ, BASTA, E'LER, ÉTICA E CIDADANIA;

- Preparação, encaminhamento, mediação e registro dos PSC's indicados;

- Visitas familiares ou a assistidos, de acordo com demandas surgidas;

- Reuniões de trabalho com instituições envolvidas no processo Patronato, tais como, Secretaria de Assistência Social do Município; Fórum da Comarca; Setores da Universidade; Secretarias Estaduais do Estado; Instituições parceiras para PSC;

- Organização de eventos de integração e informação sobre a atuação do Patronato, para públicos diversos;

- Registros administrativos da atuação dos bolsistas do Patronato;

- Participação de eventos acadêmicos, em pesquisa, ensino e extensão, pelos membros do Patronato;
- Outras atuações administrativas e técnicas, eventualmente surgidas.

Estas atividades de acompanhamento, movidas por programas específicos, tem nomenclatura e características especiais, conforme segue:

2. Programa SAIBA – encaminhamento, atenção e cuidado aos usuários de drogas em conflito com a Lei;

- a. Acolher/Integrar;
- b. Discutir uso/abuso e efeitos das drogas;
- c. Refletir: aceitação e autoconhecimento;
- d. Estabelecer estratégias para enfrentar perdas e reparação, orientadas para a redução de danos;
- e. Repensar fatores sociais e culturais e qualidade de vida;
- f. Elaborar senso crítico e postura responsável;
- g. Planejar novas possibilidades / conhecer rede de apoio;

2. Programa BLITZ – Reflexão sobre conduta no trânsito;

- a. Estimular cumprimento individualizado;
- b. Desenvolver módulos de aplicação;
- c. Acolher / Integrar;
- d. Discutir sobre trânsito no Brasil;
- e. Refletir sobre os delitos cometidos;
- f. Repensar fatores acidentogênicos;
- g. Elaborar senso crítico e postura responsável;
- h. Receber orientações sobre direção defensiva;
- i. Desenvolver espírito de solidariedade;
- j. Internalizar nova conduta educativa.

3. Programa BASTA – Intervenção junto ao autor de violência doméstica;

- a. Acolher / Integrar;
- b. Discutir Leis relacionadas (Ex.: Maria da Penha);
- c. Acompanhamento dos fatores sócio-históricos da violência doméstica (infanticídio, feminicídio, etc.);
- d. Refletir sobre gênero e violência;
- e. Repensar dimensões da violência doméstica;
- f. Debater sobre família x violência;
- g. Refletir sobre delitos cometidos;

h. Internalizar nova conduta: respeito a integridade de gênero.

4. Programa E'LER – Orientação e acompanhamento de formação escolar, técnica ou propedêutica, com incentivo à leitura;

a. Acolher / Integrar;

b. Receber orientações sobre a inserção e/ou reinserção no processo educacional formal e/ou profissional consoante a Alternativa Penal aplicada;

c. Conhecer a Rede de Ensino formal e profissional;

d. Aderir a programação de palestras motivacionais de incentivo a leitura e ao estudo;

e. Produzir plano de ação pessoal e profissional (planejamento para cinco anos).

5. Projeto ÉTICA e CIDADANIA – Gestão de encontros autodeterminantes de direitos e deveres;

a. Levantamento de contexto para reunião com assistidos;

b. Preparação de oficina com termos e dinâmicas associadas a contexto;

c. Acolher / Integrar;

d. Aplicação de dinâmicas para autoconhecimento;

e. Formulações de conceitos e definições a partir da impressão dos grupos;

f. Auto-avaliação de conduta, impressão e aprendizado;

g. Acompanhamento e encaminhamento de demandas geradas na atividade.

6. Prestação de Serviços à Comunidade.

a. Busca e assinatura de convênios com instituições parceiras;

b. Acolhimento dos assistidos considerando determinação de PSC;

c. Verificação de possibilidades de PSC, considerando habilidades e demandas;

d. Encaminhamento mediando contato junto a gestor e assistido e fechamento do planejamento das horas;

e. Acompanhamento da execução do PSC;

f. Medidas intermediárias durante a prestação;

g. Relatório final e encaminhamento às instituições relacionadas.

ALCANCES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A aplicação das duas ações extensionistas, nos períodos em que foram vigentes, vem firmar a importância da Universidade na concepção, construção e implementação de políticas públicas. Os programas Pró-Egresso e Patronato, foram concebidos no âmbito das universidades, desde sua origem, até o último dia de suas edições. E sem dúvida formaram o conteúdo para construção de um conjunto de políticas públicas que atenderam a população em suas vulnerabilidades.

Esta afirmação está ratificada no trabalho de Zambenedetti, Ferreira e Velozo (2021), quando apresentaram explicações e conclusões acerca da atuação de um dos programas.

A princípio os autores apontam a importância de entender a vulnerabilidade a partir da realidade que é expressa na sociedade. Como já se expôs no início deste trabalho, vulneráveis são pretos, pobres, mulheres, LGBTQIA+, trabalhadores formais e informais distantes do poder político nas organizações e a grande massa de desempregados do país.

No trabalho que apresentaram, só para essa ilustração, vale informar que os maiores contingentes de assistidos dos programas estavam entre esses públicos, visto que escolaridade e renda baixas definem as maiores vulnerabilidades.

Se retomarmos a constatação constitucional, que todo cidadão deve ter acesso igualitário e democrático às condições que modulam material, institucional e politicamente a sociedade (BRASIL, 1988), fica claro que àqueles que não possam se prover individualmente essas condições, devam ser efetivamente atendidos pelo Estado.

Os programas de extensão aqui apresentados estão alinhados com a cessão desses direitos e se conformaram de modo a confirmar a importância da extensão universitária, tanto pela sua qualidade técnica e conceitual, quanto pelo volume de ações que conseguiram implementar ao longo de sua recorrência.

A universidade então deve caminhar nessa direção, mas por isso deve ser fortalecida pelas estruturas públicas de governo, independentemente de suas posições ideológicas, na medida em que ensino, pesquisa e extensão que produzem, não atendem a ideais específicos, mas ao conjunto da sociedade como um todo.

Movimentos nas áreas da Administração, na conjugação do público com o privado; do Direito, no sentido de esclarecer e assessorar cidadãos de seus direitos e deveres; da Psicologia, na medida em que buscam a saúde mental e física dos assistidos vulneráveis; do Serviço Social, viabilizando e

assessorando o alcance de benefícios necessários aos que deles necessitam; e da Pedagogia, que além dessa assessoria de formação, mostra como a educação é composto fundamental da construção efetiva da sociedade, que foram expressos nesses programas, ainda legitimam a sua importância.

Uma sociedade só se fortalecerá, se suas vulnerabilidades forem reduzidas, e a Universidade, pela aplicação de seus pilares fundamentais, ensino, pesquisa e extensão, demonstram continuamente a valiosa contribuição que podem dar nessa direção.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.
- CIVITARESE, Jamil. A desigual justiça brasileira: uma análise de dados e estratégias de mudança. **Justificando – Mentis inquietas pensam direito**. São Paulo. 2017.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. – Brasília: IPEA, 2011. 39p.
- KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.63, 2002 pp. 9-30.
- LIMA, Regina Campos e PIRES, Sandra Regina de Abreu. Um panorama sobre o sistema penitenciário paranaense. **Revista Sociologia Jurídica**. Curitiba. Número 03 – Julho/Dezembro 2006.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: Parte geral – Parte Especial**. 8. ed. rev. at. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012
- PARANÁ – Governo do Estado do Paraná. Departamento Penitenciário – DEPEN. Programa Patronato – Programa de Municipalização do Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas em Meio Aberto. 2019.
- PETRY, Pâmela Drum e SEHNEM, Scheila Beatriz. Traços de psicopatia em detentos que cometeram homicídio doloso. **Pesquisa em Psicologia – Anais eletrônicos**, 239-252. Recuperado de https://unoesc.emnuvens.com.br/pp_ae/article/view/19195 em 20/01/2021.
- RODRIGUES, Giovanna Nogueira. Processo e dignidade humana: o atual cenário do acesso à justiça no Brasil e sua relação com problemas sociais. **Annuaire FAJE**, Belo Horizonte-MG, v.6, N. 4. 2021.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Apontamentos metodológicos da pesquisa-intervenção no contexto da assistência social: conexões entre universidade e equipe. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 10(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2015.

SOUSA, Keyla Moreira de. **A vulnerabilidade do sistema punitivo brasileiro: uma abordagem crítica ao modelo atual e possíveis meios de combatê-lo com o intermédio das penas alternativas.** Brasília: Faculdade de Direito – UNB. 2011.

ZAMBENEDETTI, G.; FERREIRA, J.; VELOZO, Paola P. Dos Anjos. Caracterização do público e ações do Programa de Execução Alternativas Penais, Irati-PR. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, e2116416, p. 01-20, 2021

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE IRATI: UM LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2019

Elieti Fátima de Gouveia¹⁶

Vanessa Alberton¹⁷

Diogo Lüders Fernandes¹⁸

INTRODUÇÃO

A atividade turística é responsável por uma parcela significativa da economia brasileira. Em 2019, gerou cerca de 25 mil empregos (PANROTAS, 2019) e, no ano anterior, sua contribuição para o produto interno bruto (PIB) nacional foi 3,1%, ficando à frente de alguns setores, como a saúde e tecnologias da informação (Brasil, 2019).

Para que o desenvolvimento do turismo aconteça em pequenos municípios, é necessário uma série de ações conjuntas, interligando os setores e focando políticas públicas que auxiliem na organização da atividade. A atuação dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs) pode ser uma ferramenta importante nesse processo de crescimento local, tornando este um ator definidor do sucesso da implantação da atividade turística sustentável no município.

No município de Irati, interior do estado do Paraná, a cerca de 150 quilômetros da capital Curitiba, em 2018, tomou-se a iniciativa de reativar o órgão municipal voltado ao turismo, o COMTUR. Com uma população estimada em 61 mil habitantes, apresenta IDHM de 0,726 e PIB per capita na casa dos 30 mil reais (IBGE, 2021). Tem como principal atividade econômica o comércio em geral e a prestação de serviços, seguidos da agropecuária e agricultura (IPARDES, 2020).

Esse município apresenta singular potencial para desenvolver atividades turísticas em segmentos, tais como turismo rural, de natureza, religioso, cultural, de eventos esportivos, entre outros. Atualmente são realizados eventos tradicionais, como o Rodeio Crioulo e a Festa do Pêssego, além de uma baixa visitação a locais históricos e cachoeiras.

Diante disso, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar o

¹⁶ Bacharel em Ciências Econômicas pela UEPG. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas Concentração Contabilidade (Faculdade Reunidas de Administração, Contabilidade e Economia de Palmas-PR). Atualmente é docente do Departamento de Turismo na UNICENTRO campus Irati (PR).

¹⁷ Bacharel em Turismo pela UNICENTRO. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO campus Irati (PR). Atualmente é presidente do Conselho Municipal de Turismo de Irati (2021-2022).

¹⁸ Bacharel em Turismo pela UNICENTRO. Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutor em Geografia pela UFPR. Atualmente é docente do Departamento de Turismo na UNICENTRO campus Irati (PR).

desenvolvimento das atividades do COMTUR durante o primeiro ano de sua reativação, com vistas a verificar sua efetivação. Para tanto, foram propostos estes objetivos específicos:

- Identificar as ações efetivadas pelo COMTUR de Irati em 2019.
- Analisar o papel do COMTUR de Irati como ator de desenvolvimento do turismo no município.

Acredita-se ser uma investigação original, pois dos 399 municípios paranaenses, apenas 217 estão inseridos no Mapa do Turismo 2019-2021, conseqüentemente, são apenas estes que possuem Conselho de Turismo ativo, cumprindo exigências do Ministério do Turismo (PARANÁ TURISMO, 2020) e se destacando no estado.

Esta pesquisa servirá de base para demais estudos, além de divulgar a existência e o trabalho do conselho em questão para toda a comunidade acadêmica interessada, incluindo estados do Brasil inteiro. Portanto, o COMTUR ganhará visibilidade e reconhecimento, servindo de apoio e motivação para continuar desenvolvendo ações diretas no município, impactando toda a região turística na qual se insere: Terra dos Pinheirais.

A pesquisa partiu da seguinte problemática: o Conselho Municipal de Turismo de Irati está conseguindo dar prosseguimento às suas atividades após a reativação em 2019? Partindo dessa indagação e objetivos propostos, verificou-se que as ações discutidas no COMTUR estão sendo trabalhadas em conjunto com o setor público, privado e sociedade civil organizada, a exemplo de ações que dizem respeito à criação do marco zero da cidade, manutenção do COMTUR, com reuniões mensais, espaços para a participação da comunidade local, apoio, incentivo e oferta de espaço ao Curso de Turismo da Unicentro, parcerias com órgãos dos setores (Mtur, Paraná Turismo, ADECSUL – Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Estado do Paraná, entre outros), apresentação de projetos relacionados ao setor, além de cooperar e sensibilizar a participação da comunidade nas reuniões.

PROCESSO DE CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS

A existência de conselhos na gestão pública municipal, segundo Allebrandt (2003, p. 2), data do início do século passado, pois as Câmaras de Vereadores eram denominadas Conselhos Municipais, e os vereadores eram Conselheiros Municipais, representando o Poder Legislativo nos três níveis da federação. Assim, o autor supracitado acrescenta que “surtem, ainda assim, paralelamente, conselhos municipais”.

Araújo (2011, p. 398) destaca que a evolução das experiências participativas brasileiras se tornou possível desde a Constituição Brasileira de 1988, a qual “desencadeou um movimento de intensa institucionalização dos

canais de participação da sociedade civil nas políticas públicas”. Nessa linha, Da Mata, Pimentel e Emmendoerfer (2018, p. 333) acrescentam: “A respeito da participação social, na qual se insere [sic] os Conselhos, após a Constituição Brasileira de 1988, observa-se um conjunto de políticas públicas que visam incluir a sociedade civil nas decisões políticas do Estado”.

Nesse entendimento, Allebrandt (2003, p. 2) informa que, nos anos 1990, a “consolidação do processo constituinte nos três níveis da federação brasileira caracteriza e marca um novo período na história do Brasil, e é nesse contexto que ressurgem com força os conselhos municipais”. O mesmo autor diz que os Conselhos Municipais, nessa mesma época, foram incorporados nas Leis Orgânicas como um meio, espaço e oportunidade de a sociedade civil participar da gestão pública, por meio do envolvimento com o COMTUR.

Em 2018, foi lançada uma cartilha pelo Mtur (2018), a qual concede autonomia para cada município criar ou reativar os respectivos Conselhos Municipais, possibilitando a discussão e a efetivação de ações de acordo com a realidade de cada município. Contudo, deixa claro que o município que não tiver o COMTUR não poderá fazer parte do Mapa Turístico nem cadastrar empresas que trabalham com turismo na forma direta ou indireta.

Com base nessa discussão, a Confederação Nacional dos Municípios (2017, p. 3) descreve o formato de criação de um conselho, no qual aponta que “o Conselho Municipal de Turismo é um canal efetivo de participação e aproximação entre o Poder Público municipal e a sociedade civil, que deve ser criado a partir de lei municipal e deve estar alocado na estrutura do órgão oficial de turismo do Município”.

CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO

Um conselho pode ser entendido como um espaço democrático onde as pessoas possam expor suas ideias e projetos, além de nele buscarem um referencial, um ponto de partida para dar andamento aos seus projetos de turismo em suas propriedades ou para o município de forma geral (BASSANI, GOMES e PESSALI, 2020). De acordo com Mendonça e Franceschinelli (2015), os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são um canal efetivo de participação em que a comunidade pode participar das questões municipais, tornando realidade o seu direito de cidadania. Além do mais, os autores supracitados, salientam que os conselhos são importantes à medida que desempenham um papel de “fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas” (2015, [s. p]).

Em se tratando de conselhos na área de Turismo, Roscoche (s/d) afirma que sua existência recai na questão da descentralização do turismo no

Brasil, tendo por base o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, em 1999, ponto principal para os conselhos desenvolverem suas políticas em seus municípios.

Do ponto de vista de Drucker (1997), deve-se pensar o conselho como a junção e a parceria entre o conselho propriamente dito e a equipe profissional atuando em uma estrutura democrática, ou seja, sem buscar benefício próprio, e sim procurar ouvir a todos e permitir que todo cidadão que tenha interesse em desenvolver atividades para o turismo receba apoio desse conselho, desde que o projeto ou ideia sejam concisos com a realidade (VERA REBOLLO et al., 2011).

Nessa mesma linha de pensamento, os conselhos devem permitir a “participação direta da sociedade na gestão pública em consonância com a Constituição Federal e a Agenda 21, a qual determina a transparência e participação da sociedade na tomada de decisões”, inclusive sendo essa uma condição para assegurar o desenvolvimento sustentável (WWF, 2004, p. 115; VALLS, 2004).

Em termos operacionais, para que haja o funcionamento efetivo de um conselho, exige-se, segundo Roscoche (s/d), a necessidade de renovar o quadro de membros com base nos preceitos das leis de cada conselho. Para esse mesmo autor, é importante haver uma equidade de poder entre os membros, com atribuições de funções entre todos, caso contrário, aumentam as chances de deterioração dele (VELASCO, 2016).

O Ministério de Turismo (MTUR, 2018b) reporta que o turismo no Brasil está sendo visto como uma atividade econômica e desperta atenção das pessoas que têm interesse em promovê-lo em seu município, estado ou país, na questão da valorização, preservação cultural, social e ambiental. Esse posicionamento é corroborado pela Confederação Nacional dos Municípios (2017), em documento afirmando que o segmento turístico é uma oportunidade para o desenvolvimento municipal por meio do crescimento da economia.

Nesse aspecto, entende-se que há necessidade da união, esforço e comprometimento de todos os envolvidos tanto para o desenvolvimento do turismo quanto para o fortalecimento dos Conselhos de Turismo no Brasil, por parte dos integrantes que compõem cada COMTUR, como apoio do Setor Público Municipal, no quesito de dar credibilidade a seu Conselho de Turismo, assim como a iniciativa privada e a sociedade organizada.

O Mtur (2018b, p. 5) considera que, na criação e fortalecimento dos COMTURs “são fatores essenciais o monitoramento, avaliação, continuidade e desenvolvimento de políticas públicas eficientes e democráticas no Brasil”. Além disso, podem ser considerados locais de importância para que as

categorias que ali representam “possam se reunir, discutir, fomentar e contribuir para o desenvolvimento do turismo local, adequando à sua realidade às políticas públicas existentes”.

A Confederação Nacional dos Municípios (2017, p. 2) reafirma a importância da atividade turística para os municípios que desejam desenvolver essa atividade e aponta o principal fator de sucesso: trabalho conjunto entre o Poder Público e Sociedade Civil. Assim, o papel e o fortalecimento de um Conselho de Turismo podem contribuir para provocar discussões, conscientizar interessados em desenvolver atividades e torná-las reais em seus municípios (RODRIGUEZ; ACOSTA, 2009).

Para o Mtur (2017, p. 6), “[...] a gestão descentralizada, que é o paradigma atual não só do Ministério do Turismo, como da administração pública como um todo”, é vista como o primeiro passo em se pensar o turismo conforme o potencial e realidade de cada município e posteriormente consolidar essa atividade, considerada como o “motor do desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental” (MTUR, 2017, p. 6).

Em evento sobre Regionalização do Turismo, promovido pelo Mtur (BRASIL, 2018a), surgiu a questão da criação de Conselhos Municipais de Turismo, no intuito de dar mais autonomia aos municípios, desenvolver e discutir a realidade de cada município quanto à questão do turismo e ao fortalecimento dessa atividade, visando ao desenvolvimento local. De acordo com a reportagem, o Mtur (BRASIL, 2018a) lançou nova versão de uma cartilha que orienta a criação de Conselho de Turismo nos municípios e o define como órgão essencial à política de regionalização para o turismo. Sugerem que a participação do setor público, privado e da sociedade civil direcione políticas nos respectivos municípios para essa área.

Os COMTURs devem ser espaços de debates de ideias e de projetos e, sendo órgãos consultivos e deliberativos, têm papel fundamental como ator do desenvolvimento da prática turística por meio de um processo participativo, de inclusão e democrático, possibilitando a união de diversos olhares sobre a atividade, na tentativa de alcançar soluções que venham a agregar valor e possibilitar o desenvolvimento responsável do turismo (VELASCO, 2016; BASSANI, GOMES e PESSALI, 2020) (BRASIL, 2018b) (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2017).

O Mtur (2018, p. 9) ressalta: “A decisão final de propor ou não a implantação de ações cabe ao prefeito do município, no que lhe couber, não podendo o Conselho Municipal de Turismo ultrapassar os seus limites decisórios”.

Os COMTURs atendem a um chamado de democratização na tomada de decisão no setor, possibilitando a interação de visões dos diversos

segmentos e agentes do turismo e possibilitando voz aos cidadãos e às organizações por meio de um debate de ideias, na busca de um desenvolvimento mais justo, igualitário e sustentável do turismo. Desta forma, os COMTURs serão atores que visam democratizar o planejamento, a execução e o controle das políticas públicas ligadas ao turismo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem cunho qualitativo e “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p. 21) que não podem ser quantificados. Quanto aos objetivos, possui natureza descritiva, cujo foco consiste em “conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 110), e, nesse caso, conhecer a realidade do COMTUR e suas ações.

Quanto aos procedimentos técnicos, usa como fonte a pesquisa bibliográfica, para o embasamento teórico “[...] a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” (SEVERINO, 2007, p. 122), em que foram pesquisados temas como Conselhos Municipais de Turismo e Criação dos COMTURs em livros, trabalhos acadêmicos, documentos técnicos de órgãos reguladores e artigos científicos. Estes últimos foram pesquisados nas seguintes bases de dados: Scielo, Redalyc, Publicações de Turismo e Portal de Periódicos da Capes. Esses textos auxiliaram na formação de um conhecimento teórico que contribuíram para entender o papel do COMTUR e embasaram as análises dos dados encontrados na pesquisa empírica deste estudo.

A investigação também é orientada por fontes de pesquisa documental, por meio de fontes primárias, como as atas do COMTUR de Irati registradas em 2019, no seu regimento interno e no decreto que oficializa sua reativação, ou seja, textos cujos conteúdos “ainda não tiveram nenhum tratamento analítico” (SEVERINO, 2007, p. 122). Esses documentos foram importantes para entender o funcionamento do COMTUR de Irati, sua reativação, os participantes deste órgão e para compreender as discussões e as propostas que foram levadas ao Executivo e os resultados destas.

Utilizaram-se informações verbais oriundas de membros atuais do conselho que também estiveram envolvidos diretamente na fase de fundação do COMTUR em 2000, tais como a fundadora, aqui denominada Membro A, e membros da diretoria atuantes no ano da pesquisa, citados como B e C. Estes foram primordiais na articulação, conversação e resgate de documentos relevantes.

A observação direta e a pesquisa participante foram técnicas utilizadas na coleta de dados, uma vez que os pesquisadores eram também

conselheiros do COMTUR de Irati, desse modo vivenciando, em cada reunião, os debates e as propostas enviadas ao Executivo do município. Segundo Gil (2002, p. 55), “[...] caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”.

Por fim, a análise dos dados ocorreu por meio do emparelhamento teórico prático, com a finalidade de contrapor os conhecimentos encontrados nas leituras e no referencial teórico elaborado para este estudo e os dados encontrados na pesquisa empírica, desse modo validando os resultados encontrados com os documentos dos órgãos reguladores, os textos acadêmicos e os resultados da pesquisa. Acredita-se, assim, que foi possível analisar o desenvolvimento das atividades do COMTUR durante o primeiro ano de sua reativação, com vistas a verificar sua efetivação.

AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE IRATI

O COMTUR de Irati foi criado em 2000, sob o comando de uma turismóloga (Membro A), empresária atuante no segmento de agenciamento e presidente da ADECSUL e da Instância de Governança Regional Terra dos Pinheirais (IGR), permanecendo ativo até 2010.

Durante sua atuação, o COMTUR realizou 89 reuniões e tinha o papel de informar a população sobre a atividade do turismo no município. Verificou-se que a desativação ocorreu pela falta de interesse e liderança das pessoas em dar continuidade ao trabalho, já que a participação de todos os conselheiros era e continua sendo voluntária (informação verbal)¹⁹.

No intuito de acatar a determinação do Mtur publicada em 2018, nesse mesmo ano deu-se início aos procedimentos para reativação, conforme relato do Membro A. As articulações se iniciaram em reunião da ADECSUL com todos os coordenadores das IGRs. A PR Turismo e Mtur informaram que um dos critérios para entrar no Mapa do Turismo 2019/2021 seria ter o Conselho de Turismo atuante. Com base nesse fato, foi iniciada, na ADECSUL, uma campanha com os 12 secretários de turismo do território centro-sul do Paraná, para darem andamento ao processo de ativação do COMTUR nos respectivos municípios (informação verbal).

Na sequência, o Membro A reuniu-se com o secretário de Desenvolvimento Econômico à época, expondo a questão. Após entendimento e urgência do assunto, as turismólogas dessa secretaria (Membros B e C) resgataram os documentos da gestão de 2000 a 2010, para darem andamento à reativação do COMTUR (informação verbal)¹⁹.

Contudo, o Membro A afirma que, nesse momento, houve a troca de

¹⁹ Relato do Membro A obtido por Elieti Fátima de Gouveia em Irati-PR, em março de 2020.

secretário e o prazo estabelecido pelos órgãos superiores estava terminando. Por isso, houve reunião com o novo secretário da pasta e as turismólogas supracitadas reiteraram a necessidade de dar prosseguimento aos trabalhos quanto à reativação do COMTUR (informação verbal).

Após a exigência do Mtur já citada e registrada na Ata n.º 01/2019 do COMTUR, tomou-se a iniciativa de reativá-lo por meio de assembleia realizada em 19 de fevereiro do mesmo ano, convocada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Irati.

Na ocasião, compareceram 20 pessoas, sendo representantes do setor público, privado e sociedade civil organizada, câmara de vereadores, além do prefeito de Irati, quando foi definida a composição da diretoria para o biênio 2019/2020. Para melhor entendimento a respeito dos integrantes da diretoria desse conselho, segue o Quadro 1 com a composição original do ato da reativação.

Quadro 1: Mesa Diretora do COMTUR – mandato de 2019 a 2020

Componentes	Setor	Entidade
Presidente	Público	Curso de Turismo - UNICENTRO
Vice-presidente	Público	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
1.ª secretária	Público	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
2.ª secretária	Privado	IRATRIP Turismo de Aventura

Fonte: Adaptado da Ata 001/2019

Cabe destacar que três membros pertencem ao setor público, o que salienta seu papel em buscar e incentivar ações que contribuam para o turismo no município, assim como para a sociedade, além de incentivar interessados a investir no segmento turístico.

Portanto, cabe aqui observar que a iniciativa da reativação partiu da necessidade quanto ao atendimento do Mtur e da preocupação da presidente da ADECSUL, com o setor público, setor privado e sociedade organizada. No entanto, mostra que o papel do setor público é primordial para dar início a discussões e aproximar o setor privado e sociedade organizada para pensarem em ações conjuntas para o município a respeito do turismo. Além disso, evidencia que as ações podem tornar-se realidade para o município, como também contribuir para o desenvolvimento econômico, na geração de emprego, renda, valorizar questões quanto à cultura local, gastronomia, religiosidade, meio ambiente, fauna e flora, e impulsionar investimentos na área de turismo.

Na sequência, ocorreu a formação do quadro de membros, com mandatos de 2 anos, seguindo a orientação do art. 3.º do Decreto n.º

489/2019 (Prefeitura Municipal de Irati, 2019a, [s.p]), que esclarece a forma de composição dos membros do conselho, que “deve ocorrer de forma paritária, ou seja, 1/3 representantes do Poder Público, 1/3 representantes da Iniciativa Privada e 1/3 da Sociedade Civil Organizada”.

Segundo observado no Edital de Convocação de Assembleia n.º 01/2019 e Decreto n.º 489/2019, foi estabelecida a oferta de 18 vagas, sendo 6 para o Poder Público, 6 vagas para a Iniciativa Privada e 6 vagas para a Sociedade Civil Organizada, conforme se ilustra no Quadro 2.

Quadro 2: Composição do COMTUR de Irati, de acordo com os setores

SETOR	CONSELHEIROS
Público	Curso de Turismo da Unicentro Secretaria Municipal da Cultura Secretaria Municipal de Administração Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Secretaria Municipal de Esportes e Lazer Secretaria Municipal de Planejamento
Iniciativa Privada	Abib Hotel Boheme Bar/Jr Cozinha Mexicana FAG Viagens Hotel Solievo Irati Viagens e Turismo IRATRIP Turismo de Aventura
Sociedade Civil Organizada	ACIAI - Associação Comercial e Empresarial de Irati ADECSUL - Agência de Desenvolvimento Regional – Instância de Governança (IGR) AMCESPAR- Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná FECOMÉRCIO/SESC/SENAC Observatório Social de Irati Rotary Club Irati

Fonte: Adaptado da Ata 001/2019 e Decreto n.º 489/2019/COMTUR

Ressalta-se que a composição acima é a original, composta na assembleia de reativação e, conforme embasamento de referencial já mencionado, houve a substituição de membros que não participaram das reuniões ordinárias, segundo normas do regulamento interno do COMTUR.

No Quadro 2, apresenta-se praticamente uma paridade na participação dos agentes do turismo no conselho, o que é importante para propiciar a democratização e diversidade de visões sobre um mesmo tema, possibilitando, assim, dar voz de forma participativa a todos os atores envolvidos no turismo (BASSANI, GOMES e PESSALI, 2020) (ARAUJO, 2011).

Ao analisar a questão da reativação do COMTUR, observa-se que esse retorno foi para atender às exigências e solicitação do Mtur e ter acesso ao

Cadastur, mapa turístico e receber qualquer tipo de valores monetários condizente com o orçamento. É importante esclarecer que o papel do COMTUR não é executar, e sim deliberar e permitir a participação de qualquer pessoa, grupo, iniciativa privada, sociedade organizada e setor público (DRUCKER, 1997), ou seja, é um espaço democrático onde as pessoas têm a liberdade de participar das reuniões e apresentar suas ideias ou projetos de turismo.

Após efetivada a descrição da reativação, organização e identificação dos setores participantes do COMTUR, segue o formato do desenvolvimento das reuniões, com informações das convocações de fevereiro a dezembro de 2019.

As convocações são organizadas pelo presidente do COMTUR e posteriormente enviadas à secretária dos Conselhos Municipais, encarregada de enviar aos conselheiros e arquivar todos e quaisquer documentos discutidos nesse conselho. Nas convocações, constam informações padrão, tais como: data, horário, local da reunião, leitura da ata da reunião anterior e da pauta do dia, seguidos dos assuntos a serem discutidos. No Quadro 3, estão descritas informações a respeito das convocações e assuntos identificados.

Quadro 03: Convocações de fevereiro a outubro de 2019

CONVOCAÇÕES	ASSUNTOS MAIS RELEVANTES
Edital de convocação de Assembleia n.º 01/2019	Assembleia para reativar o conselho Eleger a diretoria do COMTUR Eleger os conselheiros para após serem nomeados pelo prefeito municipal de Irati, mediante decreto municipal.
1.º semestre de 2019	Formação de comissão para revisão da lei municipal e regimento interno Plano de ação do conselho para 2019 Discussão sobre o regimento interno Aprovação do decreto de composição do COMTUR Apresentação de projeto do jornal Folha de Irati Discussão e aprovação do regimento interno do COMTUR Apresentação sobre o mapa turístico e reunião dos Conselhos da Terra dos Pinheirais Divulgação do projeto “Eu amo Irati” Proposta de conteúdo para material de divulgação de Irati Documento referente ao termo de compromisso ao Programa de Regionalização do Turismo Lançamento do Curso de Turismo/Unicentro Caminhada na natureza Cachoeira do Dallegrave Encontro de gestores Mapa do turismo

2.º semestre de 2019	Mapa do turismo Turismo no município e região Informações quanto às questões da caminhada na natureza Projeto de instalação do Marco Zero Sinalização do Pinho de Baixo Proposta de roteiro religioso (Igreja São Miguel) Presença do Grupo Voluntária Desenvolvimento de projetos Apresentação do pré-projeto do Marco Zero Apresentação dos resultados dos questionários aplicados aos conselheiros Desenvolve turismo Roteiros em Irati Visita no Pinho de Baixo Placas do Pinho de Baixo Fechamento do projeto do Marco Zero Desenvolve Turismo Visita no Pinho de Baixo Apresentação da propriedade (Pinho de Baixo) Apresentação sobre a FLONA e a caminhada noturna Presença da Sra. Rosa do Sítio Sobieski Roteiro no Pinho de Baixo Reunião Estadual do Turismo com o Ministério do Turismo Avaliação do evento “1.º Desenvolve Turismo” Participação dos conselheiros nas reuniões
----------------------	---

Fonte: Adaptação conforme convocações do COMTUR/2019

Conforme identificação e análise das convocações, o modelo oficial de pauta é seguido da mesma forma para todas as reuniões do COMTUR, ocorrida na primeira terça-feira de cada mês. Ao analisar o número de reuniões, foi constatado que há uma regularidade, sendo realizado um encontro mensal, como previsto, num total de 11 reuniões em 2019. Há de se mencionar também que existiu uma reunião extraordinária e essa prática consta no regimento interno e será efetuada sempre que necessário.

Na organização do COMTUR de Irati, são adotados os aspectos consultivo e deliberativo. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2017, p. 3), a maioria adota esta prática, “pois tem papel de discutir, promover e formular propostas de ação para o desenvolvimento do turismo municipal”.

No Quadro 4, constam os assuntos abordados e discutidos nas 11 reuniões ocorridas em 2019, assim como algumas ações concretizadas.

Quadro 4: Assuntos e ações concretizadas – COMTUR/2019

ATIVIDADES	AÇÃO
Aplicação direta no município	<ul style="list-style-type: none"> - Trenzinho no Parque Aquático (reativando e revitalizando pode-se considerar uma ação positiva para o local). - Petição em relação à Cachoeira do Pinho de Baixo.
Informes feitos pelos Conselheiros	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre o COMTUR no período de 2000-2008. - ADECSUL, em reunião com vice-governador (2019), dará um enfoque ao turismo paraense. Há materiais gráficos em que Irati faz parte - Lançamento da campanha “Eu Amo Irati” (camisetas e totem). - Evento “Desenvolve Irati”. - Apresentação sobre Mapa do Turismo, IGRs e Região Terra dos Pinheirais. - Apresentação dos municípios que fazem parte da jurisdição da ADECSUL e sobre a regionalização do Turismo. - Leitura do termo de compromisso ao Programa de Regionalização do Turismo; - Curso de Turismo da Unicentro se disponibiliza para futuras ações. - Breve comentário sobre a história de Irati, onde surgiu a cidade desde sua criação, citando os pioneiros e a sugestão de instalar o Marco Zero na Estação de Trem, no centro da cidade, pois daria maior visibilidade. - Agradecimento quanto ao espaço concedido ao Curso de Turismo no 31.º Rodeio e no 2.º Desenvolve Irati para a divulgação do curso. - Fala sobre o Projeto Rondon, que ocorreu em julho de 2019, no Pinho de Baixo, e possibilidades de criar uma rota turística a ser comercializada, fomentando o desenvolvimento da região. Há proprietários rurais interessados em aderir à alimentação vegana e oferta-la. - Explicação sobre o Marco Zero: desenho do projeto. - Apresentação sobre a cachoeira Dallegrave. - Apresentação dos resultados do questionário: ações estão centradas na inovação turística, 50% na organização da gestão, turismo inteligente e marketing de eventos.
Marketing	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de pré-projeto de divulgação de Irati. - Participação do COMTUR no evento “Desenvolve Turismo”, sua colaboração na organização e divulgação do conselho. - Lançamento da Rota do Equilíbrio.
Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Ativo: diretoria, membros e calendário de reuniões cumpridos dentro do previsto. - Cumpriu-se a exigência do Mtur: O município consta no mapa turístico, no Cadastur e está apto a receber dotação orçamentária. - Comissão para revisar a Lei Municipal e Regimento Interno do Conselho/ Presidente do COMTUR analisou os documentos e apresentou o resultado final. - Explicação sobre documento do Mtur (projeto, dirigente municipal de Turismo e o presidente do COMTUR assinaram o termo de compromisso, com o programa de regionalização do Turismo).

	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do Regimento Interno do Conselho e sua aprovação. - Última reunião do ano realizada no Pinho de Baixo.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Visita do vice-presidente à Agência Paraná de Desenvolvimento (falou sobre o programa municipal a respeito de atrair investimentos, fazer convênio, parcerias, pensando na qualidade de vida da população).
Sugestões e/ou questionamentos dos Conselheiros e visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralizar ações que são voltadas apenas para o parque aquático e investir em outros pontos, como na valorização das praças da cidade. - Realização de reuniões nas comunidades rurais. - Questionamento sobre ausências do secretário da Cultura, Planejamento, Esporte, Administração e Rotary Club nas reuniões. - Enviar para o presidente da Câmara de Vereadores/Irati solicitação para indicar dois representantes para serem ouvintes. - Sugestão de lançamento de caminhadas na natureza. - Realizar levantamento dos eventos para elaborar tal caminhada. - Trazer projetos. - Alerta quanto à falta de direcionamento do conselho e sugestão de um questionário, baseado em estudos realizados pela academia, a ser respondido pelos conselheiros. - Proposição para que os alunos do Curso de Turismo possam escolher quatro das ações para elaborar projetos, sendo um deles já elaborado quanto à questão da acessibilidade. - Questionamento quanto à possível colaboração dos alunos de Turismo para auxiliar nos projetos já existentes no município, como na sinalização do Pinho de Baixo, conservação do Parque e outros.
Visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Participação do prefeito Jorge Derbli (frisou importância do Conselho, manifestou satisfação em ver a participação dos conselheiros e destacou a importância do turismo para o município). - Jornal Folha de Irati (apresentou o projeto de divulgação turística a partir de vídeos para fomentar o turismo). - Padre Luís (Rota Turística dos Três Arcanjos, a qual está elaborada e pronta para ser posta em prática, seguida da transformação da Igreja São Miguel em um santuário, com o objetivo de trazer pessoas para o turismo religioso). - Grupo Voluntaria (executou atividades como: pintura das escadarias da Colina Nossa Senhora das Graças e revitalização da trilha para a Cachoeira do Pinho de Baixo). - Cristina Mazza - Apresentação sobre a Colônia do Equilíbrio de Don Inácio de Loyola, no Pinho de Baixo. - Participação na reunião de lançamento da Rota do Equilíbrio.

Fonte: Adaptado das atas de fevereiro de 2019 a dezembro de 2019

Verificou-se que houve uma considerável quantidade de ações desenvolvidas e principalmente opções levantadas para posteriores encaminhamentos. Nesses apontamentos, entende-se que somente estão sendo efetivadas ações, devido à forma como o conselho está organizado, com reuniões mensais e conforme gestão democrática, aberta à comunidade para

expor suas ideias e projetos.

No Quadro 4, apresenta-se uma diversidade de assuntos debatidos durante as reuniões do COMTUR de Irati, em que a variedade de temas é um exemplo claro do que o conselho deve propor, ser um espaço democrático de diálogo que possibilite a união de diversos agentes e atores do turismo municipal em prol do desenvolvimento responsável do turismo, oportunizando a inclusão de temáticas dos diversos segmentos da sociedade na agenda governamental (ARAUJO, 2011), (BASSANI, GOMES e PESSALI, 2020) e (MTUR, 2018).

Compreende-se, assim, o papel do COMTUR para o desenvolvimento do turismo em Irati, pois este local, segundo observado, é a única vitrina para que as pessoas que têm interesse na área mostrem seus projetos e falem das suas ideias, buscando apoio e orientação para tentar tornar seus objetivos em realidade.

Acredita-se que o movimento de organizar diversos atores do trade turístico em debates constantes pode ser considerado uma forma de desenvolver o turismo local, pois gera engajamento, troca de ideias e experiências que são lapidadas e postas em prática.

Além do mais, por ser uma concretização oriunda de uma exigência do Ministério do Turismo, a existência do conselho possibilita o desenvolvimento local em médio e longo prazo, afinal, a visibilidade e credibilidade virão com o tempo, aumentando as chances de receber investimentos públicos e privados.

Corroborando esses pontos, a pesquisa em pauta acaba por provocar novas discussões e publicações no âmbito acadêmico, como também colabora com os municípios brasileiros, no sentido de sensibilizá-los da importância tanto da criação quanto do prosseguimento de gestão dos seus conselhos.

Tem-se completa ciência de que o fato de existir um Conselho Municipal de Turismo ativo não significa que ele desenvolverá o turismo no município. Esse órgão contribui internamente para articular e contribuir com a gestão local, deixando a cargo dos empresários do setor desenvolver as atividades propriamente ditas.

De acordo com o art. 1.º da Resolução n.º 03/2019, do Conselho Municipal de Turismo de Irati (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 2019b), o COMTUR

tem como finalidade geral formular, implantar direta ou indiretamente, desenvolver e avaliar permanentemente as Políticas Públicas Municipais na área de TURISMO, inclusive no que diz respeito ao plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Turismo — FUMTUR, instituído este pela Lei n.º

1615/2000, COMTUR este que reger-se-á segundo os termos do presente REGIMENTO INTERNO.

Quanto às competências do conselho em questão, a mesma resolução anteriormente citada, em seu art. 3.º, elenca:

I – Formular, implantar, desenvolver e avaliar permanentemente a Política Municipal de Turismo, sempre observado o contexto maior da atividade em questão no âmbito da jurisdição da Região Turística TERRA DOS PINHEIRAIS;

II - Subsidiar os processos decisórios da municipalidade relativamente à destinação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, dentre outros recursos públicos que venham a ser alocados no fomento à atividade turística;

III - Appreciar e formular parecer relativamente aos projetos que lhe sejam submetidos face as suas competências legais pela iniciativa privada, sempre visando adequar e aperfeiçoar os resultados da Política Municipal de Turismo;

IV - Avaliar e fiscalizar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado no que diz respeito às suas competências;

V - Suprir, mediante decisão coletiva, homologada por decreto do Executivo, os casos omissos;

VI - Apoiar iniciativas em geral que entender cabível por representarem incremento ao turismo no Município de Irati (PR), bem como promover melhorias na infraestrutura turística receptiva;

VII - Promover junto às autoridades de classe, estudantes e entidades da sociedade civil organizadas campanhas no sentido de conscientizar a comunidade sobre a importância do turismo como atividade econômica geradora de emprego, renda, impostos, preservação ecológico-ambiental, resgate e preservação culturais;

VIII - Estimular posturas, práticas, comportamentos, sistemas, modelos e iniciativas que emprestem sustentabilidade econômico-financeira, de gestão, resgate e preservação cultural e ecológico-ambiental à atividade turística no município de Irati, sempre no contexto da jurisdição da Região Turística da TERRA DOS PINHEIRAIS;

IV – Elaborar e fomentar a implantação do PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO de Irati (PR), sempre com particular atenção à sustentabilidade das proposições no contexto maior da Região Turística da TERRA DOS PINHEIRAIS, da qual Irati faz parte;

Portanto, para o melhor entendimento e com base em documentos internos do conselho em questão, no Quadro 5, seguem os pontos prioritários no papel do COMTUR nesta nova fase da reativação.

Quadro 5: Papel do COMTUR

Manter-se ativo
Apoiar o desenvolvimento do turismo municipal e regional
Apresentar projetos relacionados ao setor
Sensibilizar a participação da comunidade nas reuniões, mediante a cooperação
Efetivar as ações com o poder público, privado e a sociedade

Fonte: Atas - COMTUR/2019

Com base nesse levantamento, foi constatado que o papel dos conselheiros tem como princípio contribuir, de forma participativa, com ideias e possíveis soluções para o desenvolvimento das atividades turística no município. Portanto, o COMTUR deve apresentar-se como um órgão deliberativo e consultivo que tenha uma participação ativa da sociedade na elaboração, implantação e controle das políticas públicas em turismo, sendo, assim, um articulador dos interesses públicos e privados na tomada de decisão (ALLEBRANDT, 2003; MATA; PIMENTEL; EMMENDOERFER, 2018).

Destacam-se algumas ações que, a nosso ver, podem colaborar para que haja um princípio de articulação do setor em Irati, conforme se mostra no Quadro 6:

Quadro 6: Ações do COMTUR para colaborar na articulação do turismo em Irati

AÇÕES
1 – Manutenção do COMTUR, com reuniões mensais
2 – Parcerias com órgãos do setor (Mtur, Paraná Turismo, ADECSUL e outros)
3 – Desenvolvimento de normas e leis para o turismo local e regional
4 – Desenvolvimento de projetos viáveis para o turismo local
5 – Apoio, incentivo e oferta de espaço ao Curso de Turismo da Unicentro
6 – Oferta constante de espaços para participação da comunidade local
7 – Articulação de parceiros/voluntários para auxiliar em projetos de anseio da comunidade
8 – Articulação para desenvolver ações diretas, como melhorias em sistemas de sinalização turística, divulgação e outros pontos relevantes para o turismo local
9 – Promoção e divulgação constantes por meio de campanhas e eventos turísticos
10 – Acompanhamento periódico da satisfação da comunidade e levantamento de ideias
11 – Levantamentos periódicos sobre o potencial e possíveis interessados em desenvolver a atividade turística
12 – Manter a filosofia de participação democrática em suas reuniões e ações.

Fonte: Os autores com base nas ações do COMTUR

Conforme se observa no Quadro 6, foi constatado que o COMTUR é um conselho ativo, procura atender à solicitação do Mtur quanto à manutenção das reuniões, como também faz provocações ao desenvolvimento para o turismo no município por intermédio de conselheiros engajados que procuram fazer acontecer a atividade. Assim, percebe-se que esse conselho é organizado, tem uma participação do setor público, privado e sociedade civil organizada e o papel de cada conselheiro quanto à participação, ideias, sugestões se destaca pela sua seriedade para o desenvolvimento do turismo no município de Irati.

Outra questão é a presença de turismólogos à frente dos trabalhos inerentes ao segmento com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Irati e o COMTUR, pois acredita-se ser fundamentais profissionais dessa área para dar andamento às ideias, projetos que são discutidos no âmbito do COMTUR.

Assim, um Conselho de Turismo organizado tem como papel contribuir para o desenvolvimento do turismo local, propiciando oportunidade, discussão, orientação daqueles que desejam desenvolver atividade de turismo, enfim, promover a sinergia entre os atores do segmento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Conselhos Municipais de Turismo são órgãos colegiados de políticas públicas, com atuação democrática, visando descentralizar o poder e oportunizar a participação social no direcionamento de definições quanto ao turismo local e focar no desenvolvimento da atividade turística municipal.

Com a reativação do COMTUR de Irati, no Paraná, em 2019, está sendo possível cumprir com a agenda de reuniões, explorar novas ideias e possibilidades para o segmento mediante sugestões tanto dos conselheiros quanto de membros da comunidade externa e articular timidamente ações que, direta ou indiretamente, possam agregar-se à atividade turística.

A análise do desenvolvimento das ações do COMTUR no ano de sua reativação deixa evidente que é fundamental a sinergia entre o poder público, setor privado e sociedade civil organizada, pois, apenas dessa maneira, será possível organizar, com mais eficiência, o turismo em Irati.

Portanto, o COMTUR de Irati vem desempenhando seu papel de ator no desenvolvimento de políticas públicas no turismo como um espaço democrático de diálogo e integrador de ideias, propiciando a diversos setores do turismo e da sociedade civil discutir e apontar o direcionamento desejado para o turismo local, a fim de atender às necessidades da comunidade e criar novas formas de oportunidades, auxiliando na elaboração, execução e controle das políticas públicas em turismo com o poder executivo e legislativo do município.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. **Conselhos Municipais: potencialidades e limites para a efetividade e eficácia de um espaço público para a construção da cidadania interativa.** 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-18-Allebrandt-2003.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

ARAUJO. Cíntia Möller. **Gestão Pública Democrática e Democracia Participativa no Brasil: Disseminação dos Conselhos de Políticas Públicas, no Âmbito do Turismo, no Estado de São Paulo.** **Book of Proceedings**, v. 1 – International Conference On Tourism & Management Studies – Algarve. 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5018468.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

BASSANI, Carolina Poltronieri., GOMES, Bruno Martins Augusto & PESSALI, Huáscar Fialho. **Conselhos Municipais de Turismo e bens democráticos e: análise comparativa Curitiba-PR e Belo Horizonte-MG.** **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, 2020, p. 154-168.

BRASIL. Ministério de Turismo. **Regionalização do turismo é pauta de encontro nacional.** 2018a. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=175:regionalizacao-do-turismo-e-pauta-de-encontro-nacional&catid=17&Itemid=121>. Acesso em 10 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério de Turismo. **Orientações Técnicas para a Criação de Conselho Municipal de Turismo.** 2018b. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/CARTILHA_CONSELHOS_MUNICIPAIS_REVISADA_05_10_18.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional.** 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html>>. Acesso em 08 de maio de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Nota Técnica 036/2017.** Brasília. 2017. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/3172>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

DA MATA, Gilberto Mauricio Frade; PIMENTEL, Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **Teoria do campo social e políticas públicas: o caso do Conselho Gestor de Turismo de Juiz de Fora, MG, Brasil.** **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 2, 2018. p. 332-354. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/5264>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1997. In: Roscoche, Luiz Fernando. **A estrutura organizacional de um Conselho Municipal de Turismo**. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/58-a-estrutura-organizacional.pdf>>. Acesso em 04 de abril de 2021.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Irati**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/irati/panorama>>. Acesso em 03 de abril de 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Perfil avançado do município de Irati**. 2021. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=67&btOk=ok>. Acesso em 10 de abril de 2021.

MENDONÇA, Marcelo Pires; FRANCESCHINELLI, Milena. **O que é um Conselho Municipal?** 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conselhos/1218-o-que-e-um-conselho-municipal>>. Acesso em 26 de abril de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PANROTAS. **Turismo brasileiro terá orçamento cinco vezes maior em 2020**. 2019. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/12/turismo-brasileiro-tera-orcamento-cinco-vezes-maior-em-2020_170036.html>. Acesso em 27 de abril de 2021.

PARANÁ TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2021. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. **Decreto n.º 489/2019**. Composição do Conselho Municipal de Turismo de Irati. 2019a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. **Resolução n.º 03/2019**. Aprova as alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. 2019b.

ROSCOCHE, Luiz Fernando. **A estrutura organizacional de um Conselho Municipal de Turismo**. (s/d). Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/58-a-estrutura-organizacional.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2021.

RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desenvolvimento local e modelos de comunicação: o caso do Conselho Municipal de Turismo da cidade do Conde, Bahia, Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 2, 2010, 13/14. Disponível em: <<https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12373>>.

RODRIGUEZ, Rafael Merinero; ACOSTA, Elias Zamora. La colaboracion entre los actores turísticos en ciudades patrimoniales. Reflexiones para el analisis del desarrollo turístico. **Revista Pasos**. v. 7, n. 2, 2009, p. 219-238.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLS, Josep Francesc. **Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles**. Barcelona: ed. Gestión, 2004.

VELASCO, María. **Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo**. Revista de turismo y Patrimonio Cultural, Espanha, v. 14, n. 3, 2016. p. 577-594.

VERA REBOLLO, Fernando José (coord.); LÓPEZ PALOMEQUE, Francisco.; GÓMEZ MARCHENA, Manuel; CLAVÉ ANTÓN, Salvador. **Análisis Territorial del Turismo Y Planificación de Destinos Turísticos**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2011.

WWF. **Turismo responsável: Manual para políticas públicas**. Brasília: WWF Brasil, 2004. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/et000024.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2021.

COMUNICANDO INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: UM ESTUDO NO STENDEN HOTEL EM LEEUWARDEN, HOLANDA

Vanessa de Oliveira Menezes³
Elena Cavagnaro⁴

INTRODUÇÃO

Este estudo está relacionado com a sustentabilidade e como comunicar iniciativas sustentáveis aos hóspedes dos meios de hospedagem. Práticas, princípios e *designs* sustentáveis não são vistos apenas como vantagens pelos hóspedes do meio de hospedagem, mas na verdade se tornaram algo que eles esperam encontrar. Esta nova situação foi parcialmente um desenvolvimento da demanda por produtos e práticas ambientalmente responsáveis (CHO, 2014; SOHAIL, 2017; PAKDIL; KURTULMUŞOĞLU, 2017) que, com a crescente consciência ambiental nas últimas décadas, resultou no surgimento de um novo conjunto de consumidores focados na sustentabilidade (SHAW *et al.*, 2005; FREESTONE; MCGOLDRICK, 2008). Para atender às demandas desses consumidores e, ao mesmo tempo, trabalhar para atingir as metas organizacionais, como corte de custos e aumento de vantagens competitivas, os meios de hospedagem têm investido e implementado uma série de inovações sustentáveis (BOHDANOWICZ; MARTINAC, 2003; LEGRAND; SLOAN; CHEN, 2016; MENEZES, 2015; PAKDIL; KURTULMUŞOĞLU, 2017). No entanto, fazer investimentos em iniciativas sustentáveis dentro da estrutura dos objetivos organizacionais é inútil se os convidados e as partes interessadas não forem claramente informados sobre eles, e se essas iniciativas não corresponderem às suas expectativas. Portanto, é preciso entender o que é importante para os hóspedes e ao mesmo tempo analisar como as empresas devem divulgar suas ações sustentáveis. O resultado dessa iniciativa pode servir de base sólida para definir formas de engajamento com os clientes a fim de conquistar sua satisfação e fidelização.

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é avaliar como comunicar iniciativas sustentáveis em meios de hospedagem com base na percepção dos hóspedes, usando o Hotel Stenden como um estudo de caso. A questão da

³ É professora adjunta do Departamento de Turismo da Unicentro e professora associada do Programa de Hospitalidade e Turismo na Wittenborg University of Applied Sciences (WUAS) na Holanda. Bacharel em Turismo pela UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu, e doutora em Administração de Empresas pela UP. É autora do livro "Observatório deecoinovação: aspectos teóricos e casos ilustrativos".

⁴ É professora na NHL Stenden University of Applied Sciences e na University of Groningen, ambas na Holanda. Autora do livro "Three Levels of Sustainability", que escreveu em coautoria com G. Curiel, um *best-seller* do setor.

pesquisa foi: qual o melhor canal para comunicar aos hóspedes as iniciativas sustentáveis desenvolvidas pelo Stenden Hotel para atrair a atenção e atender às suas expectativas?

O Stenden Hotel é um hotel 4 estrelas em Leeuwarden, capital da província de Friesland, no norte da Holanda. Por ser administrado como um hotel escolar, o que complementa a educação fornecida pelo International Hospitality Management Bachelor Program da NHL Stenden University of Applied Sciences, a sustentabilidade é um aspecto importante do Stenden Hotel, e um dos princípios fundamentais da propriedade.

Esta pesquisa é relevante para o campo e pode ser justificada uma vez que discussões sobre o conteúdo da comunicação sustentável já ocorreram em estudos acadêmicos de vários pesquisadores, como Font e McCabe (2017), Hardeman, Font e Nawijn (2017), Blose, Mack e Pitts (2015), Goldstein, Cialdini e Griskevicius (2008), e outros. No entanto, as formas mais eficazes de apresentar essas informações não foram debatidas, o que significa que o presente estudo constitui a ponte sobre uma lacuna de pesquisa. Além disso, nem todo hotel comunica suas ações aos hóspedes de forma adequada, pois diferentes pessoas têm expectativas diferentes no que diz respeito à sustentabilidade. Portanto, estudos dessa natureza podem permitir que os meios de hospedagem racionalizem seus recursos e, conseqüentemente, deem uma contribuição prática para a indústria da hospitalidade, reafirmando a relevância deste estudo.

Após esta introdução, o artigo está dividido em diferentes seções. A primeira delas apresenta o objetivo da pesquisa, enquanto a segunda enfoca o embasamento teórico com que se discutiu sobre a sustentabilidade e a percepção dos hóspedes e a comunicação a eles de iniciativas sustentáveis. Os procedimentos metodológicos são abordados na terceira seção, com detalhes sobre o questionário, a amostra e como foi conduzida a análise dos dados. A quarta seção contém os resultados e análises, e a quinta seção conclui o estudo, identificando as limitações da investigação e fornecendo sugestões para pesquisas futuras.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Práticas responsáveis não se tornaram apenas um requisito padrão, mas também uma forma de reduzir custos, bem como de melhorar o desempenho organizacional e atender às expectativas dos clientes. Giebelhausen *et al.* (2016) constataram que consumidores que participam de programas de sustentabilidade experimentam uma resposta emocional positiva, aumentando sua satisfação. O estudo de Ailawadi *et al.* (2014, citado em BROCKHAUS *et al.*, 2017) apresentou resultados semelhantes,

demonstrando que as iniciativas de sustentabilidade também levam a uma maior fidelização do cliente.

Vários investigadores têm procurado compreender o que leva os hóspedes a optarem por um hotel com uma abordagem ambiental. Yadava *et al.* (2018) realizaram um estudo com viajantes indianos e descobriram que a presença de confiança ecológica é uma condição significativa e necessária na hora de escolher um meio de hospedagem ecológico. Além disso, outros motivos subjetivos, incluindo valores biosféricos, atitude e normas subjetivas foram detectados no estudo. No entanto, Cho (2014) apontou que, embora o conhecimento adequado seja exigido daqueles que adotam um comportamento pró-ambiental, a maioria dos consumidores atualmente não tem acesso a esse conhecimento. Como resultado, apesar de os hóspedes estarem cada vez mais conscientes das questões ambientais, muitos continuam a ser ignorantes a esse respeito. Neste contexto, as informações que os meios de hospedagem disponibilizam podem ser importantes porque podem sensibilizar os consumidores para a sustentabilidade e o que pode ser feito a respeito. Em seu estudo, Cavagnaro, Melissen e Düweke (2018) concluíram que os hóspedes estão dispostos a colaborar, mas preferem esperar que o hotel dê o primeiro passo, o que também significa que os hotéis devem informar seus hóspedes das medidas que estão adotando.

Em relação às iniciativas sustentáveis que os hóspedes consideram importantes e como as percebem, Han e Chan (2013) realizaram um estudo exploratório das percepções dos turistas em hotéis sustentáveis. Os autores demonstraram que economizar energia, utilizar materiais ecológicos e não utilizar insumos descartáveis foi percebido como um comportamento adequado para meios de hospedagem. O estudo de Han e Chan (2013) é corroborado por Millar e Baloglu (2011). Deve-se mencionar que um estudo realizado com 192 hóspedes em um hotel independente de classe superior mostrou que as mudanças de economia de energia nos quartos de hóspedes não reduziram a satisfação do cliente (SUSSKIND, 2014). Foi demonstrado em pesquisas recentes que entre os atributos relacionados à hospedagem, os hóspedes também consideram a alimentação adequada e as relações com os funcionários como componentes essenciais da sustentabilidade. Esses fatores também foram identificados no estudo de Tseng e Hung (2013). Pakdil e Kurtulmuşoğlu (2017), em pesquisa empírica em um hotel de luxo na Turquia, identificaram 23 expectativas ambientais dos clientes, classificadas em duas dimensões: (I) eficiência de recursos e conformidade ambiental; e (II) consciência alimentar e ambiental. As maiores expectativas incluíam “saber que o hotel não prejudica o ambiente” e “a presença de suco de fruta fresca”. No entanto, o estudo não forneceu uma explicação mais detalhada sobre em

que sentido a última alternativa é uma medida sustentável. As expectativas com as pontuações mais baixas incluíram “produção local de vegetais e frutas” e “uso de matérias-primas recicláveis em edifícios”. Assim, cada hóspede aposta numa iniciativa diferente e numa vertente diferente da sustentabilidade, mostrando, acima de tudo, que é importante descobrir como os hóspedes percebem a sustentabilidade ambiental para que os meios de hospedagem possam comunicar as suas iniciativas da forma mais eficaz possível. Portanto, essa informação é fundamental para tentar entender quais iniciativas são mais importantes para os convidados.

Segundo Legrand, Sloan e Chen (2016), a comunicação efetiva de iniciativas sustentáveis em hospitalidade é hoje um diferencial e confere às empresas uma imagem positiva. A influência da comunicação de iniciativas ambientalmente sustentáveis na hospitalidade já foi estudada no setor acadêmico (KIM & KIM 2014 GIL-SOTO *et al.*, 2019). De acordo com Font e McCabe (2017), o tipo de intervenção ou mensagem transmitida aos hóspedes pode aumentar drasticamente (ou diminuir) a eficácia de iniciativas ambientalmente sustentáveis. No entanto, nem todas as medidas relacionadas à sustentabilidade são comunicadas ou visíveis aos hóspedes nas instalações do hotel. Além disso, ainda falta um conhecimento profundo de como as mensagens são percebidas pelos hóspedes e refletem sobre sua consciência e compreensão da sustentabilidade (CAVAGNARO; MELISSEN; DÜWEKE, 2018).

Em relação aos canais de comunicação, Berezan, Yoo e Christodoulidou (2016) afirmam que a escolha de um canal de comunicação tem impacto significativo no estilo de comunicação percebido e na qualidade da informação. Ao mesmo tempo, Tölkes (2018) explica que pouco se sabe sobre os canais de comunicação pessoal e os fatores de mensagem que levam a reações positivas do consumidor. Essas descobertas ofereceram uma forte explicação de por que as mensagens de sustentabilidade não foram tão eficazes quanto poderiam ser.

Alguns meios de hospedagem utilizam locais estratégicos para oferecer aos hóspedes informações gerais sobre suas iniciativas, como no Diretório de Serviços do Hóspede disponível dentro dos quartos, ou em um canal de TV onde é possível compartilhar, adicionalmente, os esforços dos parceiros do hotel (HOUNDRÉ, 2008). Fredericks (2020) afirma que também é possível compartilhar essas informações por meio de recursos online. Segundo ela, as mídias sociais são populares entre os consumidores ambientalmente conscientes e existem muitas comunidades sociais que podem ser alcançadas por meio de hashtags específicas. Outro canal de comunicação poderia ser a incorporação de práticas de negócios sustentáveis

na otimização de mecanismos de pesquisa (SEO), porque esse é um esforço de marketing que tem uma classificação superior nos resultados de pesquisa do Google. Finalmente, o mailing pode ser outra ferramenta importante para comunicar iniciativas sustentáveis. No entanto, importa referir que os emails podem ser vistos como spams e, ao invés de servirem como uma estratégia positiva de promoção das iniciativas hoteleiras, podem causar uma imagem negativa da empresa, visto que o hóspede encara essas mensagens como um aborrecimento (FREDERICKS, 2020). Independentemente de todas as alternativas, é necessário, principalmente, entender se esses canais são eficazes para se comunicar e se são notados pelos hóspedes.

Pesquisas científicas foram conduzidas para identificar as razões pelas quais os hóspedes se comportam de maneira pró-ambiental e investigar o conteúdo das mensagens que os meios de hospedagem disponibilizam para ajudá-los a tomar decisões ambientalmente informadas. No entanto, existe uma lacuna na investigação sobre os canais de comunicação que constituem o meio mais eficaz de atrair a atenção dos hóspedes. Não adianta elaborar uma mensagem poderosa se houver um canal de comunicação ineficiente. Portanto, o foco deste estudo é identificar as melhores formas de comunicar as iniciativas sustentáveis implementadas pelos hotéis, para conscientizar os hóspedes sobre elas e, conseqüentemente, ajudá-los a se engajar em comportamentos mais sustentáveis.

Os dados foram coletados empiricamente por meio de entrevistas pessoais semiestruturadas com hóspedes de hotel, utilizando uma amostra não probabilística. Os hóspedes foram abordados de acordo com a percepção de disponibilidade pelo pesquisador no saguão do Hotel ou no restaurante onde era servido o café da manhã. Esses locais foram escolhidos com base em seu ambiente informal, acessibilidade e nível de conforto fornecido aos participantes em potencial (LONGHURST, 2010).

O roteiro da entrevista foi escrito em inglês. Era composto por 10 questões: questões dicotômicas, questões de resposta aberta e escolha de uma questão em que o convidado pudesse pontuar as alternativas de 1 a 5 ou de 1 a 6. Os questionários tinham três conjuntos de questões: o primeiro era dedicado a identificar o perfil dos hóspedes; o segundo conjunto questionou sobre a importância da sustentabilidade e quais foram as iniciativas hoteleiras sustentáveis mais importantes com base na opinião dos hóspedes; e o terceiro conjunto foi dedicado a entender qual pode ser a melhor forma de comunicar iniciativas sustentáveis.

As entrevistas foram realizadas após a autorização da gerência do hotel. Antecedentes, necessidades e informações foram discutidos previamente pelo pesquisador com a pessoa de contato do respectivo hotel. A

amostra foi definida por saturação. A saturação é uma combinação de atingir o ponto em que nenhuma nova informação e conceito são trazidos em uma amostra "quem melhor representa ou tem conhecimento do tópico de pesquisa" (BOWEN, 2008, p. 140).

Um estudo piloto foi realizado alguns dias antes da coleta de dados real. Aqui, as questões foram testadas para aumentar a probabilidade de sucesso do estudo e garantir um desenho de pesquisa apropriado (VAN TEIJLINGEN; HUNDLEY, 2002). Após o piloto, poucas palavras foram alteradas e as perguntas foram ajustadas para serem mais claras para o convidado. Além disso, o teste deu mais consciência sobre como abordar os convidados, explicar os conceitos e o objetivo da pesquisa para eles.

Durante seis dias, entre 19 e 30 de abril de 2019, 37 convidados foram abordados, e 25 convidados concordaram voluntariamente em participar da pesquisa. Os hóspedes que optaram por não participar referiram ter limitações de tempo, não sentiram interesse em participar ou não se sentiram à vontade para responder a uma pesquisa em inglês (língua utilizada nas entrevistas), por não ser a sua língua nativa. Foi pré-definido que participariam da pesquisa apenas os hóspedes que passaram pelo menos uma noite na propriedade. A razão para isso é que os clientes têm mais conhecimento sobre o hotel e podem responder ao roteiro definido, conforme requerido por Bowen (2008). A entrevista foi realizada em inglês. Intérpretes de alemão e holandeses da equipe do hotel estavam disponíveis para ajudar os hóspedes, se necessário. Primeiramente houve uma conversa informativa sobre o objetivo da pesquisa e os hóspedes foram questionados se conheciam o conceito de sustentabilidade. Caso não tivesse conhecimento sobre o assunto, fornecia-se uma explicação sobre sustentabilidade de acordo com a definição do Triple Bottom Line (ELKINGTON, 1994) e do conceito de Desenvolvimento Sustentável (OECD, 2011). Os participantes foram informados sobre o anonimato da pesquisa e sobre a proteção segura de suas informações pessoais. Além disso, foi solicitada permissão para gravar a entrevista em um celular Apple iPhone 5S; três convidados se recusaram a ter suas entrevistas gravadas e seus pedidos foram atendidos. As entrevistas duraram de nove a 20 minutos.

Para atingir a saturação dos dados, outra rodada de questionários foi realizada nos dias 21 e 22 de outubro, quando 11 convidados foram abordados por uma amostra de conveniência. Nesta rodada, sete convidados concordaram voluntariamente em participar da pesquisa; e foram incluídas apenas as três últimas questões do roteiro de entrevista, relacionadas ao último conjunto de questões dedicado à comunicação de iniciativas sustentáveis.

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas seguindo uma tabulação geral em que os meios eram dados quando se tratava de figuras, e a análise de conteúdo (HARDING, 2013) foi realizada nas respostas às questões abertas. Cada participante recebeu um código (H1, H2, H3, etc.); os participantes da segunda rodada foram codificados como 2H1, 2H2, 2H3, etc. Todas as transcrições foram lidas novamente e codificadas por indução. A interpretação e as palavras-chave foram indicadas nas respectivas colunas. Toda a análise e a maior parte da coleta de dados foram feitas pelo pesquisador principal, no entanto, dois conjuntos de questões — a importância da sustentabilidade e qual poderia ser a melhor forma de comunicar iniciativas sustentáveis — foram codificados com um segundo pesquisador a fim de aumentar a confiabilidade/credibilidade dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na amostra, 16 pessoas tinham entre 45 e 65 anos; cinco pessoas, entre 35 e 44; duas pessoas, entre 25 e 34; e duas pessoas, entre zero e 24. Portanto, grande parte dos entrevistados era mais velha, possivelmente com mais experiências de vida, mais estabilidade financeira e mais estabilidade familiar do que os mais jovens. A amostra foi composta por 12 mulheres e 13 homens, havendo equilíbrio entre os gêneros. Vinte e três hóspedes fizeram reservas no Stenden Hotel por ser uma escolha pessoal e/ou familiar. Uma pessoa destacou que a preferência pelo hotel se devia à sua localização, por ser próximo ao centro da cidade de Leeuwarden. Outra hóspede escolheu a propriedade porque sua filha estuda na universidade da qual o hotel faz parte. Uma pessoa referiu que a empresa para a qual trabalha fez a reserva para ela, e uma pessoa afirmou que a sua secretária era a encarregada de fazer a reserva. Ainda sobre a reserva, nove pessoas afirmaram que o processo foi realizado pelo canal de distribuição Booking.com, três convidados disseram que o processo de reserva foi feito por outros canais digitais, neste caso, Expedia.com, Trivago.com e BestDeals, e quatro pessoas disseram que reservaram a propriedade por meio da home page do Stenden Hotel.

Quando questionados se um hotel ser sustentável era importante para eles, 21 pessoas disseram "sim". Sete destes hóspedes justificaram a sua resposta afirmando que um hotel sustentável pode mudar o comportamento das pessoas; três hóspedes disseram que escolheram o Stenden Hotel especialmente por sua preocupação com a sustentabilidade. Um hóspede disse que um hotel sustentável é importante porque ajuda seus vizinhos e sua comunidade; outro convidado ressaltou que é importante cuidar do meio ambiente, não apenas das pessoas. O meio ambiente e o futuro do planeta

foram destaque em três outras respostas. Mostrando uma visão ampla da sustentabilidade, um dos convidados afirmou:

“Tento fazer isso sozinho em casa, na Alemanha, e acho que deveria ser normal pensar sobre isso, que temos que ser sustentáveis e que a indústria hoteleira e de serviços usam muitos recursos e você tem que ter certeza de ser sustentável para as próximas gerações, não apenas lucrar em cima das pessoas”. (Tradução nossa) (H18)

Apesar de muitos hóspedes terem apontado que um hotel sustentável é importante, ainda há certo ceticismo quanto a isso, segundo um dos entrevistados:

“Eu acho que é importante, mas não acho que seja tão realista, na minha opinião, porque um hotel como um produto de luxo, então é muito difícil implantar a sustentabilidade ainda é importante, mas é muito difícil na hospitalidade”. (Tradução nossa) (H1).

Portanto, há quem veja a sustentabilidade como um conceito utópico quando aplicado a negócios que oferecem luxo. O ponto de vista deste hóspede contradiz as conclusões de outros estudos, como a pesquisa de Cavagnaro e Melissen (2017), em que os hóspedes percebem a sustentabilidade e o luxo como não contraditórios. Em outras palavras, os hóspedes discordam sobre se luxo e sustentabilidade podem coexistir.

Outro convidado afirmou que a sustentabilidade é importante como ferramenta estratégica de um hotel para melhorar sua imagem e reduzir custos, posição destacada por alguns autores como Porter e Van der Linde (1995) e Menezes (2015).

“Bom, acho que recentemente a imagem do hotel é muito importante ou também e se eles cumprirem a sustentabilidade pode ter um impacto muito forte na imagem deles; [...] a sustentabilidade está se tornando uma parte muito importante em qualquer setor como nem mesmo a hospitalidade, então pode ser também a grande parte, ser a parte forte da imagem, principalmente, mas também para a própria empresa economizar dinheiro também [...]”. (Tradução nossa) (H20)

Ao considerar as citações acima, é notável que os dados mostram temas como “sustentabilidade como uma vantagem competitiva”, conforme visto na citação de H20, e “sustentabilidade versus luxo”, citado por H1.

Embora a grande maioria dos hóspedes veja a sustentabilidade como uma preocupação válida para uma propriedade hoteleira, duas pessoas disseram que um hotel sustentável não é importante e dois hóspedes não tinham informações concretas sobre o assunto. Ao ser perguntado o porquê, um disse que é para não se preocupar com o assunto, e outro disse que nunca havia pensado no assunto antes.

A próxima pergunta indagava se eles acreditam que o Stenden Hotel se preocupa com iniciativas ambientalmente sustentáveis e como, na percepção do hóspede, o hotel mostra que se preocupa. Vinte e três hóspedes afirmaram que, em sua percepção, o hotel se preocupa com a sustentabilidade ambiental. A solicitação de reaproveitamento das toalhas e a falta de copos plásticos são as iniciativas que mais se destacam; o primeiro sinalizado por 11 hóspedes, e o segundo, por 8. Seis convidados destacaram o relógio acoplado ao chuveiro demonstrando quanto tempo a pessoa passou no banho; oito convidados destacaram o uso de alimentos orgânicos e locais; seis hóspedes disseram que o hotel demonstra sua preocupação em oferecer dispensadores de xampu e condicionador; seis pessoas notaram o sistema de dupla descarga do banheiro. Por exemplo, você pode escolher um botão para uma descarga que usa menos água ou o outro botão para uma descarga que usa mais água. Três pessoas apontaram que os equipamentos do quarto, como secador de cabelo, aquecimento central e geladeira, estavam desligados, e três pessoas disseram que a preocupação do hotel pode ser percebida pelo uso de chuveiros especiais com economia de água, que ficam em cada quarto. Duas pessoas disseram que manter uma comunicação aberta e amigável é uma forma de mostrar a sua preocupação; uma pessoa destacou as lâmpadas de baixa luminosidade da sala, que economizam energia, e uma pessoa comentou sobre a disponibilidade de água em garrafas de vidro. Ainda houve uma pessoa que sinalizou o uso de potes grandes no café da manhã que exigem menos embalagem do produto, outra pessoa citou as dicas e brochuras de economia de energia e água no quarto de hóspedes, e uma pessoa, muito entusiasmada, falou sobre o chocolate feito de cacau de Comércio Justo. De acordo com a pesquisa, a maioria dos convidados sinalizou iniciativas ambientalmente sustentáveis voltadas para a redução do consumo de água, energia e embalagens. Iniciativas simples conhecidas como end-of-pipe, em que há a adição de um novo componente para melhorar a qualidade ambiental de um produto ou bem existente, minimizando ou reparando um impacto negativo, mas não necessariamente alterando o processo de hospitalidade ou o próprio sistema (CARILLO-HERMOSILLA; GONZÁLEZ; KÖNÖLLA, 2009).

Mesmo que a maioria dos hóspedes perceba a preocupação e as

iniciativas que o hotel tem implementado, isso não significa que todos percebam. Duas pessoas apontaram que a propriedade faz menos do que outros estabelecimentos hoteleiros. Um deles justificou a resposta dizendo que o hotel não separa o lixo e não o recicla, ou então não fica visível para o cliente.

“Não vejo, ahmm, reciclagem de jornais, ahmm, na América do Norte às vezes temos lixeiras separadas para jornais, plástico, etc., não vi nenhuma informação sobre isso no meu quarto, só vejo uma lata de lixo.” (H8)

Ainda sobre o assunto, uma pessoa afirmou não acreditar que o hotel se importaria com o assunto e outro hóspede não teve certeza, pois não prestou atenção.

Alguns hóspedes sugeriram novas iniciativas ambientalmente sustentáveis, como a disponibilização de uma estação para abastecimento de carros elétricos no estacionamento do hotel e o oferecimento de um drink aos hóspedes que chegam ao hotel pelo sistema de transporte público.

Quando questionados se o hóspede notou alguma iniciativa social tomada pelo hotel, 16 hóspedes responderam "não". Um dos entrevistados disse que se existem iniciativas relacionadas à sustentabilidade social no Stenden Hotel, elas devem ser comunicadas de forma mais eficiente porque não são visíveis. Sete pessoas disseram “sim”; destas, quatro pessoas mencionaram que os funcionários sempre foram gentis, o que implica que eles não têm uma ideia clara sobre o conceito de sustentabilidade social, mesmo que lhes tenha sido explicado antes de iniciar a entrevista. Quatro pessoas disseram que o hotel demonstra iniciativas socialmente sustentáveis quando se preocupam em treinar e capacitar as pessoas para trabalhar de forma eficiente na indústria hoteleira. Um hóspede disse que percebeu isso pela comunicação calma e silenciosa entre os funcionários, e outro ressaltou que o hotel está tentando fazer o melhor; no entanto, o Stenden Hotel precisa melhorar suas iniciativas e deixar mais claro o que eles fazem. Nesta questão, é possível verificar que a maioria dos hóspedes não percebe as iniciativas sociais desenvolvidas pela propriedade. Portanto, é necessário um maior esforço de comunicação para que essas iniciativas sejam evidentes para os hóspedes, principalmente no que se refere ao relacionamento do hotel com a comunidade local.

A próxima pergunta feita foi qual a iniciativa ambientalmente sustentável mais importante e menos importante em um hotel, na opinião do hóspede. Nessa questão, cinco alternativas foram oferecidas, de acordo com a política do Stenden Hotel: (1) reutilização de toalhas; (2) tecnologias que

mitigam o consumo de energia e água; (3) linho ambientalmente sustentável e de Comércio Justo; (4) uso de ingredientes orgânicos no restaurante; e (5) móveis ambientalmente sustentáveis e de Comércio Justo. Os convidados deveriam classificar essas alternativas em uma escala de 1 a 5, em que 1 seria a mais importante e 5 a menos importante. A utilização de tecnologias que mitiguem o consumo de energia e água é, na percepção dos hóspedes, a alternativa mais importante, seguida do reuso das toalhas. Os convidados justificaram sua escolha afirmando que essas iniciativas economizam mais energia (9), são mais eficientes e alcançam resultados mais rápidos (3), são aquelas com as quais os convidados estão mais familiarizados (1) e são as mais visíveis no dia a dia (1). Em relação ao reaproveitamento de toalhas, um convidado disse que essa iniciativa é importante porque traz resultados de curto prazo; outra pessoa afirmou que é uma iniciativa fácil de realizar. A terceira alternativa mais importante do ponto de vista dos hóspedes é a utilização de ingredientes orgânicos no restaurante do hotel, seguida de roupa de cama ecologicamente sustentável e de Comércio Justo (Tradefair). O menos importante é o uso de móveis justos e ambientalmente sustentáveis. A alternativa foi destacada como a menos importante porque, de acordo com cinco hóspedes, o mobiliário é um bem durável, portanto não requer manutenção constante e não se compra um móvel novo a curto prazo. Em relação aos móveis, em nenhum momento falaram sobre o conceito cradle-to-cradle, que é quando após a utilização de um produto, seus materiais ou permanecem no mercado como matéria-prima para novos produtos ou são descartados sem agredir o meio ambiente (CAVAGNARO; CURIEL, 2012). Assim, talvez eles não estejam familiarizados com esse conceito ou tenham esquecido de mencioná-lo durante a entrevista. Quando o pesquisador mencionou como o Stenden Hotel se preocupa e tenta encontrar móveis e fornecedores do cradle-to-cradle, muitos dos hóspedes se surpreenderam por não verem nenhuma diferença nos móveis, talvez por acharem que, neste caso, os móveis iriam ter uma qualidade inferior ou ser diferente de alguma forma.

A escolha das iniciativas sustentáveis mais importantes do ponto de vista do hóspede está claramente relacionada a temas como “visibilidade” e “impacto percebido”. Para ilustrar este ponto, H5 afirmou que

“[...] a luz e o reaproveitamento da toalha são mais visíveis. Podemos imaginar que esses dois são os mais importantes porque você costuma usar todos os dias. Todos os dias você usa a luz, todos os dias você usa toalhas”. (H5)

Outras citações corroboram esse tema, como em: “Acho que o reaproveitamento da toalha tem efeito imediato ...” (H16). Outro convidado afirmou: “[...] é importante e é uma forma muito fácil de reduzir o consumo de água.” (H9). Esta última citação pode estar relacionada a outro tema, “instalação”.

Foi questionado se o hóspede gostaria de ser informado sobre as iniciativas ambientalmente sustentáveis desenvolvidas pelo hotel. Dezesesseis entrevistados disseram “sim”, oito disseram “não” e um disse “talvez”. Em uma análise mais aprofundada do motivo pelo qual os hóspedes gostariam que o hotel comunicasse as iniciativas que desenvolveram, é possível encontrar “agir” como um tema emergente. Do ponto de vista do hóspede, a comunicação do hotel pode conscientizar os hóspedes sobre como eles podem mudar seus hábitos para um estilo de vida mais sustentável. Além disso, os hóspedes afirmaram que o Stenden Hotel deve fazer mais do que apenas se comunicar, como nas citações abaixo:

“É uma coisa boa contar para os convidados e essas são coisas que eu gosto e então você pode decidir por si mesmo quanto vai desperdiçar, e isso pode ser reaproveitado.” (H5)

“Eu acho que parcialmente. Acho que eles devem fazer mais do que comunicar e devem comunicar que estão cientes disso do que tomar medidas”. (H9)

A “atratividade da comunicação” também foi encontrada como tema nas entrevistas, como é possível perceber na citação de H20:

“Acho que depende da forma como passam as informações porque, se contarem, acho que os hóspedes podem perder o interesse. Devem dizer algo que seja interessante para o hóspede. Para propaganda ou atração ou atividades e eu acho que isso poderia ser muito bom.”

Esta citação também apresenta o foco principal do presente estudo, que é qual canal os hóspedes preferem para a comunicação de um hotel sobre suas iniciativas sustentáveis. Quando questionados sobre como gostariam de ser informados, cinco entrevistados sugeriram que o hotel oferecesse brochuras, pôsteres e/ou livros sobre o assunto nos quartos. Outro hóspede recomendou que mais informações estivessem disponíveis na recepção e que o hotel disponibilizasse um site dedicado a esse tipo de informação para os interessados em saber mais sobre o assunto. Na mesma linha, um hóspede

destacou que as informações relacionadas à sustentabilidade devem estar disponíveis nas redes sociais do hotel, pois "Mídia Social é tudo agora" (H21); enquanto outro hóspede sugeriu ter um canal de televisão dedicado ao tema. Uma pessoa gostaria de ter informações sobre iniciativas desenvolvidas pelo hotel que também poderiam ser aplicadas em casa. É importante referir que dois hóspedes sublinharam enfaticamente que não gostariam de receber tal informação por e-mail, e um deles justificou que já recebe diariamente muitos e-mails de spam. No entanto, paralelamente, outro hóspede afirmou ter interesse em receber esta informação por e-mail, o que mostra que a percepção dos hóspedes sobre o mesmo assunto pode ser completamente divergente. Outros três hóspedes disseram que gostariam de ser mais bem informados sobre essas iniciativas para que pudessem estar mais conscientes e se comprometer se soubessem como ajudar. Outro entrevistado disse estar interessado em alguns tipos específicos de informação e que em alguns casos não prestou atenção porque não se importou. Porém, as pessoas que não têm interesse em receber informações justificam a resposta afirmando que não ligam, e um convidado disse que já se instruiu e não quer receber mais e-mails do que já recebe (H9).

Curiosamente, quando solicitados a sugerir formas de comunicar as iniciativas sustentáveis desenvolvidas pelo hotel, nenhum dos participantes apontou um canal de comunicação que ainda não é amplamente explorado pela indústria hoteleira. Além disso, a maioria cita apenas a comunicação oferecida dentro do quarto de hóspedes, que representa apenas 5% de uma estrutura hoteleira. Talvez a falta de sugestão de outros canais se deva à falta de experiência dos clientes para que eles apenas lembrem o que já lhes é oferecido. No entanto, ao mesmo tempo, esta informação reforça a importância dos canais de comunicação já explorados pelos hotéis, mostrando que do ponto de vista do hóspede o que até agora se fez na hotelaria faz sentido.

A última pergunta solicitou que os participantes avaliassem as formas mais eficazes e menos eficazes de comunicar as iniciativas sustentáveis do hotel para os hóspedes numa escala de 1 a 6. Foram oferecidas seis alternativas: (1) anúncios divertidos no corredor dos quartos; (2) sinais dentro do quarto de hóspedes; (3) um folheto informativo dentro do quarto de hóspedes; (4) uma conversa informal por um funcionário quando você faz o check-in; (5) uma descrição nos canais de distribuição digital, como Expedia.com, Priceline.com, Booking.com, etc.; e (6) vídeo informativo na tela da TV. Os entrevistados foram solicitados a avaliar essas alternativas em uma escala de 1 a 6, em que 1 seria a mais eficaz e receberia mais atenção, e 6 seria a menos eficaz e chamaria menos atenção. Pelos dados, constatou-se que a

descrição de iniciativas sustentáveis nos canais de distribuição digital como Expedia.com, Priceline.com, Booking.com, etc. são, na percepção dos hóspedes, as mais eficazes. Alguns hóspedes justificaram a sua resposta afirmando que são leitores por natureza (4) e comentaram que leram as descrições dos hotéis antes de fazerem a reserva. Dois convidados disseram que:

“Acho que é a primeira vez que vê este hotel e pode escolher o que quer que seja.” (Tradução nossa) (H5)

“É uma das primeiras formas de se falar em sustentabilidade.” (Tradução nossa) (H7)

A sinalização dentro do quarto de hóspedes foi a segunda alternativa mais marcada e os hóspedes justificaram a sua escolha afirmando que é fácil de ver (5) e é a primeira mensagem que o cliente vê quando está no quarto (3), conforme citação do hóspede 2H1.

“[...] Só fiquei uma noite no Stenden Hotel, e para mim o mais importante, ah hmm, um lugar de comunicação porque é dentro do quarto de hóspedes.” (Tradução nossa) (2H1).

Na opinião de alguns convidados, a comunicação é sobre “visibilidade” e “facilidade”, dois temas também encontrados quando os convidados explicaram a importância de algumas inovações sustentáveis. Vale ressaltar que visibilidade é uma característica também destacada por Legrand, Sloan e Chen (2016), e Cavagnaro, Melissen e Düweke (2018). Cavagnaro, Melissen e Düweke (2018) concluem que a comunicação hoteleira sobre medidas de sustentabilidade influencia fortemente os hóspedes, que tendem a mencionar o que veem comunicado em um hotel e esse fato coloca mais responsabilidade para os negócios hoteleiros.

Além disso, outro tema encontrado foi “curiosidade”. Uma mensagem exibida no canal certo, neste caso, dentro do quarto, poderia chamar a atenção e instigar a curiosidade do hóspede.

“Bem, entre em contato com pastas e anotações no quarto de hóspedes que os notem. Então você fica curioso.” (Tradução nossa) (2H4)

No entanto, não é uma opinião unânime; dois hóspedes disseram que essas dicas são irritantes.

A terceira alternativa mais eficaz é o uso de anúncios engraçados nos corredores dos quartos; um hóspede justificou dizendo que é uma forma de chamar a atenção e outro disse que é uma pessoa com sentido de humor e por isso gosta deste tipo de iniciativa. A próxima alternativa é um folheto informativo dentro do quarto de hóspedes e os dois últimos foram: uma conversa informal de um funcionário no momento do check-in e um vídeo informativo na tela da TV. Sobre o bate-papo durante o check-in, muitos hóspedes afirmaram que o check-in não é um bom momento para uma conversa, pois desejam que o processo seja rápido e prático (7). No entanto, um convidado disse que depende da pessoa que fala com ele, e outro disse que seria bom ter uma informação numa “conversa fiada” porque não gosta de ler. Mais uma vez, o resultado mostra como as percepções dos convidados são muito diferentes sobre o mesmo tema. Em relação ao vídeo informativo, os hóspedes disseram que não se importam com a TV ou não assistem TV quando estão em um hotel (5). Essa frase pode ser corroborada pela citação abaixo:

“Não olhamos muito para telas de TV, então não assistimos TV ontem, então, não é o mais importante.” (Tradução nossa) (H5).

Outro hóspede disse que, ao ligar a TV, quer assistir ao jogo de futebol e seria chato se ele tivesse que ler informações de sustentabilidade antes de poder acessar o canal de esportes.

Independentemente das alternativas apontadas, uma comunicação dentro do quarto é preferência dos hóspedes, seja por meio de placas, brochuras e/ou folders, como é possível perceber na citação 2H5:

“Na sala é o melhor saber sobre isso.”

Essa preferência pode ser entendida porque o quarto é a área onde o hóspede passa mais tempo quando está dentro de um hotel, consequentemente ele tem mais tempo para prestar atenção ao material disponibilizado pelo hotel.

Por fim, dois convidados sugeriram como comunicar as iniciativas de forma mais eficaz, passando por informar constantemente as pessoas sobre as iniciativas e resultados alcançados no perfil do hotel no Facebook e disponibilizando uma tela na recepção com informações e imagens sobre as iniciativas implementadas pelo hotel, pois poderia atrair a atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou verificar como comunicar iniciativas sustentáveis desenvolvidas no Stenden Hotel com base nas percepções dos hóspedes. De acordo com os dados, os hóspedes percebem que o Stenden Hotel se preocupa com iniciativas ambientalmente sustentáveis e apontam muitas delas, principalmente as mais simples e visíveis, como o reaproveitamento da toalha, a falta de copos plásticos e o relógio acoplado ao chuveiro. Além disso, o uso de alimentos orgânicos e locais, os dispensadores de xampu e condicionador e a dupla descarga do vaso sanitário foram percebidos pelos hóspedes.

Os hóspedes avaliaram os canais mais eficazes e os menos eficazes para comunicar as iniciativas sustentáveis do hotel e verificou-se que “descrição das iniciativas nos canais de distribuição digital como Expedia.com, Priceline.com, Booking.com, etc.” é, na percepção dos hóspedes, a alternativa mais eficaz. Alguns hóspedes justificaram a sua resposta afirmando que são leitores por natureza e comentaram que leram as descrições dos hotéis antes de efetuarem a reserva. Assim, a primeira sugestão é seguir os conselhos dos hóspedes e fornecer um parágrafo curto e simples explicando como o Stenden Hotel cuida da sustentabilidade para ser adicionado em todos os canais de distribuição, incluindo a home page do Stenden Hotel.

Muitos hóspedes não percebem que o Stenden Hotel se preocupa com as iniciativas sociais porque estas não são visíveis para eles. Portanto, a sugestão é fazer uma sinalização e colocá-la dentro do quarto de hóspedes, informando que o Hotel apoia sua comunidade e fornecedores locais. Este sinal pode ser colocado na mesa de trabalho ou na cama, pois, segundo o hóspede, ele gosta de materiais dentro do quarto de hóspedes. Isso mostrará algum tipo de relação entre o hotel e a comunidade local.

Como sugestão, as formas de comunicação precisam ser mais atraentes, diferentes sem serem intrusivas, e precisam se adequar ao conceito do hotel. Poderiam ser expostas nos locais tradicionais, de acordo com as preferências dos hóspedes, mas o hotel poderia experimentar outras áreas, levando a comunicação a outro nível.

É relevante mencionar que, após essa pesquisa, o Stenden Hotel foi totalmente reformado, com foco em conforto, sustentabilidade e inovação. Renomeado como Notiz Hotel, a propriedade oferece agora quartos de design claro e aberto com todas as comodidades de um hotel contemporâneo. Nesta nova estrutura, surgem ainda mais possibilidades de novos canais de informação e comunicação, como o app-hotel utilizado para gerir a televisão, rádio, ar-condicionado, cortinas, iluminação, e efetuar reserva no próprio restaurante.

A presente pesquisa teve como principal contribuição apresentar dados empíricos sobre os melhores canais de comunicação de iniciativas sustentáveis, tema que não é discutido em outros estudos. Neste caso, a pesquisa foi conduzida no Stenden Hotel em Leeuwarden, Holanda. Esperançosamente, este estudo servirá de base para outras pesquisas no mesmo tema. Cavagnaro, Melissen e Düweke (2018) afirmam que a comunicação hoteleira sobre medidas de sustentabilidade influencia fortemente os hóspedes, que tendem a citar o que veem comunicado em um hotel, afirmação corroborada por esta pesquisa. Ainda de acordo com a pesquisa, os canais de comunicação mais eficazes são aqueles mais visíveis, de fácil acesso e que geram curiosidade. Nenhum cliente sugeriu formas de comunicar iniciativas sustentáveis que ainda não são amplamente exploradas pela indústria hoteleira — reafirmando a declaração de Cavagnaro, Melissen e Düweke (2018) — ou sugerindo a falta de experiência dos clientes sobre o assunto. Neste último caso, sugerem-se mais pesquisas que tratem desse assunto específico. Vale ressaltar que esta pesquisa não estudou o conteúdo que deveria estar disponível na comunicação, assunto abordado em diversos artigos científicos (KIM; KIM, 2014; BLOSE; MACK; PITTS, 2015; HARDEMAN; FONT; NAWIJN, 2017), embora isso possa ser debatido em pesquisas futuras.

Existem algumas limitações para o estudo. Ele traz uma pequena amostra de entrevistas em períodos específicos; portanto, os resultados não podem ser generalizados. Para tanto, seria necessário realizar pesquisas mais extensas em diferentes períodos do ano. Sugestões para novas investigações incluem mais pesquisas em diferentes períodos do ano e experimentos com diferentes formas de comunicação para verificar se cada uma delas poderia render melhores resultados para o hotel.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, S.; KASLIWAL, N. Going Green: A Study on Consumer Perception and Willingness to Pay towards Green Attributes of Hotels. **International Journal of Emerging Research in Management & Technology**, 6 (10), p. 16-28, 2017.
- BEREZAN, O.; YOO M.; CHRISTODOULIDOU, N. The impact of communication channels on communication style and information quality for hotel loyalty programs. **Journal of Hospitality and Tourism Technology**, 7 (1), p. 100-116, 2016.
- BLOSE, J.; MACK, R. W.; PITTS, R. E. The influence of message framing on hotel guests' Linen-Reuse Intentions, **Cornell Hospitality Quarterly**, 56 (2), p. 145-154, 2015.

- BOHDANOWICZ, P.; MARTINAC, I. Attitudes towards sustainability in chain Hotels – results of a European survey. *In: Proceedings of the CIB International Conference on Smart and Sustainable Built Environment (SASBE2003)*, November 19-21, 2003, Brisbane, Australia, 2003.
- BOWEN, G. A. Naturalistic inquiry and the saturation concept: a research note. **Qualitative Research**, 8(1), p. 137-152, 2008.
- BROCKHAUS, S.; AMOS, C.; FAWCETT, A. M.; KNEMEYER, M.; FAWCETT, S. E. Please clap! How customer service quality perception affects the authenticity of sustainability initiatives. **Journal of Marketing Theory and Practice**, 25 (4), p. 396–420, 2017.
- CARRILLO-HERMOSILLA, J.; GONZÁLEZ, P.D.R.; KÖNNOLA, T. **Eco-innovation**. When sustainability and competitiveness shake hands. London: Palgrave, 2009.
- CAVAGNARO, E.; CURIEL, G. **The three levels of sustainability**. Sheffield, UK: Greenleaf, 2012.
- CAVAGNARO, E.; MELISSEN, F. Changing the role of host: from pampering them to truly engaging with them. *In: LEGRAND, W. (Ed.), Hotel Yearbook 2018: Special edition on sustainable hospitality (p. 76-77)*. Grandvaux; Maastricht, Bad Honnef: Wade & Company, Hsyndicate, IUBH, 2017.
- CAVAGNARO, E.; MELISSEN, F. W.; DÜWEKE, A. The host-guest relationship is the key to sustainable hospitality: Lessons learned from a Dutch case study. **Hospitality & Society**, 8 (1), p. 23-44, 2018.
- CHO, Y. **Different shades of green consciousness: The interplay of sustainability labeling and environmental impact on product evaluations**. Springer Science and Business Media Dordrecht, 2014.
- DÜWEKE, A. **To describe and evaluate sustainability in hotels from the guests' perspective and understanding with an emphasis on healthful and sustainable food**. Master's in international service management at Stenden University of Applied Sciences and London Metropolitan University, 2015.
- ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, 36, p. 90-100, 1994.
- FONT, X.; MCCABE, S. Sustainability and marketing in tourism: its contexts, paradoxes, approaches, challenges and potential. **Journal of Sustainable Tourism**, 25 (7), p. 869-883, 2017.
- FREDERICKS, L. **Sustainable Hotel Ideas: 25 Ways to Go Green**. Disponível em: <https://www.cvent.com/en/blog/hospitality/eco-friendly-hotel-ideas>. Acesso em: 12 de abr. 2020.
- FREESTONE, O. M.; MCGOLDRICK, P. J. Motivations of the ethical consumer. **Journal of Business Ethics**, 79(4), p. 445-467, 2008.

- GIEBELHAUSEN, M.; CHUN, H. E. H.; CRONIN, J. J.; HULT, T. M. Adjusting the warm-glow thermostat: how incentivizing participation in voluntary green programs moderates their impact on service satisfaction. **Journal of Marketing**, 80 (4), p. 56–71, 2016.
- GIL-SOTO, E.; ARMAS-CRUZ, I.; MORINI-MARRERO, S.; RAMOS-HENRIQUEZ, J. M. Hotel guests' perceptions of environmental friendly practices in social media. **International Journal of Hospitality Management**, 78, p. 59-67, 2019.
- GOLDSTEIN, N. J.; CIALDINI, R. B.; GRISKEVICIUS, V. A room with a viewpoint: using social norms to motivate environmental conservation in hotel. **Journal of Consumer Research**, 35, 2008.
- HAN, X.; CHAN, K. Perception of green hotels among tourists in Hong Kong: An exploratory study. **Services Marketing Quarterly**, 34 (4), p. 339-352, 2013.
- HARDEMAN, G.; FONT, X.; NAWIJN, J. The power of persuasive communication to influence sustainable holiday choices: appealing to self-benefits and norms. **Tourism Management**, 59, p. 484-493, 2017.
- HARDING, J. **Qualitative data analysis from start to finish**. London: Sage Publication, 2013.
- HOUNDRÉ, H. Sustainable development in the hotel industry. **Cornell Hospitality Industry Perspectives**, 1(2), p. 6-20, 2008.
- KIM, S. B.; KIM, D. Y. The effects of message framing and source credibility on green messages in hotels. **Cornell Hospitality Quarterly**, 55 (1), p. 64-75, 2014.
- LEE, S.; OH, H. Effective communication strategies for hotel guests' green behavior. **Cornell Hospitality Quarterly**, 55(1), p. 52-63, 2014.
- LEGRAND, W.; SLOAN, P.; CHEN, J. S. **Sustainability in the Hospitality Industry: Principles of sustainable operations**. (3rd. ed.). London: Routledge, 2016.
- LONGHURST, R. Semi-structured interviews and focus groups. *In*: CLIFFORD, N. R.; FRENCH, S.; VALENTINE, G. (Eds.). **Key methods in geography** (2nd. ed.). London: Sage Publications, 2010.
- MENEZES, V. O. M. **Inovação para sustentabilidade ambiental e estratégia competitiva em redes hoteleiras globais: elaboração de um modelo conceitual**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Positivo, Curitiba, Paraná, Brasil, 2015.
- MILLAR, M.; BALOGLU, S. Guests' preferences for green guest room attributes. **Cornell Hospitality Quarterly**, (52)302, 2011.
- OECD. **Education at a glance 2011: OECD indicators**, OECD Publishing, 2011.
- PAKDIL, F.; KURTULMUSOGLU, F. B. Using quality function deployment for environmentally sustainable hotels: a combined analysis of customer and manager point of view. **European Journal of European Research**, 16, p. 252-275, 2017.

PORTER, M. E.; VAN DER LINDE, C. Green and Competitive: Ending the Stalemate. **Harvard Business Review**, 73, p. 120-134, 1995.

SHAW, D.; GREHAN, E.; SHIU, E.; HASSAN, L.; THOMSON, J. An exploration of values in ethical consumer decision making. **Journal of Consumer Behaviour**, 4(3), p. 185-200, 2005.

SOHAIL, M. S. Green marketing strategies: how do they influence consumer-based brand equity? **J. Global Business Advancement**, 10 (2), p. 229-243, 2017.

SUSSKIND, A. Guests' reactions to in-room sustainability initiatives: An experimental look at product performance and guest satisfaction. **Cornell Hospitality Quarterly**, (55) 3, p. 228–238, 2014.

TÖLKES, C. Sustainability communication in tourism – A literature review. **Tourism Management Perspectives**, 27, p. 10-21, 2018.

TSENG, S. C.; HUN, S. W. A framework identifying the gaps between customers' expectations and their perceptions in green products. **Journal of Cleaner Production**, 59, p. 174-184, 2013.

VAN TEIJLINGEN, E.; HUNDLEY, V. The importance of pilot studies. **Nursing Standard**, 16(40), p. 33-36, 2002.

WEHRIL, R.; PRISKIN, J.; DERMAMELS, S.; KOLBERG, S.; SCHAFF, D. SCHARWZ, J.; TRUNIGER, F.; STETTLERAND, J. **How to communicate sustainable tourism products effectively to customers**: An explorative study presented at the World Tourism Forum Lucerne. Lucerne University of Applied Sciences and Arts, 2013.

YADAV, R.; BALAJI, M. S.; JEBARAJAKIRTHY, C. How psychological and contextual factors contribute to travelers' propensity to choose green hotels? **International Journal of Hospitality Management**, 77, p. 385-395, 2019.

PREFERÊNCIA DOS HÓSPEDES ÀS EMBALAGENS DE USO ÚNICO: UM ESTUDO NO CROWNE PLAZA AMSTERDAM SOUTH

Vanessa de Oliveira Menezes¹
Elena Cavagnaro²

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, a questão ecológica na literatura de hospitalidade nos Estados Unidos da América estava centrada na eficiência energética. Já no início da década de 1990, as preocupações com os resíduos sólidos cresceram significativamente (CHAN; LAN, 2001), em grande parte devido aos estudos sobre os resíduos gerados pelos hotéis e a sugestão de meios de hospedagem mais ecológicos (CUMMINGS, 1997; BOBBETT, 2005). Mesmo com essa mudança de direcionamento, Chan e Lan (2001) explicam que as pesquisas se concentraram, amplamente no indivíduo, nas práticas de mensuração e redução de resíduos.

De acordo com Bohdanowicz (2005), a operação de um meio de hospedagem de grande porte gera considerável quantidade de resíduos sólidos; até 1 kg de resíduos por hóspede/dia, no qual quase metade (46%) são detritos alimentares e materiais não reciclados (KASIM, 2006). O lixo gerado pelos hotéis é foco de discussões e pesquisas no campo científico e no ambiente organizacional, e já grande parte destes materiais podem ser reciclados, reduzindo o impacto no meio ambiente e criando, quando bem explorados, renda com a venda destes resíduos (KASIM, 2006).

A redução de resíduos na hotelaria não é só uma estratégia competitiva para os empreendimentos, é também uma necessidade a fim de se adequar à legislação vigente. A União Europeia, por exemplo, aprovou a Diretiva (EU) 2019/904 que instituiu que seus Estados-Membros tomem medidas para alcançar a redução no consumo dos produtos de plástico de uso único, como cotonetes, canudos, copos, pratos e talheres, impelindo os hotéis a procurarem soluções para a oferta de *amenities*.

Há uma apreensão dos hoteleiros sobre a limitação na oferta de produtos nos meios de hospedagem, pois há um temor de que os hóspedes

¹ É professora adjunta do Departamento de Turismo da Unicentro e professora associada do Programa de Hospitalidade e Turismo na Wittenborg University of Applied Sciences (WUAS) na Holanda. Bacharel em Turismo pela UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu, e doutora em Administração de Empresas pela UP. É autora do livro "Observatório de ecoinovação: aspectos teóricos e casos ilustrativos".

² É professora na NHL Stenden University of Applied Sciences e na University of Groningen, ambas na Holanda. Autora do livro "Three Levels of Sustainability", que escreveu em coautoria com G. Curiel, um *best-seller* do setor.

não aprovelem a mudança ou que a entendam como descaso ou perda de qualidade. No entanto, Kim e Roseman (2020) descobriram que iniciativas ecológicas não têm impactos negativos nas intenções comportamentais dos hóspedes, demonstrando que as iniciativas sustentáveis, quando bem planejadas, podem ser bem aceitas em um ambiente em constante mudança.

O presente capítulo trata sobre redução de resíduos na hotelaria, por meio da substituição de frascos de uso único por embalagens compartilhadas nas toaletes das Unidades Habitacionais (UHs). Esta medida traria diminuição no consumo de embalagens e, conseqüentemente, redução dos resíduos plásticos. No entanto, a mudança deve, além de atender à legislação vigente e aos objetivos organizacionais, atender às expectativas e necessidades dos hóspedes. Desta forma, esta pesquisa focalizará na expectativa e preferência dos clientes sobre esse tópico.

A pesquisa ora apresentada é um estudo realizado no Crowne Plaza Amsterdam South, empreendimento localizado em Amsterdam Zuid, centro financeiro da cidade de Amsterdã, na Holanda. O hotel, que atende o segmento superior, oferece 206 UHs de categorias distintas, academia e espaço para eventos.

O objetivo do estudo é avaliar a preferência dos hóspedes quanto à substituição de produtos de higiene, conhecidos como amenities, de uso único por frascos compartilhados maiores na toaleta das UHs. As questões de pesquisa foram: (1) os hóspedes aceitarão a substituição de produtos de higiene de uso único por frascos compartilhados na toaleta dos quartos? Além disso, caso os hóspedes aceitem esta mudança, (2) quais seriam as melhores opções de embalagens e marcas para substituição, de acordo com as expectativas e necessidades dos clientes?

A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas com hóspedes do hotel em uma amostra não probabilística. A metodologia aplicada será detalhada no decorrer do texto.

Este artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta a introdução do tema, na qual são enfatizados os objetivos da pesquisa. Na segunda seção é apresentada a fundamentação teórica do estudo, e discutidos assuntos como sustentabilidade, amenities e a proibição de plástico de uso único. Discorre-se, também, a respeito da metodologia usada na investigação, explicando o roteiro do questionário, a amostra e como foi realizada a análise dos dados. A seção terceira apresenta os resultados e análises, além das considerações finais, encerrando o estudo. Esta seção, ainda, identifica suas limitações e sugestões para pesquisas futuras. O capítulo conta, por fim, com as referências utilizadas para a confecção do trabalho.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Amenities e sustentabilidade

De acordo com Payne (2021), os artigos de higiene pessoal do hotel, também conhecidos como amenities, são um rol de produtos oferecidos pelo estabelecimento hoteleiro que podem consistir em shampoo, condicionador, loção e sabonete, como também podem incluir kits de costura, de maquiagem, bonés, sabonete líquido, etc. De acordo com o autor, hotéis em todo o mundo fornecem produtos de higiene pessoal aos seus hóspedes e é comum haver uma expectativa destes consumidores quanto à presença de itens complementares durante sua estada.

No entanto, a oferta destes kits de produtos, muitas vezes confeccionados com produtos de baixo custo, como plástico, gera desperdício (BOBBETT, 2005), além de trazer vários problemas ambientais.

De acordo com a Comissão Europeia (2021), apesar da funcionalidade e do custo relativamente baixo do plástico, a sua utilização em atividades de curta duração, sem que seja reutilizado ou reciclado de forma eficaz, tem se tornado um problema para as economias mundiais, pois traz impactos negativos ao meio ambiente e à vida humana. Ainda de acordo com a Comissão, produtos de plástico descartáveis têm maior probabilidade de serem descartados no mar do que opções reutilizáveis; além disso, o plástico representa hoje 70% de todo o lixo marinho na União Europeia. Portanto, iniciativas que diminuem o uso exacerbado destes produtos, principalmente os amenities de uso único, podem gerar resultados ecologicamente responsáveis e sustentáveis.

Ressalta-se que a redução do consumo de amenities pode, também, produzir outros resultados positivos aos meios de hospedagem, incluindo melhores relações com agências governamentais e comunidades, impacto reduzido sobre os recursos do planeta, aumento da moral dos colaboradores dos empreendimentos e melhoria da imagem junto aos hóspedes (BOBBETT, 2005). Por fim, a redução destes produtos também gera diminuição de custos para os meios de hospedagem. O Hotel Icon, hotel independente gerido pela School of Hotel and Tourism Management of The Hong Kong Polytechnic University, em Hong Kong, calcula que a eliminação das embalagens individuais nas UHs resultou na redução do consumo mensal de 3.212 tubos plásticos e 29 litros de líquidos deixados nos quartos (NAM et al., 2020).

Seja por questões ambientais, legais ou mercadológicas, grandes redes hoteleiras têm introduzido iniciativas para substituir o uso de frascos únicos de produtos de higiene por opções mais sustentáveis. Em 2018, a Marriott International, rede de hotéis estadunidense que controla bandeiras

como a Ritz-Carlton, Sheraton, Cortyard, entre outras, anunciou expandir uma iniciativa para substituir frascos pequenos e descartáveis de shampoo, condicionador e gel de banho nos chuveiros nas UHs por frascos maiores. A companhia espera que, após totalmente implementado, o Programa deva evitar cerca de 500 milhões de garrafas anualmente nos aterros sanitários; isso é cerca de 1,7 milhão de libras de plástico, uma redução de 30% ao ano em relação ao uso atual de plástico. Mandarin Oriental Hotel Group (MANDARIN, 2021), Hyatt (HYATT, 2021) e a própria Intercontinental Hotels Group (IHG) (IHG, 2021), companhia que administra a bandeira Crowne Plaza, também têm implementado iniciativas semelhantes em suas organizações.

A proibição do uso de plástico de uso único

O controle do uso de plásticos não é somente uma questão sustentável, mas se transformou em um assunto legal. A União Europeia instituiu a Diretiva de Plástico de Uso Único (The Single-Use Plastic Directive), também conhecida como Diretiva (EU) 2019/904, que tem como objetivo

[...] prevenir e reduzir o impacto de determinados produtos de plástico no ambiente, mais particularmente no meio aquático, e na saúde humana, bem como promover a transição para uma economia circular com modelos de negócio, produtos e materiais inovadores e sustentáveis, contribuindo assim igualmente para o funcionamento eficiente do mercado interno (EUROPEAN UNION, 2019, p. 155-158).

A Diretiva institui que os Estados-Membros devem tomar medidas para alcançar uma redução do consumo dos produtos de plástico de utilização única. Essas medidas devem resultar em redução quantitativa mensurável do consumo dos produtos de plástico de utilização única nos territórios dos Estados-Membros até 2026, em relação a 2022 (EUROPEAN UNION, 2019). Essa atitude foi tomada em decorrência do fato de que, na União Europeia, 80 a 85% do lixo marinho é constituído por plástico. Ainda segundo este estudo, os artigos de plástico de utilização única representam 50%, e os artigos relacionados com a pesca representam 27% do total, constituindo um risco para o ecossistema marinho, a biodiversidade e a saúde humana, lesando atividades como o turismo, as pescas e o transporte marítimo (EUROPEAN UNION, 2019). A Diretiva abrange os seguintes itens: (I) cotonetes; (II) talheres, pratos, canudos e mixers; (III) balões e varas para balões; (IV) recipientes para alimentos; (V) copos para bebidas; (VI) recipientes de bebida; (VII) bitucas de cigarro; (VIII) sacos de plástico; (IX) pacotes e outras embalagens; e (X) lenços umedecidos e artigos sanitários.

A iniciativa instituída pela União Europeia já tem sido aplicada em outros lugares do mundo. China e alguns estados dos Estados Unidos, como Nova York e Califórnia, também possuem leis e regulamentos com o objetivo de diminuir o consumo de determinados produtos.

Acompanhando esta nova demanda, muitos hotéis têm mudado sua oferta de amenities, no entanto, o posicionamento consciente dos hoteleiros confronta a receptividade à mudança pelos hóspedes, que podem não aceitar bem a iniciativa, principalmente quando relacionada a produtos tão pessoais como os de higiene.

Espera-se que o hoteleiro tome decisões acertadas e bem-informadas sobre a mudança dos artigos de higiene pessoal, sem afetar, no entanto, a satisfação do hóspede. Por essa razão, pesquisas que deem ênfase a este assunto são tão relevantes para o mercado.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas com hóspedes do hotel em uma amostra não probabilística. Os hóspedes foram abordados de forma a ter uma amostra de conveniência, de acordo com a disponibilidade percebida pela pesquisadora no local onde era servido o café da manhã. O local foi escolhido por possibilitar uma abordagem informal e permitir o acesso aos potenciais participantes, além de ser confortável para eles (LONGHURST, 2010).

O roteiro da entrevista foi escrito em inglês, contendo 16 questões: múltipla escolha, perguntas abertas ou uma pergunta em que os hóspedes poderiam classificar as alternativas em uma escala de 1 a 10, na qual 1 significava “nada relevante”, e 10 significava “muito importante”. O roteiro de entrevista continha três conjuntos de perguntas. O primeiro concentrou-se no perfil dos hóspedes e questões de marketing relacionadas aos motivos da escolha do hotel, enquanto o segundo conjunto questionou sobre sustentabilidade, e o terceiro grupo avaliou até que ponto os hóspedes aceitariam a substituição de produtos de higiene de uso único na toalete das UHs por embalagens compartilhadas maiores. Este conjunto continha ainda questões sobre a melhor opção entre diferentes designs e marcas de produtos fornecidas pelo Hotel, e de acordo com as expectativas e necessidades dos hóspedes. Neste momento da entrevista, as preferências foram questionadas em duas etapas: inicialmente foram mostradas três fotos com diferentes modelos de embalagens de frascos de tamanho maior e três marcas de produtos de higiene pessoal (Rituals, Marie-Stella-Maris e Dove), e os entrevistados foram solicitados a classificar a melhor opção para substituição. Foi fornecida uma descrição das características de cada marca. Na etapa

seguinte, as fotografias foram substituídas por opções reais e palpáveis. Neste momento, os hóspedes poderiam tocar, testar e sentir a fragrância dos produtos para verificar se mudariam sua ordem de preferência depois de experimentarem. O roteiro foi parcialmente baseado em outros estudos empíricos realizados sobre comunicação e sustentabilidade em hotéis holandeses (ver capítulo 4).

Em dezembro de 2019, foi realizado um teste piloto no qual as questões foram testadas para aumentar a probabilidade de sucesso do estudo e garantir um design de pesquisa adequado (VAN TEIJLINGEN; HUNDLEY, 2002). Após o piloto, uma pergunta da primeira versão do roteiro foi ajustada para que fosse mais clara aos respondentes. Após o teste e adaptação, outra rodada de entrevistas foi realizada nos dias 15 e 16 de janeiro de 2020, na qual 35 convidados foram abordados no Crowne Plaza Amsterdam South. Quinze convidados concordaram em participar voluntariamente da pesquisa. Daqueles que optaram por não participar, oito afirmaram que tinham limitações de tempo, nove não estavam interessados em participar, e os outros convidados não explicaram por que recusaram o convite. Anteriormente, havia sido decidido que apenas os hóspedes que tivessem passado pelo menos uma noite no hotel seriam elegíveis para participar da pesquisa. Isso permitiria que os clientes tivessem maior conhecimento e estivessem em melhor posição para responder ao roteiro definido. As entrevistas foram realizadas em inglês. Primeiramente, houve uma conversa informativa sobre o objetivo da pesquisa e os participantes foram questionados se estavam familiarizados com o conceito de sustentabilidade. Caso não tivessem conhecimento, a pesquisadora forneceria uma explicação sobre sustentabilidade de acordo com a definição Triple Bottom Line (ELKINGTON, 1994) e o conceito de Desenvolvimento Sustentável (OCDE, 2011). Os participantes foram informados de que suas identidades permaneceriam anônimas e que suas informações pessoais estavam protegidas com segurança. Além disso, foi solicitada permissão para gravar a conversa. Em média, a aplicação do roteiro de entrevista durou de sete a doze minutos. Vale ressaltar que a entrevista foi realizada no espaço principal do café da manhã. O Hotel oferece outra área mais privativa para os hóspedes tomarem café da manhã. No entanto, esta área não estava disponível para esta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com autorização da direção do Hotel. Antecedentes, necessidades e informações foram discutidos previamente pelos pesquisadores com a pessoa de contato do hotel em questão.

Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas seguindo uma tabulação geral. Cada participante recebeu um

código (CP1, CP2, CP3 etc.). As questões de múltipla escolha e a pergunta em que os hóspedes poderiam avaliar as alternativas em uma escala de 1 a 10 foram tabuladas de acordo com sua representação na média aritmética. Questões abertas como aquelas que questionavam especificamente as preferências de marcas e modelos de garrafas de amenities foram analisadas segundo uma abordagem de análise de conteúdo (HARDING, 2013), em que algumas respostas foram codificadas e interpretadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os principais temas resultantes da análise.

O primeiro conjunto de perguntas incidiu sobre os perfis dos hóspedes e questões de marketing a respeito da escolha do hotel. A primeira pergunta foi sobre a idade dos hóspedes. Uma pessoa tinha entre 25 e 34 anos; cinco pessoas, entre 35 e 44 anos; e nove pessoas, entre 45 e 65 anos. Os dados demonstram que a amostra foi composta por um grupo homogêneo de adultos, em que a maioria das pessoas tinha entre 35 e 65 anos. A verificação da idade dos hóspedes é importante porque, segundo Wiernik, Ones e Dilchert (2013), estudos têm demonstrado que indivíduos de diferentes idades possuem atitudes e comportamentos ambientais diferentes. Han e Hsu (2009) constataram que clientes do sexo masculino e mais jovens tendem a se preocupar menos com o meio ambiente do que clientes do sexo feminino e mais velhos. Portanto, além da idade, diferentes gêneros têm atitudes distintas em relação ao meio ambiente. Em relação ao gênero, a amostra contou com seis convidados do sexo feminino e nove do sexo masculino.

A amostra foi composta por hóspedes de 11 países diferentes: Reino Unido (4), Alemanha (2), Estados Unidos (1), Japão (1), Holanda (1), Tailândia (1), Rússia (1), Irlanda (1), Suíça (1), Polônia (1) e Dinamarca (1). Esses dados mostram que o Crowne Plaza Amsterdam South atrai clientes internacionais, principalmente de países europeus (12). No entanto, de acordo com a amostra, seus hóspedes vieram de quase todos os continentes. Isso pode ser parcialmente entendido pelo fato de o Crowne Plaza fazer parte do InterContinental Hotels Group (IHG), uma empresa britânica com propriedades hoteleiras em todo o mundo. A questão da nacionalidade pode ser importante para a compreensão da sustentabilidade, pois cada cultura tem uma abordagem, atitudes e expectativas particulares sobre o assunto. Bechtel, Verdugo e de Queiroz Pinheiro (1999) realizaram uma pesquisa coletando respostas de 505 alunos de graduação dos Estados Unidos, México e Brasil, e identificaram diferenças interculturais interessantes na estrutura das atitudes ambientais. Vale ressaltar que diferenças transculturais também

foram relatadas em outros estudos mais recentes (RAUWALD; MOORE, 2002; SCHULTZ; ZELEZNY, 1999; VIKAN; CAMINO; BIAGGIO; NORDVIK, 2007).

Quando questionados sobre o principal motivo da visita a Amsterdã, quatorze pessoas disseram estar na cidade a negócios, e uma hóspede afirmou que estava visitando parentes e/ou amigos. O alto número de hóspedes a negócios pode estar relacionado ao fato de o Crowne Plaza Amsterdam South estar localizado em Amsterdam Zuid, um distrito comercial da cidade de Amsterdã, próximo à sede e escritórios de diferentes empresas. Além disso, o Crowne Plaza é uma marca de luxo que atende aos hóspedes oferecendo serviços e espaços prontos para negócios.

A próxima pergunta questionou como os hóspedes conheceram o Crowne Plaza Amsterdam South. Quatorze pessoas disseram que o hotel tinha sido recomendado. Em relação a esta alternativa, dez convidados especificaram que as recomendações eram da empresa em que trabalham. Duas pessoas disseram que o hotel havia sido recomendado por colegas, um por um amigo, e outro por sua secretária. Entre as alternativas disponíveis para responder a essa pergunta, um hóspede especificou que havia encontrado informações sobre o hotel na página inicial do IHG. Essas informações mostram a importância da comunicação boca a boca (WOM) na indústria hoteleira, já explorada em muitos estudos sobre o assunto (VIGLIA; MINAZZI; BUHALIS, 2016; LITVIN; GOLDSMITH; PAN, 2008; LINDBERG-REPO, 2001) e a importância de acordos e parcerias entre empresas e estabelecimentos hoteleiros, uma vez que essas iniciativas podem atrair clientes e convencê-los a utilizar um negócio de hospitalidade.

Quando perguntados por que hóspedes escolheram o Crowne Plaza Amsterdam South, “Localização” foi a resposta número um, dada por 13 convidados. Em relação à localização, dois hóspedes afirmaram que o hotel ficava próximo ao trabalho ou ao seu compromisso. “Recomendação” foi respondido por três pessoas, sendo que uma escolheu o hotel por ter recebido boas críticas. Novamente, isso mostra a importância do boca a boca, que também foi abordado na questão anterior. Vale ressaltar que para esta questão, o hóspede poderia escolher mais de uma alternativa. Os dados mostram que quase todos os hóspedes escolheram o hotel devido à sua localização. Ninguém disse ter escolhido o hotel pela preocupação com a sustentabilidade ou por suas instalações, como restaurante, academia, bar e centro de conferências. Portanto, sustentabilidade e facilidades, segundo esses hóspedes, não são um ponto de venda para o hotel.

Sobre a forma como o Hotel foi reservado, cinco pessoas disseram que a empresa onde trabalham foi responsável pelas reservas, enquanto três hóspedes afirmaram que a sua secretária a realizou. Três hóspedes disseram

que fizeram as suas reservas diretamente na homepage do InterContinental Hotel Group. Dois hóspedes reservaram por uma Agência de Viagens Online (OTA), sem especificar qual empresa, e dois hóspedes afirmaram que uma agência de viagens fez suas reservas. Mais uma vez, os dados reforçam a importância de acordos e parcerias entre empresas e hotéis.

O segundo conjunto de perguntas tratava sobre sustentabilidade. Os hóspedes foram questionados se um hotel sustentável era importante para eles. Treze pessoas disseram que sim. Dois destes hóspedes justificaram a sua resposta afirmando que a sustentabilidade pode proporcionar um mundo/ambiente melhor. Outro convidado disse: “Em essência, é nossa responsabilidade viver uma vida mais sustentável” (CP13), destacando a responsabilidade de todos neste processo. Analisando as respostas, nota-se que todas as explicações estavam relacionadas à sustentabilidade ambiental, apenas um dos três pilares do conceito de sustentabilidade (econômico, social, ambiental). No entanto, Cavagnaro e Curiel (2012) e Lopes e Almeida (2018) constataram que as pessoas relacionam a sustentabilidade ao meio ambiente, aparentemente desconhecendo toda a abrangência do tema. Dois hóspedes afirmaram que um hotel sustentável não é importante, e o CP2 justificou a sua resposta dizendo:

“Gosto de conforto, não de sustentabilidade” (Tradução nossa).

Para ele, a sustentabilidade não era sinônimo de conforto. Segundo Chappells e Shove (2007), poucos clientes estão dispostos a “comprometer” o conforto em prol da sustentabilidade ambiental, porém, é possível buscar formas mais eficientes de prestar um bom serviço, exigindo menos recursos ou utilizando-os de forma eficiente por meio de pesquisas,ecoinovação e incentivo à economia local, sem renunciar ao conforto. Que essas opções também são conhecidas e até mesmo esperadas pelos hóspedes é mostrado na pesquisa de Cavagnaro, Melissen e Düweke (2018).

A pergunta seguinte foi se os hóspedes acreditavam que o hotel deveria comunicar as medidas que toma em relação à sustentabilidade. Treze convidados disseram que sim, deveria fazê-lo, um hóspede disse que não e outro disse que talvez. Ainda que a grande maioria tenha afirmado que seria interessante que o hotel tornasse públicas as suas iniciativas, havia uma espécie de ceticismo quanto ao interesse dos hóspedes por este tipo de informação, tal como expresso pelo CP9 quando explicou que o hotel deveria comunicar a iniciativa, apenas para acrescentar:

"Mas na verdade não faz muita diferença" (Tradução nossa).

O CP12 disse: "Mais do que falar, eles precisam fazer", mostrando a importância de agir. Este apelo dos convidados para o anfitrião sobre assumir seriamente a responsabilidade confirma os resultados de Cavagnaro et al. (2018). O hóspede que não achou que o hotel deveria tornar suas medidas públicas disse: "Não estou interessado" (Tradução nossa) (CP2). Portanto, a comunicação, embora geralmente aceita, ainda não é igualmente importante para todos.

Quando perguntados se, na opinião delas, o Crowne Plaza Amsterdam South adota iniciativas ambientalmente sustentáveis, nove pessoas responderam que sim. Dois hóspedes justificaram a sua opinião referindo-se à reutilização das toalhas. Dois outros falaram da oferta de garrafas de água reutilizáveis nas UHs, enquanto um mencionou os cartões no quarto solicitando para não realizar a limpeza no dia. Comparando essa resposta com a de comunicação, nota-se que a percepção dos hóspedes sobre sustentabilidade é influenciada pela comunicação do hotel (como na política de reutilização de toalhas) ou evidências físicas de esforços de sustentabilidade (como na garrafa de água reutilizável). Isso confirma os achados de Cavagnaro et al. (2018).

Apesar de responder afirmativamente, o CP8 disse:

"Não mais que outros hotéis" (Tradução nossa).

Além disso, embora um número significativo de pessoas tenha dito que achava que o hotel se preocupava com a sustentabilidade ambiental, quatro hóspedes não tinham certeza. CP6 afirmou: "Não vi nada, não está claro para mim" (Tradução nossa). Portanto, para alguns hóspedes ainda existe uma lacuna entre a mensagem comunicada pelo hotel e a conscientização dos hóspedes. Um dos convidados disse que não, mas não justificou sua resposta.

A questão 11 pediu aos convidados que marcassem cada uma das iniciativas sustentáveis listadas em uma escala de 1 a 10, em que 1 significava que não tinha importância para eles e 10 significava que era muito importante. As doze alternativas foram selecionadas de acordo com as tecnologias destacadas em outras publicações (LEGRAND; SLOAN; CHEN, 2016; PAKDIL; KURTULMUŞOĞLU, 2017; BLOSE; MACK; PITTS, 2015; LEE; OH, 2014) e as iniciativas desenvolvidas pelo hotel. A iniciativa mais importante para os hóspedes do hotel foi a "Iluminação LED", com nota média de 8,45. Esta alternativa foi seguida por "Painéis fotovoltaicos que coletam energia solar

para aquecer a água do chuveiro” e “Utilização dos materiais mais sustentáveis na construção, como madeira natural e concreto” (8,00). Os próximos foram “Alto isolamento em todo o edifício” (7,85), “Reutilização de toalhas” (7,70), “Greener Stay” (6,90), “Linho ambientalmente sustentável” (6,70), “Uso de ingredientes orgânicos no menu do restaurante” (6,70) e “Móveis ambientalmente sustentáveis” (6,70). As três alternativas menos importantes do ponto de vista dos hóspedes foram: “Sistema de aquecimento e refrigeração que se responsabiliza pelo aquecimento e refrigeração do hotel” (6,55), “Pontos de carregamento para carros elétricos” (6,45) e “Amenidades evitando artigos de toalete em miniatura” (6,35).

Vale ressaltar que as quatro iniciativas mais bem classificadas são aquelas dedicadas à economia de energia e ao uso de materiais mais sustentáveis e ecoeficientes. Essa informação já foi apontada em outros estudos científicos, como o de Han e Chan (2013), e de Millar e Baloglu (2011). Também é interessante notar que este estudo tem a ver com a substituição das amenidades de uso único na toalete por amenidades de tamanho maior. No entanto, de acordo com os respondentes, essa é a iniciativa sustentável menos importante entre as alternativas apresentadas. Isso pode significar que, como os hóspedes acham que essa iniciativa é menos importante, não haveria problema para o hotel substituir a miniatura por embalagens de tamanho maior compartilháveis, ou que os hóspedes não se importam em nada com a iniciativa.

A União Europeia proibirá talheres de plástico descartáveis, cotonetes, canudos e mixers como parte de uma lei contra o lixo plástico despejado nas praias e que polui os oceanos em todos os seus Estados-Membros. Assim, o último conjunto de perguntas foi dedicado à compreensão se os hóspedes apoiaram o Crowne Plaza Amsterdam South em seu esforço para cumprir a nova lei, substituindo artigos de toalete de uso único por amenidades de tamanho maior e compartilháveis nas UHs. A primeira pergunta deste conjunto questionava se os hóspedes concordavam com a lei aprovada pela União Europeia, à qual todos os respondentes disseram que sim. Duas dessas pessoas justificaram sua resposta afirmando que o plástico não é bom para o planeta. Outro hóspede disse que é uma boa iniciativa para deter o aquecimento global. Embora todos os respondentes tenham afirmado concordar com a nova diretriz da UE, houve sinais de ceticismo quanto à eficácia desta nova iniciativa, como a citação da CP15 quando ela explicou que

“Pessoalmente, não acho que isso vá causar um grande impacto na pegada”
(Tradução nossa).

Cp1 afirmou: “Não tenho conhecimento” (Tradução nossa). No entanto, este hóspede era do Japão, o que pode justificar a falta de conhecimento sobre a lei, uma vez que se destina apenas a países da União Europeia.

A próxima pergunta questionou se os hóspedes acham que outros convidados devem apoiar o Crowne Plaza em seus esforços para banir todo o plástico de uso único o mais rápido possível. Mais uma vez, todos os convidados disseram que sim, mas não justificaram por que acreditavam nisso. Portanto, durante a entrevista parece que muitos deles responderam desta forma para expressar opiniões esperadas pela sociedade ao invés de expressar uma preocupação genuína sobre o assunto (CARRIGAN; ATTALLA, 2001).

A pergunta 14 solicitou que os respondentes opinassem sobre a melhor maneira de substituir as embalagens de uso único pelas de frascos maiores. Foram mostradas três fotos com diferentes modelos de embalagens grandes compartilháveis. Estes três diferentes modelos de embalagem pertenciam a três marcas de produtos de higiene pessoal (Rituals, Dove e Marie-Stella-Maris). Eles também receberam uma descrição das características de cada marca. Os convidados foram então solicitados a classificar todas as opções, da melhor à pior, para substituir as comodidades de uso único. De acordo com os dados, os respondentes mostraram preferência pela garrafa Marie-Stella-Maris. Escolheram esta opção porque era uma marca local (4), tinha embalagem simples (2), a marca é sustentável (2), a embalagem é transparente (1), e parecia a escolha certa (1). Assim, a maioria dos hóspedes escolheu a Marie-Stella-Maris porque esta marca possui algum aspecto relacionado à sustentabilidade, o que mostra que, de alguma forma, existe uma preocupação ou respeito pelo assunto. A segunda opção favorita foi a garrafa Rituals. Escolheram essa opção pelo formato da embalagem (4), pela cor (3), por ser uma marca conhecida (3), ou por ser vista como mais luxuosa (1). A opção menos favorita foi a Dove. Os convidados classificaram esta embalagem como a menos favorita porque era muito simples (2), comum (2) e difícil de espremer (1). Em relação a esta terceira escolha, nenhum hóspede teve algo de positivo a dizer sobre ela.

	PREFERÊNCIA DE MODELOS/ MARCAS
1	Marie-Stella-Maris
2	Rituals
3	Dove

Quadro 1: Preferências de modelos de embalagens

Fonte: Os autores (2022).

Apesar de todos os convidados terem avaliado as embalagens e as marcas apresentadas, dois convidados disseram ser contra a troca das miniaturas por garrafas grandes. Segundo o CP 6,

"prefiro miniaturas porque são mais higiênicas. Além disso, as garrafas grandes são de qualidade inferior" (Tradução nossa).

O CP 15 disse sobre as substituições:

"Não é uma boa ideia. Não tenho certeza se outras pessoas as usarão. Prefiro miniaturas feitas de materiais mais sustentáveis. Essa é uma ideia melhor" (Tradução nossa).

Isso significa que as substituições, apesar de serem bem recebidas pela grande maioria dos hóspedes entrevistados, não são aceitas por unanimidade.

Um fato interessante foi que quatro hóspedes afirmaram que trazem seus próprios produtos de higiene pessoal para o hotel. Portanto, a substituição dos frascos de produtos de higiene pessoal não era uma questão primordial para eles. Interessante destacar que esses clientes eram do sexo masculino, e é comum pensar que os homens não prestam tanta atenção aos produtos de higiene quanto as mulheres. Isso pode ser uma indicação de uma nova tendência ou uma característica desse grupo, os viajantes de negócios. No entanto, há necessidade de mais pesquisas a esse respeito antes que qualquer conclusão possa ser tirada.

Na pergunta seguinte, as fotografias foram substituídas por produtos reais. Os hóspedes passaram a poder tocar, testar e sentir a fragrância dos produtos. Foi-lhes então perguntado se, na sequência desta experiência, gostariam de alterar a sua ordem de preferência e por quê. Vale ressaltar que após ver e tocar nos produtos, nenhum dos quinze entrevistados mudou de opinião. Dois hóspedes disseram que no final todas as embalagens eram iguais, mas mantiveram suas opiniões. Além disso, um dos respondentes disse que já havia escolhido a embalagem Marie-Stella-Maris e afirmou que não gostou muito da fragrância.

Sobre como comunicar aos hóspedes a substituição de produtos de higiene de uso único por frascos compartilhados maiores na toaleta das UHs, a última questão solicitava que o hóspede assinalasse as formas de publicação listadas em uma escala de 1 a 10. A 1 significava que eles não gostaram nada e 10 significava que gostaram muito. As quatro alternativas da questão foram selecionadas de acordo com iniciativas destacadas por pesquisadores

anteriores (LEE; OH, 2014; GERDT; WAGNER; SCHEWE, 2019). As formas de comunicação preferidas foram: “Panfletos dentro da UH” (7,60) e “Vídeos informativos na tela da TV” (5,60). As duas formas de comunicação preferidas foram “um bate-papo informal com um funcionário durante o check-in” (5,40) e “pasta informativa dentro da UH” (5,15). Deve-se notar que, com exceção de “Panfletos dentro da UH”, as alternativas tiveram pontuações muito baixas, abaixo de 6,00. Além disso, os hóspedes preferem formas de comunicação simples e fáceis.

Os hóspedes foram solicitados a sugerir outras formas de informar sobre a substituição em questão, e três deles sugeriram canais eletrônicos. Uma pessoa sugeriu um pop-up na webpage do hotel com as informações, e outro respondente recomendou adicionar essas informações ao site. O terceiro convidado não especificou como essa informação poderia ser exibida por meio de um canal eletrônico.

As respostas esclarecem como os hóspedes percebem a sustentabilidade nos hotéis e a possibilidade de substituir os produtos de higiene de uso único por frascos compartilhados maiores na toailete da UH, mas não permitem tirar conclusões precisas sobre o assunto. Seria relevante testar as reais reações dos consumidores a cada opção em questão e avaliar se cada produto atendeu às expectativas e necessidades deste segmento.

A próxima seção apresentará as conclusões da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou avaliar a aceitação e as preferências dos hóspedes em relação à substituição de produtos de higiene de uso único por frascos maiores compartilhados na toailete das UHs no Crowne Plaza Amsterdam South. Também investigou as razões pelas quais os hóspedes escolheram o hotel e sua opinião geral sobre sustentabilidade. A conclusão destaca primeiro os principais resultados, antes de reunir os resultados da pesquisa.

De acordo com os dados, a “Localização” é o principal motivo de escolha do hotel, seguida da “Recomendação”. No que diz respeito à sustentabilidade, “LED Lightning”, “Painéis fotovoltaicos que coletam energia solar para aquecer a água do chuveiro” e “O uso dos materiais mais sustentáveis no edifício, como madeira natural e concreto” foram as iniciativas ambientais mais importantes do ponto de vista dos hóspedes.

Os respondentes acreditavam que outros hóspedes deveriam apoiar o Crowne Plaza em seus esforços para banir todo o plástico de uso único o mais rápido possível, e a maioria dos entrevistados concordou com a substituição de produtos de higiene de uso único por embalagens maiores compartilháveis na toailete dos quartos. Segundo os respondentes, a garrafa Marie-Stella-Maris foi a melhor escolha, seguida da garrafa Ritual, e Dove.

“Placas dentro da UH”, “Vídeos informativos na tela da TV” e “Um bate-papo informal com um funcionário durante o check-in” foram escolhidos pelos entrevistados como as melhores formas de informá-los sobre a substituição.

Existem algumas limitações para o estudo. A pesquisa traz uma pequena amostra de respondentes que foram abordados em alguns dias da semana na temporada de inverno. Cada dia da semana e estação do ano atraem diferentes tipos de hóspedes ao hotel. Portanto, os resultados não podem ser generalizados. Para isso, seria necessário realizar um grande estudo em diferentes períodos do ano. Seria necessário definir um tipo diferente de roteiro de pesquisa, ou um formato mais qualitativo para obter mais dados para fornecer uma compreensão mais profunda das percepções dos hóspedes, ou um quantitativo que exigirá uma amostra estatística para ser representativa. O roteiro de entrevista aplicado neste projeto de pesquisa representou uma mistura de ambos (quantitativo e qualitativo). Não obstante estas limitações, com base nos resultados apresentados pode ser feita uma recomendação: a garrafa Marie-Stella-Maris é a mais provável de encontrar o favor dos hóspedes, pelo que se recomenda a adoção desta opção. A comunicação sobre o motivo da eliminação gradual das comodidades deve ser fornecida dentro da UHs, de preferência, também no site do hotel.

Este projeto de pesquisa faz parte de uma investigação maior de pós-doutorado com foco na comunicação de iniciativas sustentáveis em hotéis. Sugestões para futuras investigações incluem mais pesquisas no Crowne Plaza Amsterdam South em diferentes períodos do ano e a realização de experimentos com embalagens de tamanho maior para avaliar sua aceitação na vida real. Além disso, este estudo, ou projeto de pesquisa semelhante, poderá ser replicado em outras propriedades do InterContinental Hotels Group.

REFERÊNCIAS

BECHTEL, R. B.; CORRAL VERDUGO, V.; DE QUEIROZ PINHEIRO, J. Environmental belief systems: United States, Brazil, and Mexico, **Journal of Cross-Cultural Psychology**, 30(1), 122- 128, 1999.

BLOSE, J.; MACK, R. W.; PITTS, R. E. The Influence of Message Framing on Hotel Guests' Linen-Reuse Intentions, **Cornell Hospitality Quarterly**, 56 (2), p. 145-154, 2015.

BOBBETT, E. J. **An investigation of sustainable environmental practices and consumer attitudes & behaviors towards hotel bathroom amenities**. Dissertação (Mestrado em Ciência em Administração Hoteleira) – William F. Harrah College of Hotel Administration. University of Nevada, Las Vegas, 2010.

- BOHDANOWICZ, P. European hoteliers' environmental attitudes greening the business. **Cornell Hospitality Quarterly**, 46 (2), p. 188-204, 2005.
- BOWEN, G. A. Naturalistic inquiry and the saturation concept: **a research note**, **Qualitative Research**, 8(1), p. 137-152, 2008.
- CARRIGAN, M.; ATTALLA, A. The myth of the ethical consumer – do ethics matter in purchase behaviour? **Journal of Consumer Marketing**, 18 (7), p. 560-578, 2001.
- CAVAGNARO, E.; CURIEL, G. The three levels of sustainability. Sheffield, UK: Greenleaf, 2012.
- CAVAGNARO, E.; MELISSEN, F.; DÜWEKE, A. The host-guest relationship is the key to sustainable hospitality: Lessons learned from a Dutch case study. **Hospitality & Society**, 8 (1), 23, 2018.
- CHAN, W. W.; LAM, J. Environmental accounting of municipal solid waste originating from rooms and restaurants in the Hong Kong hotel industry. **Journal of Hospitality & Tourism Research**, 25 (4), p. 371-385, 2001.
- CHAPPELLS, H.; SHOVE, E. Debating the future of comfort: environmental sustainability, energy consumption and the indoor environment. **Journal Building Research & Information**, 33, p. 32-40, 2007.
- CUMMINGS, L. Waste minimisation supporting urban tourism sustainability: A mega-resort case study. **Journal of Sustainable Tourism**, 5(2), p. 93-108, 1997.
- ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, 36, p. 90-100, 1994.
- EUROPEAN UNION. **The single-use plastic directive**, 2019. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019L0904&from=EN>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- GERDT, S. O.; WAGNER, E.; SCHEWE, G. The relationship between sustainability and customer satisfaction in hospitality: an explorative investigation using eWOM as a data source. **Tourism Management**, 74, p. 155-172, 2019.
- HAN, H.; HSU, L. T. Empirical investigation of the roles of attitudes toward green behaviors, overall image, gender, and age in hotel customers' eco-friendly decision-making process. **International Journal of Hospitality Management**, 28, p. 519–528, 2009.
- HAN, X.; CHAN, K. Perception of green hotels among tourists in Hong Kong: An exploratory study. **Services Marketing Quarterly**, 34 (4), p. 339-352, 2013.
- HARDING, J. **Qualitative data analysis from start to finish**. London: Sage Publication, 2013.
- HYATT. Hyatt launches three global initiatives to significantly reduce single-use plastics. Disponível em: https://newsroom.hyatt.com/single_use_plastic_reduction. Acesso em: 14 dez. 2021.

HYATT. **Hyatt launches three global initiatives to significantly reduce single-use plastics.** Disponível em: https://newsroom.hyatt.com/single_use_plastic_reduction. Acesso em: 14 dez. 2021.

IGH. **End of the road for bathroom miniatures as IHG opts for bulk-size amenities to reduce plastic waste, 2019.** Disponível em: <https://www.ihgplc.com/en/news-and-media/news-releases/2019/end-of-the-road-for-bathroom-miniatures-as-ihg-opts-for-bulk-size--amenities-to-reduce-plastic-waste>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KIM, D.; ROSEMAN, M. G. The effect of non-optional green practices in hotels on guests' behavioral intentions. **Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism**, p. 1-20, 2020.

LEE, S.; OH, H. Effective Communication Strategies for Hotel Guests' Green Behavior. **Cornell Hospitality Quarterly**, 55(1), p. 52-63, 2014.

LEGRAND, W.; SLOAN, P.; CHEN, J. S. **Sustainability in the hospitality industry: principles of sustainable operations.** (3rd ed.) London: Routledge, 2016.

LINDBERG-REPO, K. **Word-of-mouth communication in the hospitality industry.** Cornell Hospitality Reports, 2001.

LITVIN, S. W.; GOLDSMITH, R. E.; PAN, B. Eletronic word-of-mouth in hospitality and tourism management, **Tourism Management**, 29 (3), p. 458-468, 2008.

LONGHURST, R. Semi-structured interviews and focus groups. In Clifford, N. R., French, S., & Valentine, G. (Eds.), **Key methods in geography** (2nd ed.). London: Sage Publications, 2010.

LOPES, A. S.; ALMEIDA, P. S. Socioenvironmental sustainability actions in hotel management. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, 11 (3), p. 378-398, 2018.

MANDARIN ORIENTAL. **Mandarin Oriental progress update on elimination of single-use plastic across portfolio.** Disponível em: <https://www.mandarinoriental.com/media-centre/press-releases/corporate-global-news-progress-update-on-eliminating-sup-june2021>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MARRIOTT. **Marriott international to eliminate single-use shower toiletry bottles from properties worldwide, expanding successful 2018 initiative,** 2018. Disponível em: <https://news.marriott.com/news/2019/08/28/marriott-international-to-eliminate-single-use-shower-toiletry-bottles-from-properties-worldwide-expanding-successful-2018-initiative>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MILLAR, M.; BALOGLU, S. Guests' preferences for green guest room attributes. **Cornell Hospitality Quarterly**, (52), p. 302, 2011.

NAM, H. V.; LO, A.; YEUNG, P.; HATTER, R. **Hotel ICON: towards a role-model hotel pioneering sustainable solutions**. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 25 (5), p. 572-582, 2020.

OECD. **Education at a glance 2011**: OECD indicators, OECD Publishing, 2011.

PAKDIL, F.; KURTULMUSOGLU, F. B. Using quality function deployment for environmentally sustainable hotels: a combined analysis of customer and manager point of view. **European Journal of European Research**, 16, p. 252-275, 2017.

PAYNE, J. E. **Understanding consumer perceptions of hotel toiletries**. Tese (Mestrado em Ciência) – Department of Food, Nutrition, Dietetics and Health. Kansas State University, 2021.

RAUWALD, K. S.; MOORE, C. F. Environmental attitudes as predictors of policy support across three countries, **Environment and Behavior**, 34 (6), p. 709-739, 2002.

SCHULTZ, P. W.; ZELEZNY, L. Values as predictors of environmental attitudes: evidence for consistency across 14 countries. **Journal of Environmental Psychology**, 19, p. 255-265, 1999.

VAN TEIJLINGEN, E.; HUNDLEY, V. The importance of pilot studies. **Nursing Standard**, 16 (40), p. 33-36, 2002.

VIGLIA, G.; MINAZZI, R.; BUHALIS, D. The influence of e-word-of-mouth on hotel occupancy rate, **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, 28 (9), p. 2035- 2051, 2016.

VIKAN, A.; CAMINO, C.; BIAGGIO, A.; NORDIK, H. Endorsement of the new ecological paradigm: A comparison of two Brazilian samples and one Norwegian sample, **Environment and Behavior**, 39 (2), p. 217-228, 2007.

WIERNIK, M.; ONES, S. D.; DILCHERT, S. Age and environmental sustainability: a meta- analysis, **Journal of Managerial Psychology**, 28 (7/8), p. 826-856, 2013.

